

Política neoliberal do Governo desaproveita potencialidades do SNS



Saúde: pública e para todos



Terminou anteontem a Semana da Saúde que o PCP promoveu com o objectivo de chamar a atenção para a situação crítica que se vive nesta área e apresentar as suas propostas relativas aos acessos aos cuidados de saúde, recursos humanos, medicamentos, humanização e desburocratização dos serviços.

Bernardino Soares fala ao *Avante!* sobre os resultados da iniciativa

Págs. 5 e 6

Criar a confederação
e reivindicar
reconhecimento e apoio

Colectividades na hora de agir

Centrais



Eleições autárquicas

Candidaturas CDU

Continuam as apresentações dos cabeças de lista da CDU aos diversos municípios. Esta semana, foi a vez de Guimarães, Famalicão, Arruda dos Vinhos, Moura, Elvas, Estremoz, Vila Viçosa e Silves.

Págs. 12 e 13

Assembleia da República

A situação laboral

A actual situação laboral – com despedimentos massivos, deslocalização e encerramento de empresas, emprego e a sua precariedade – objecto de declaração política de Vicente Merendas.

Págs. 18 e 19

Na Europa e nos EUA

Vaga de despedimentos

A Ericsson anunciou que vai eliminar 3300 postos de trabalho na Suécia. Em França, na Inglaterra e nos Estados Unidos, grandes empresas despedem milhares.

Pág. 22

Avante!
Proletários de todos os países
UNI-VOS!

PROPRIEDADE
Partido Comunista Português
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 38 00

ADMINISTRAÇÃO
Editorial «Avante!», SA
Av. Almirante Reis, 90,
7.ª A, - 1169-161 Lisboa.
Capital social:
15 000 000\$00.
CRC matrícula: 47058.
NIF - 500 090 440

DIRECÇÃO E REDACÇÃO
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 71 90/91
Fax: 21 781 71 93
E-mail:
avante.pcp@mail.telepac.pt
Web:
http://www.pcp.pt

Director
José Casanova

Chefe de Redacção
Leandro Martins

Chefe Adjunto
Anabela Fino

Redactores
Carlos Nabais
Domingos Mealha
Henrique Custódio
Isabel Araújo Branco
João Chasqueira
Lúcia Calapez
Margarida Folque

Grafismo
José Araújo

Fotografia
Jorge Caria
Sérgio Morais

Secretaria da Redacção
Ivone Dias Lourenço
Noémia Presúncia

DISTRIBUIÇÃO
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial Avante!
Av. Gago Coutinho, 121,
1700 Lisboa
Tel. 218 429 836

Alterações de remessa
Até às 17 horas
de cada sexta-feira:
Tel. 218 429 836

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTAPRESS
Delegação Lisboa:
Tapada Nova - Capa Rota
Linhó - 2710 Sintra
Tel. 21 923 99 21
Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lt. 227 - 4470 Maia
Tel. 22 941 76 70

ASSINATURAS
Av. Gago Coutinho, 121,
1700 Lisboa
Tel. 218 429 836

TABELA DE ASSINATURAS*
(IVA e portes incluídos)

PORTUGAL
(Continente e Regiões
Autónomas)

50 números: 9 000\$00
25 números: 4 600\$00

EUROPA
50 números: 23 000\$00

EXTRA-EUROPA
50 números: 33 000\$00

*Enviar para
Editorial «Avante!»
nome, morada
com código Postal
e telefone
a acompanhar cheque
ou vale de correio.

Composição e impressão
Heska Portuguesa, SA
Campo Raso
2710 - 139 Sintra
Depósito legal n.º 205/85



A 5.ª Assembleia Regional de Castelo Branco traça as orientações de trabalho para os próximos tempos

Resumo

4 Quarta-feira

O Governo português apresenta através da sua embaixada em Luanda um protesto ao Ministério das Relações Exteriores de Angola pela expulsão de jornalistas portugueses em Cabinda • Fecha a Têxteis Proteu na Damaia • O presidente chinês exige um pedido de desculpas a Washington pelo incidente com o avião espião • O ex-presidente das Filipinas, Joseph Estrada, é formalmente acusado de corrupção depois do Tribunal levantar a sua imunidade presidencial.

5 Quinta-feira

Após uma denúncia a Polícia de Segurança Pública detém na Gare do Oriente nove cidadãos ucranianos ilegalmente em Portugal • Um militante da Jihad morre numa explosão imputada a Israel • O líder da Convergência Democrática catalã, Jordi Pujol, anuncia a sua decisão de abandonar a actividade política • O maior partido da oposição guineense, a Resistência da Guiné-Bissau, acusa o novo primeiro-ministro de «se servir do Estado em proveito pessoal».

6 Sexta-feira

Os enfermeiros cumprem um dia de greve nacional como forma de protesto à recusa do Ministério da Saúde em negociar a reforma antecipada destes profissionais • Termina o julgamento das FP-25 de Abril com a absolvição da generalidade dos quase 70 réus • O governo Angolano lamenta que Mário Soares se volte a «imiscuir» nos assuntos internos do país e acusa-o de «evidente má-fé» • O governo dos EUA anuncia a existência de progressos nas negociações com a China sobre o avião retido em Hainan • Os EUA e a França criticam veemente a decisão anunciada pelo governo de Ariel Sharon em alargar colonatos israelitas na Cisjordânia.

7 Sábado

Realiza-se com a participação de Carlos Carvalhas, a 5.ª Assembleia Regional de Castelo Branco • A Organização Regional de Évora do PCP,

anuncia os candidatos da CDU às câmaras de Vila Viçosa e Estremoz, respectivamente, Manuel Condenado e Luís Mourinha • Carlos Carvalhas acusa o PS de desgovernar o país ao optar por uma política de direita • O exército israelita entra em área autónoma palestina e destrói casas e colheitas agrícolas • É retirada a segunda viatura ligeira do Douro sem nenhum corpo no interior.

8 Domingo

O vereador da CDU na Câmara do Porto, Rui Sá, defende a aprovação de «um projecto de requalificação» para os bairros da cidade • A equipa do Instituto Hidrográfico da Armada regressa a Lisboa após 35 dias de trabalho em Entre-os-Rios • A Conselheira Nacional de Segurança da Administração Bush, Condoleezza Rice, confirma a continuação de negociações entre os EUA e a China sobre o avião espião.

9 Segunda-feira

Manuel Carrascalão é eleito presidente do Conselho Nacional do parlamento transitório de Timor-Leste • Os países da União Europeia chegam a acordo sobre o facto de que as munições de urânio empobrecido usadas nas guerras da Bósnia e do Kosovo na década de 90 não constituem perigo para os soldados da NATO • O ministro palestino da Cooperação Internacional, Nabil Chaath, afirma que as negociações com Israel só recomeçarão se for enviada «uma força de protecção internacional para o povo palestino».

10 Terça-feira

Conclusão do relatório da ponte de Entre-os-Rios atribui a queda da ponte à extração indevida de areias, à falta de manutenção e à ocupação indevida das margens do rio Douro • Na Faixa de Gaza o exército israelita lança mísseis terra-terra e antitanque contra alvos palestinos • O governo chinês volta a exigir um pedido de desculpas formais dos EUA pela colisão dos dois aviões • Os senadores holandeses aprovam a legalização da eutanásia e do suicídio medicamente assistido.

Aconteceu

A Marinha desiste das buscas

Depois de 35 dias de intenso trabalho no local da tragédia de Entre-os-Rios, e de ter resgatado das águas do Douro o autocarro e duas das viaturas, o Instituto Hidrográfico da Armada regressou a Lisboa. A decisão surgiu no seguimento da validação do eco registado pelo sonar nas águas do Douro ter saído gorada.

Este eco correspondia a destroços soltos do tabuleiro da ponte. Augusto Ezequiel, capitão de fragata e comandante das ope-

rações, admitiu então que nada mais havia a fazer, visto que se encontravam perante uma «impossibilidade técnica».

Desta maneira, as buscas passaram a ser efectuadas, desde a passada segunda-feira, pelos bombeiros da região e pela polícia marítima, que continuam as buscas ao longo das margens.

Desta tragédia, depois de terem sido recuperados alguns dos corpos, ficaram ainda por resgatar 40 vítimas.

Crianças soldados

Numa conferência realizada em Amã com a colaboração da UNICEF, a Coligação para a Erradicação do Uso de Crianças como Soldados, denuncia que são muitas as crianças usadas como «menos de dez anos» em «grupos paramilitares, exércitos

e milícias de jovens no Médio Oriente e no Norte de África». Esta organização lamenta o uso de pessoas inocentes em confrontos e salienta que as mais de 300 mil crianças usadas nos conflitos bélicos no mundo são também as suas principais vítimas.



CP em maus dinheiros

Uma fonte próxima da administração da CP- Caminhos-de-Ferro Portugueses, garantiu em declarações ao DN que a empresa está «tecnicamente falida». Referiu ainda que a situação se poderá agravar no mês de Junho, com o pagamento dos subsídios de férias.

Ainda de acordo com a mesma fonte, os prejuízos da CP apurados em 2000 ascenderam a 57 milhões de contos, ou seja mais 7 milhões do que em 1999. A «solução» apontada passaria pela injeção de dinheiro por parte do Estado e de financiamento junto da banca.

Carlos Madeira, porta-voz da CP, reagiu a estas declarações e referiu que a notícia não merecia qualquer tipo de «comentários», salientando porém que o que o «Estado paga não chega para cobrir o serviço que a ferroviária assegura». Enquanto isso, Jorge Barnabé, porta-voz da Secretaria de Estado dos Transportes, garantia não estar «em causa o pagamento dos ordenados» que serão assegurados pelo Ministério do Equipamento, mas adiantava que estão «a ser estudadas novas formas de gestão para a ferrovia».

Conselho Nacional de Timor-Leste tem novo líder

Manuel Carrascalão foi eleito na passada segunda-feira presidente do Conselho Nacional do parlamento transitório de Timor-Leste.

Ramos Horta tinha sido o nome proposto para substituir Xanana Gusmão na liderança do Conselho quando da sua demissão. Mas, depois de na primeira volta da eleição do presidente se ter verificado um empate entre os candidatos, o Prémio Nobel da Paz retirou a sua candida-



tura. Esta decisão resultou na eleição imediata de Carrascalão.

Ramos Horta anunciou igualmente, no final de uma reunião plenária do parlamento transitório, a sua eventual demissão do cargo de membro do Conselho Nacional, mas referiu que, antes de tomar qualquer decisão, iria «consultar com Xanana Gusmão e Sérgio Vieira de Mello» para saber se deve ou não continuar naquele órgão.

Termina caso FP-25 de Abril



Ao fim de 17 anos, o julgamento das FP-25 de Abril chegou ao fim com a absolvição de praticamente todos os réus.

De todos os acusados julgados neste caso foram apenas condenados quatro, sendo três deles «arrepentidos» das FP. Sousa Moreira, Macedo Correia e Mário Lamas, os três «arrepentidos», foram condenados por cumplicidade de homicídio num assalto os dois últimos. Quanto ao quarto réu, o único «não arrependido», foi condenado por homicídio, na forma tentada, do agente da PSP João

Miguel Castanho. Este agente sobreviveu ao atentado e testemunhou contra António Baptista Dias.

O acórdão do tribunal deu como provado os réus serem membros das FP-25. Porém, o julgamento referia-se a atentados por forma de dez homicídios consumados e sete em forma tentada. O que resultou na absolvição generalizada dos réus visto não existirem provas «que permitam chegar à identificação dos seus executantes».

O Ministério Público não se conformou com esta resolução e anunciou ir recorrer do processo.

Crónica Internacional

• Manuela Bernardino

Clima

- preservação é indispensável

A forma peremptória e inequívoca como a Administração Bush anunciou a não ratificação do Protocolo de Kyoto (sobre as alterações climáticas) provocou uma onda de contestação da opinião pública mundial. Surpresa, choque, indignação, foi como reagiram oficialmente a maioria dos países. Para nós, esta atitude de Bush, associada a declarações em que buscava soluções energéticas próprias para o seu país, confirma não só uma posição de força de grande potência, mas revela sobretudo o carácter profundamente hipócrita, injusto e desumano do imperialismo perante um grave problema com que a Humanidade se defronta.

As questões ambientais, entre as quais se colocam as alterações do clima, assumem, na actualidade, extraordinária importância e exigem determinação no cumprimento de medidas, que se têm hoje como necessárias, para evitar grandes desastres. Lembremos El Niño, os furacões na América Central e as cheias de Moçambique, fenómenos provocados, não por causas desconhecidas, mas pela ganância do máximo lucro que as multinacionais impõem à escala mundial. O grande alerta para o estado do planeta foi dado pela ECO 92, também designada «Cimeira da Terra», que se ocupou do esgotamento dos recursos energéticos, da poluição do ar, da contaminação de rios e oceanos,

O que conta para os EUA são os negócios

da desflorestação, do clima, da biodiversidade. Com a mediatização dessa Conferência das Nações Unidas e da primeira contracimeira das ONGs (designada «Terra, ecologia e direitos humanos»), que se realizou em simultâneo, países e povos tomaram então consciência dos efeitos catastróficos que a saturação de gases na atmosfera têm no clima e para toda a vida no nosso planeta.

Nessa ocasião, Bush pai, então presidente, declarou que os EUA são «orgulhosamente líderes mundiais na pesquisa, mas também na acção em matéria de ambiente» (DN, 3.6.92). Hoje, Bush filho, com a sua decisão, desdiz Bush pai. Indiferente ao avanço dos conhecimentos e ao consenso científico em torno dos problemas do clima, o actual presidente norte-americano rompe com compromissos internacionais dos EUA para defender os interesses das indústrias norte-americanas do petróleo e do carvão, a que ele próprio está associado.

A não ratificação do Protocolo de Kyoto pelos EUA põe em causa o longo e difícil processo que, em 1997 no Japão, tinha estabelecido reduzir e calendarizar a redução de emissões de gases com efeito de estufa (nomeadamente o CO₂). Os EUA, como principal poluidor do ambiente, sabem que são praticamente indispensáveis para alcançar a meta que Kyoto estabeleceu, como necessária, para que a emissão de gases não provoque maiores tragédias. Indiferentes ao futuro da Humanidade, o que conta para os EUA e as multinacionais, são os negócios que, evocando demagogicamente Kyoto, surgiram e florescem. Trata-se da «permuta de emissões de gases» entre países muito industrializados e países pouco desenvolvidos, o que constitui já um mercado altamente rentável, que gera somas fabulosas. Uma nova forma de exploração do «Norte» sobre o «Sul», onde se concentram cada vez mais factores que fazem destes países as principais vítimas do efeito de estufa.

A preservação do clima é um objectivo indispensável para o futuro da Humanidade. Os comunistas, pelas suas responsabilidades históricas, têm um papel insubstituível a desempenhar. Esclarecer e mobilizar os trabalhadores e os povos para exigir dos respectivos governos uma política de cooperação internacional que imponha, nesta área, como noutras, o respeito por regras democráticas de convivência internacional, que rejeitem a arrogância e as pretensões hegemónicas dos EUA, é uma tarefa inadiável.

Editorial

A ALTERNATIVA

Na terceira e, ao que parece, última sessão de apresentação da sua moção de estratégia ao congresso do seu partido, efectuada no Porto, António Guterres – para além de prosseguir o discurso bizarro e medíocre, iniciado em Faro, sobre os problemas internos do PS – enunciou «os principais problemas que afectam o País». São eles, segundo o Primeiro-Ministro e Secretário-Geral do PS: «a baixa qualificação dos portugueses; a baixa produtividade média das empresas nacionais; a reduzida qualidade dos serviços da Administração Pública; e a deficiente organização do território». Há ainda um outro problema de idêntica dimensão, revelado na sessão realizada em Faro mas que, talvez por esquecimento, não retomou no Porto. Trata-se da opinião que lhe foi transmitida pelo filho, «que trabalhou três anos nos Estados Unidos», e que, com frequência, lhe diz: «Ó pai, em Portugal em geral as pessoas são muito pouco profissionais», opinião que, obviamente, o Primeiro-Ministro perfilha: «É verdade, em geral, em Portugal, as pessoas, as organizações são muito pouco profissionais. Falta um critério de exigência e de rigor.»

Convenhamos que se os «principais problemas» do País são os 4+1 enunciados por

“Lutar pela construção de uma alternativa que só o é se for de esquerda”

António Guterres, sobram-nos as razões para estarmos tranquilos e confiantes. Mais ainda se tivermos em conta que o Primeiro-Ministro, tal como há seis anos, nos garante possuir as soluções para os resolver e, assim, cumprir «o novo desígnio nacional» de «recuperar, no espaço de uma geração, o atraso de Portugal em relação aos seus parceiros comunitários»...

A superação dos tais «principais problemas» passa, garantiu António Guterres, pela «aposta nas novas tecnologias, nomeadamente na difusão da Internet», ou seja «a economia do conhecimento». E, embalado, como acontece sempre que aborda esta matéria tão do seu agrado e que tão bem domina, esprou-se em louvores às qualidades da «futura televisão digital e dos telemóveis de terceira geração (UMTS)», sobre os quais produziu uma revelação sensacional: «Será possível assistir a um jogo de futebol e ver a repetição de uma jogada no telemóvel.» Assim sendo, há que reconhecer que os banquetes de bem-aventurança prometidos pelo Primeiro-Ministro e que, até agora, não têm passado de realidades virtuais, estão em vias de plena materialização. E aquele «sentimento difuso de insegurança e de incerteza em relação ao futuro que, alegadamente, afecta sectores da vida nacional»

será, a breve prazo, substituído por um sentimento de segurança e certeza em toda a sociedade portuguesa; as classes «média-alta, média e média-baixa» voltarão a entusiasmar-se com o Governo e a apoiá-lo sem reservas; enfim, a rosa reflorescerá.

Longe, muito longe, a anos-luz de distância das certezas de António Guterres, está, no entanto, a maioria dos portugueses, que sofre na pele as consequências da política de direita que o Governo do PS tem vindo a praticar e a que quer dar continuidade; que não acredita nos milagres da Internet; que não vê que vantagens lhe pode trazer a repetição da jogada de futebol no telemóvel de terceira geração; e que está farta de piadas intencionalizadas e de ímpias práticas governativas.

Com efeito, nenhuma das «soluções» anunciadas por Guterres é susceptível de dar o mínimo de segurança aos 750 mil trabalhadores submetidos à precariedade do emprego e que, por essa razão, vivem sob a ameaça constante de, de um dia para o outro, ficarem no desemprego; nenhum dos caminhos apontados pelo Primeiro-Ministro conduzirá à equiparação dos salários dos trabalhadores portugueses com os dos outros trabalhadores da União Europeia; e por mais dilatado que seja, para o Secretário-Geral do PS, o «espaço de uma geração», ninguém vislumbra a sempre prometida recuperação do atraso de Portugal em relação aos seus parceiros comunitários. As «soluções» de Guterres são óptimas para quem sempre foram: para os grandes grupos económicos nacionais e internacionais.

Daí o declínio irreversível, e já visível a olho nu, deste Governo e a evidência de que a alternância mais não é do que a continuação da política de direita. Daí a necessidade de lutar pela construção de uma alternativa que só o é se for de esquerda. Daí a necessidade de demonstrar a cada vez mais amplos sectores da sociedade que essa alternativa passa por um crescente apoio social, eleitoral e político às propostas saídas do XVI Congresso do PCP: promoção do desenvolvimento económico e do progresso social; defesa de um forte e dinâmico sector público; garantia do direito ao ambiente e à qualidade de vida; promoção do trabalho com direitos e do emprego de qualidade; reforma do sistema fiscal no sentido de maior justiça tributária, eficácia e eficiência; realização de uma reforma democrática do Serviço Nacional de Saúde; concretização de mais e melhor segurança social; colocação da educação, da ciência e da cultura à altura dos desafios do novo milénio; promoção da reforma democrática do Estado e aprofundamento da participação democrática dos cidadãos; garantir a reforma urgente da Justiça para concretizar os direitos, liberdades e garantias; concretização do direito das mulheres à igualdade; defesa de um novo rumo para a União Europeia; assunção de uma política activa de defesa da soberania nacional, de paz e cooperação.

Trata-se, ao fim e ao cabo, de prosseguir e intensificar a luta – sem dúvida difícil mas necessária, indispensável – por uma política de esquerda.

Actual Esquerda, esquerda, direita volver!

• Jorge Cordeiro

Quem se atrevesse a fazer o exercício de tentar acompanhar as mudanças de direcção que, em palavras, os dirigentes do PS têm insinuado dar ao rumo da sua política, já teria caído, de tanta volta, estonteado. Dia sim, dia não, há sempre um esforçado dirigente a anunciar o rumo novo. Para a esquerda e para a direita segundo uns, para a direita e para a esquerda segundo outros. Para a frente e pela direita, enquanto resultante, a quem cabe a tarefa de tirar a bissectriz. Chega-se a suspeitar se tanta viragem e tanto zigzagear no verbo não será destinado a iludir o sentido real da política que prossegue, com rota firme e leme seguro, em espiral e para a direita.

Tanta conversa tem uma razão próxima. As teorias sobre a governabilidade e o afastamento de uma parcela da esquerda desse exercício construídas

por Guterres; as afirmações de hoje desdizendo as de ontem de Assis sobre a necessária reconversão aos padrões de modernidade exigível a outros; as esforçadas entrevistas de Pina Moura são tudo cenas de um filme adiado que dá pelo nome de Congresso do PS. Nada de sério, pois, para levar em linha de conta. Todas estas declarações sobre soluções de esquerda, aliados preferenciais, rumo de política, não passam de instrumentos de arremesso mútuo, de exercícios públicos de contestação das teses do chefe, de formas de escape de debate de moções que alguns na prática se encontram impedidos de apresentar.

Aquém e além disso tudo, e todos, na melhor ordem e pelos caminhos conhecidos. O das políticas privatizadoras, de animação à contenção salarial, de estímulo aos grandes grupos eco-

nómicos, de escolha da direita para companhia de percurso em tudo o que é estrutural. Depois da recuperação do bloco central para a tentativa da alteração das leis eleitorais e da sua ampliação mais à direita em matéria de revisão constitucional e de adesão ao Tri-

bunal Penal Internacional, um novo e largo gesto de acolhimento às concepções do Partido Popular sobre a família ditadas por Guterres e os seus três amigos da «corrente humanista» do grupo parlamentar do PS. E

para que não restem dúvidas sobre as opções e os rumos privilegiados até a palavra de ordem dos tempos da Alameda e do papel cimeiro do PS na contra-revolução portuguesa, «quanto mais a luta aquece mais força tem o PS», Guterres foi reavivar na sessão com militantes do passado fim-de-semana em Faro.



Inseguranças

• Carlos Gonçalves

Alertagem mediática recorrente e sensacionalista do tema da insegurança, empapando em sangue a guerra de audiências e enfunando as velas da demagogia e do populismo mais reaccionários, criam como que uma náusea perante o problema. Mas também por isso é necessário abordar a questão na perspectiva dos interesses dos trabalhadores e da defesa de valores humanistas, de progresso e justiça social.

Há que dizer que a segurança das populações tem continuado a degradar-se acentuadamente sob governação PS - comprovam-no diversos índices do recente Relatório de Segurança Interna, apesar das mistificações rosa púdicico com que o actual MAI tenta desvanecer a realidade.

Verificaram-se em 2000, relativamente ao ano anterior, aumentos de 15,4% do roubo na via pública e 8,5% da delinquência juvenil, aspectos que afectam sensivelmente as populações mais fragilizadas das áreas metropolitanas.

E registou-se uma taxa de participação de ocorrências às autoridades de 32% - a mais baixa da Europa comunitária - o que significa que, em vez dos 360000 presumíveis crimes, podem ter acontecido cerca de 1125000.

Esta é a realidade que, do nosso ponto de vista, tem causas profundas nas políticas de direita, que geram insta-

bilidade e injustiça social, marginalização e uma perigosa deriva criminalizadora de largos sectores da juventude.

Este neoliberalismo moderno e bacoco, que nos governa, ora em versão PS ora PSD, com o PP de bengala, é a causa de todas as inseguranças.

E, feito o mal, vem a caramunha. É vê-los, a direita mais passadista, fazendo o discurso autoritário da «outra senhora», do Estado policial, da prisão perpétua ou mesmo da pena de morte, da imputabilidade de crianças, de sempre mais polícias militarizados e sem direitos, de mais medidas repressivas, de menos cidadania e de cassação de direitos, liberdades e garantias, de xenofobia e racismo - expulsem-se os pretos!

Mas para todas as inseguranças e falsas soluções há respostas alternativas à esquerda. Políticas económicas, com desenvolvimento e justiça social, políticas sociais, na prevenção da toxicod dependência e no apoio à juventude, na integração social da imigração e da sua interculturalidade, e políticas de segurança e tranquilidade pública - polícia de proximidade, policiamento preventivo e interligado com as populações, dispositivo descentralizado, agentes com direitos de cidadania e autoridade democrática.

Para que a segurança seja um direito democrático e não um condomínio de luxo.



Moralidades

• Leandro Martins

«Tenho aqui uma contrafé para me apresentar na esquadra», poderia dizer o cidadão, empalidecendo em frente ao plantão que o olha de cenho franzido. O guarda faria de repente um sorriso acolhedor, desfazendo as apreensões do civil: «Faça favor de entrar. É só perguntar aí pelo subchefe. Quinta porta, ao fundo.» O cidadão vence o corredor, é admitido num gabinete. O subchefe, atascado em papelada, aponta-lhe uma cadeira confortável, «sente-se, que já o atendo». E lendo a contrafé: «Então que temos? Ah, muito bem.» E o homem: «Mas afinal o que é que eu fiz? É alguma multa?» O sorriso do subchefe alarga-se, prazenteiro: «Nada disso, homem. É que eu soube que o senhor andava à procura de casa. Tenho aqui a solução do seu problema.»

Outra cena. Pode ser com o mesmo cidadão.



Agora de mala aviada, aguardando um transporte no passeio. É detido por um guarda que o empurra para dentro de uma viatura. «Mas o que é que eu fiz? Vou preso?» O guarda, já ao volante da viatura, inclina-se para trás e mostra a dentadura na face sorridente. «Tenha calma, homem. Isto é um táxi. Então? Aeroporto?»

Estas cenas, imaginadas que são, surgem-me na sequência da leitura de uma notícia lida na página 38 da edição de ontem do *Jornal de Notícias*. Com chamada de primeira página: «Subchefe vendia casas na esquadra de Mirandela. Outro agente fazia de taxista nas horas vagas.»

Haverá quem se espante, quem se escandalize, quem se indigne com estas duplicações de funções. No entanto, por mim, acho que a duplicação alastra por todo o lado,

neste país de biscate, onde as gentes se habituam ao *part-time* e ao duplo emprego, ao gancho para arredondar o salário de miséria, ao inseguro recibo verde que faz de cada trabalhador um profissional liberal. A precariedade não é apenas uma «variante» do emprego, é uma regra que se torna geral, não vá o diabo tecê-las, é a própria vida social que se vai tornando precária e sem futuro. E depois, o exemplo vem de mais altas esferas. Há médicos que fazem clínica privada em hospitais públicos, por que não haver polícias que fazem da esquadra sede de empresa imobiliária?

E que dizer de gestores que gerem numerosos interesses, nomeadamente os seus próprios ou os do capital, quando deveriam zelar pelo que é público?

Conhecida a máxima «ou há moralidade ou comem todos», há quem ache que a moralidade escasseia e que, assim, o melhor é que se coma. Quando houver estômago para isso.

Frases

«Quando um tipo não tem categoria e capacidade para ganhar eleições, é candidato às Assembleias Municipais»

(Luís Filipe Menezes, Focus, 08.04.01)

«Ouvi estoicamente notícias dando conta de que Valentim Loureiro era o candidato preferido da direcção (do PSD/Porto), quando todos os estudos de opinião revelam claramente que o candidato preferido (...) sou eu»

(idem, ibidem)

«Convém lembrar a alguns dirigentes do PSD que sou eu quem representa mais portugueses por sufrágio directo, secreto e universal. Nem sequer o Alberto João Jardim: a Madeira tem 250 mil habitantes e Gaia tem mais de 300 mil»

(idem, ibidem)

«Proliferam os Duques de Bragança. Há uma data deles, é uma concorrência...»

(D. Duarte Nuno, Duque de Bragança, idem)

«É mais pela parte cómica que as pessoas gostam de mim»

(Zé Cabra, cantor pimba, idem)

«O Big Brother é um disparate, mas pior é o Emídio Rangel»

(Luís Pacheco, idem)

«A produção generalista portuguesa tem deseducado o público de televisão mais exigente que já não consegue acompanhar uma boa série, mesmo divertida e eletrizante como Os Sopranos»

(Eduardo Cintra Torres, Público, 09.04.01)

«É uma violência que persistam pessoas sem casa, quando há milhares de casas fechadas, porque o mercado não compensa a sua utilização»

(Helena Roseta, Visão, 5/11.04.01)

«A impunidade reina (em Portugal). Quem «sobe» (se é que vale a pena «subir») não o consegue pelo mérito. «Sobe» pelo partido, pelo grupo de pressão, pelo peso corporativo ou pela intriga. A independência mata. Nesta terra de cegos, é melhor arrancar um olho para ser rei»

(Vasco Pulido Valente, Diário de Notícias, 08.04.01)

«Em Portugal, em geral, as pessoas são muito pouco profissionais»

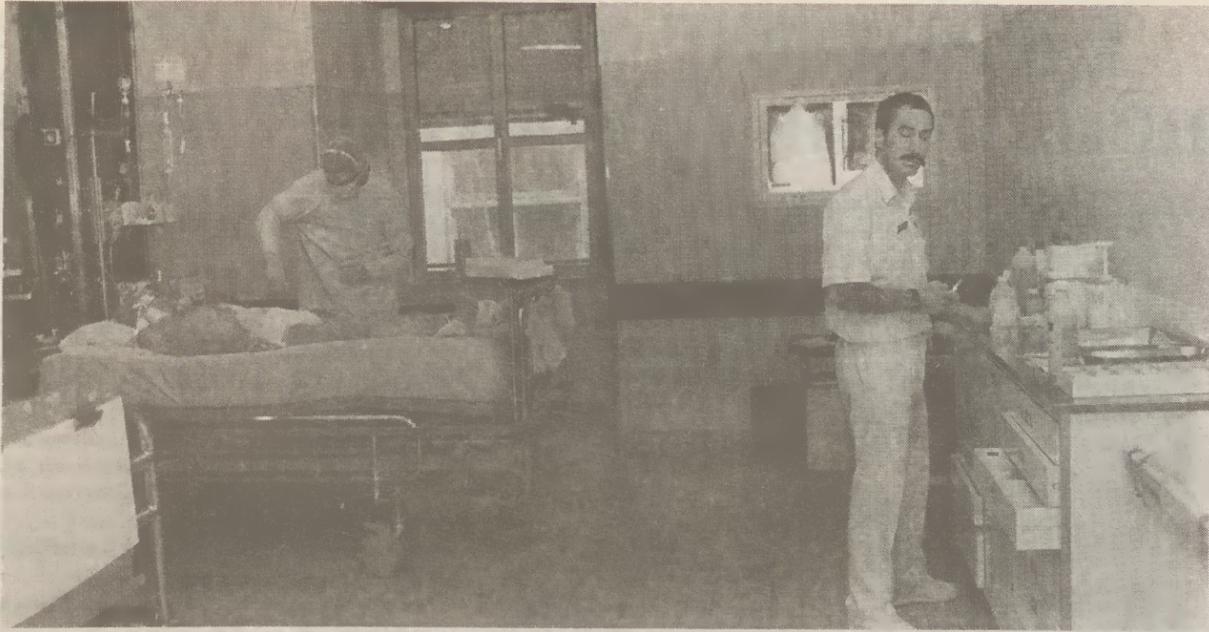
(António Guterres, numa reunião do PS no Algarve, Público, 06.04.01)

«Quanto mais a luta aquece, mais força tem o PS!»

(slogan proferido por Guterres, idem)

«Triste, muito triste mesmo, é defender o julgamento do ditador de Belgrado no Tribunal Penal Internacional e elogiar os sequestradores de Cabinda. Lamentável, muito lamentável mesmo, é estar ora com Deus, ora com o Diabo, conforme a hora, o lugar e a conveniência»

(António Ribeiro Ferreira, Diário de Notícias, 06.04.01)



O alargamento do funcionamento dos blocos operatórios é uma das medidas a tomar

• Margarida Folque
Texto

Saúde: pública e para todos

Gerir melhor sem privatizar

Terminou, na terça-feira, a Semana da Saúde que o PCP promoveu com o objectivo de chamar a atenção para a situação crítica que se vive nesta área e apresentar as suas propostas relativas, nomeadamente, aos acessos aos cuidados de saúde, recursos humanos, medicamentos, humanização e desburocratização dos serviços e gestão pública das unidades de saúde.

O «Avante!» falou com Bernardino Soares, da Comissão Política do PCP, e procurou saber os resultados desta iniciativa.

– Por que decidiu o PCP avançar com esta Semana da Saúde?

– Porque a política de direita do Governo na área da saúde tem levado ao desaproveitamento de muitas das potencialidades do Serviço Nacional de Saúde e ao agravamento de muitos dos problemas que este possui há alguns anos. Claro que esta política não se desliga de uma estratégia que visa a privatização de pelo menos parte dos serviços públicos de saúde. Ou seja, «é bom» que as coisas se degradem e que a população fique descontente com a prestação dos serviços públicos que actualmente tem...

– A população fica descontente mas não tem condições financeiras para pagar os serviços privados...

– Naturalmente. Uma tal solução passaria sempre pelo aumento das despesas da participação da população e pela definição de um conteúdo mínimo de serviços de saúde que serviria apenas a população mais indigente.

– As acções em que tens participado no decurso desta semana confirmam o diagnóstico do PCP nesta área?

– Sim, ainda que a situação mais referida por utentes, profissionais e responsáveis de diversas instituições seja a falta de recursos humanos, de médicos de família, de enfermeiros e de outros pro-

fissionais, técnicos mas também administrativos e auxiliares, fundamentais para o funcionamento dos serviços.

– Essa carência de pessoal tem que ver com a falta de procura dessas profissões ou com a falta de resposta do nosso ensino?

– Que novo modelo de gestão para as unidades de saúde defende o PCP?

– Um modelo que prova ser possível gerir melhor sem privatizar a gestão. Como? Fazendo, por exemplo, com que as direcções dos centros de saúde e dos hospitais sejam escolhidas por concurso e não por nomeação, ou seja, premiando a competência e não o compadrio político, como hoje acontece em muitos casos. Depois, pretende-se que esses concursos tenham em conta propostas de determinada produção de serviços de saúde, isto é, de consultas, de operações cirúrgicas, de atendimento, pois a definição de metas, a produtividade, tem que ser um objectivo a alcançar no período em que decorre essa gestão.

Por fim, uma participação muito maior, quer da população directamente através das suas comissões de utentes – fundamental, como a experiência já comprovou, para que os serviços de saúde melhorem e tenham mais em consideração as necessidades dos próprios utentes – quer das autarquias,

– Há uma enorme procura e há uma restrição muito grande na entrada nas faculdades de medicina e nas escolas de enfermagem. E quando se sabe, por exemplo, que 40% dos médicos que hoje estão no SNS terão em 2005 mais de 55 anos – idade em que começam a aposentar-se, ou pelo menos a ter menos participação em urgências e em serviços à noite –, a situação é muito preocupante, pois a entrada de alunos para as faculdades de medicina está muito longe de compensar essa saída.

Mas o problema não é só esse. No que diz respeito a auxiliares e administrativos, como vigora o regime de congelamento de vagas, que só circunstancialmente é altera-

do, quando um funcionário de uma instituição do SNS se reforma, normalmente a sua vaga não volta a ser preenchida, o que leva ao esvaziamento crescente de pessoal dos serviços de saúde e à degradação das condições de funcionamento destes.

– Entretanto, o *numerus clausus* continua a impedir a entrada de alunos nas faculdades...

– O problema é que há em jogo uma série de apetites de entidades privadas (ao que se sabe, são cerca de uma dúzia a querer abrir cursos de medicina privados) e talvez aí resida em parte a razão de o Governo não mostrar vontade de

Política neoliberal do Governo desaproveita as potencialidades do SNS

Gestão

Um novo modelo

que deverão ter uma voz própria ao nível da distribuição dos recursos na sua área. Não é dar mais responsabilidades à autarquia mas sim dar-lhe o poder de participar nas decisões, de forma a que elas sejam as mais adequadas às necessidades da população.

– As listas de espera poderiam ser resolvidas com esse novo modelo?

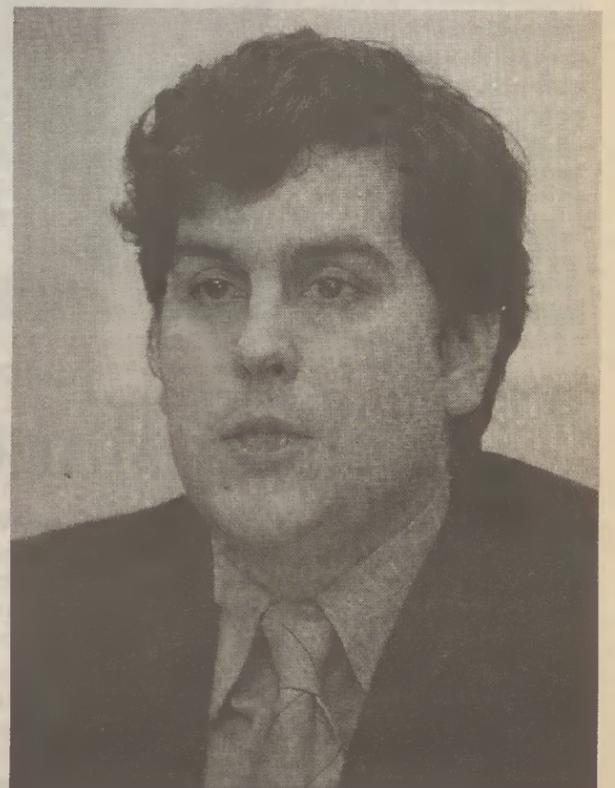
– A esmagadora maioria das listas de espera poderia ser resolvida com um melhor aproveitamento da capacidade das próprias unidades públicas, mas isto não está a acontecer porque o Governo entendeu começar a contratualizar a recuperação de listas de espera com os privados mesmo antes de esgotar a capacidade dos hospitais públicos.

É, aliás, inaceitável que o Governo não saiba ou não queira dizer hoje quanto é que foi o aumento ou a diminuição da produtividade normal dos hospitais durante o ano 2000. Pode-se, por exemplo, dizer que recuperámos 15 000 operações que estavam em lista de espera

mas, depois, se na actividade normal elas diminuem em 20 mil, não há recuperação, há maior atraso. E é esse aproveitamento da capacidade de trabalho normal, do cumprimento dos horários, do alargamento do funcionamento dos blocos operatórios, dos horários de consultas externas que é preciso fazer.

– E as listas de espera para as consultas de especialidade?

– Bem, essa é uma questão que tem estado a ser ignorada pelo Governo. Porque as listas de espera não são só para cirurgias mas também referentes a situações em que as pessoas estão meses e anos à espera de obter uma consulta especializada no hospital. E hoje tem-se conhecimento de diversos atrasos nessa área – alguns de anos – sem que haja qualquer planificação do Governo para fazer face a essa situação e, até, de algumas situações em que há o fecho da entrada de gente para primeiras consultas em especialidades, de forma a que elas depois não apareçam nas listas de espera para cirur-



gias. É que, quando se vai a uma primeira consulta de oftalmologia e se detecta a existência de cataratas, entra-se na lista de espera para cirurgia mas se se limitar a entrada na primeira consulta a lista de espera também não cresce...

– Porquê um plano de emergência para formação de profissionais de saúde?

– Porque a situação é, de facto, de emergência. Sabe-se hoje que estão por preencher no SNS metade dos lugares para médicos, um terço dos enfermeiros, metade dos técnicos superiores de saúde e técnicos de diagnóstico e terapêutica e um quarto dos auxiliares e administrativos. Numa situação destas, e com a rápida evolução que vai haver nos próximos anos, nomeadamente na área dos médicos, a situação é de facto de emergência. É que o Governo continua a não ter qualquer plano para a formação dos profissionais de saúde, apesar da Resolução proposta pelo PCP e aprovada por unanimidade na Assembleia da República nesse sentido. Ora,

é preciso fazer a planificação – que não é difícil – das saídas de médicos, enfermeiros e profissionais do SNS de modo a que o aumento das vagas nas várias faculdades e escolas acompanhem essa evolução. A questão é: ou se alarga o *numerus clausus* das faculdades e das escolas superiores ou não se conseguirá dar resposta ao problema, pois só daqui a seis, sete ou oito anos é que das duas novas faculdades de medicina vão sair alunos aptos a exercer.

– A entrada de médicos e outros profissionais de saúde, designadamente espanhóis, nos nossos serviços não prejudica a prestação dos cuidados de saúde?

– Ela é mais ou menos inevitável e em muitas situações pior seria que nem sequer esses existissem, embora, obviamente, não seja a solução final para o problema. Para além da barreira da língua há outro problema que é o de esses profissionais não se fixarem cá durante muito tempo e não darem estabilidade aos serviços.

Saúde: pública e para todos

Gerir melhor sem privatizar

umentar o *numerus clausus*: para haver mercado para essas entidades. Quando as faculdades públicas, afinal, devidamente apoiadas, com mais recursos e investimentos, têm capacidade para formar muito mais profissionais do que o fazem agora.

– E como resolver um outro problema que é o de, muitas vezes, os médicos não quererem ir para zonas afastadas dos centros urbanos?

– Encontrando mecanismos semelhantes aos que existem para outras profissões. Aliás, a falta de fixação em zonas carenciadas afecta não só o interior mas também as zonas mais periféricas dos centros urbanos e das áreas metropolitanas, designadamente nos centros de saúde, pois há tendência para a concentração nos hospitais mais centrais em detrimento dos centros de saúde, a primeira porta de entrada nos serviços de saúde. É necessário, portanto, encontrar medidas, quer para a fixação de profissionais em zonas carenciadas quer para a orientação dos recursos para os centros de saúde.



Na terça-feira, dia do encerramento da «Semana da Saúde», o secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, acompanhado de Bernardino Soares, participou numa reunião com a Comissão de Utentes do Hospital Amadora-Sintra (foto de cima) e encontrou-se com a Plataforma Sindical da Saúde (em baixo)



Equipamentos

Um plano nacional

– A elaboração, que o PCP propõe, de um plano nacional de equipamentos passa por uma maior dotação de verbas para a saúde no Orçamento do Estado?

– Talvez não. Passa por uma reorientação do dinheiro que se gasta a comprar serviços ao sector privado. Mais de 90 por cento dos exames complementares que se fazem nos centros de saúde são comprados ao sector privado. Ora é indispensável que haja nos centros de saúde o equipamento mínimo que permita ver as questões básicas quando o utente lá se dirige. Não é ter equipamentos de ponta em todos os centros de saúde, pois isso não é possível, nem desejável, nem sequer necessário. É ter um equipamento básico e, por outro lado, aproveitar os equipamentos que existem nos hospitais. Um estudo mandado elaborar pelo Governo, há uns anos, dizia que se os serviços públicos na área dos exames complementares funcionassem oito meses por ano a 10 horas diárias seria possível praticamente cobrir tudo aquilo que é radiografias, ecografias e TACs que se compram ao sector privado. E, portanto, não se trata aqui de, porventura, gastar mais dinheiro, mas sim gastar melhor o dinheiro que hoje está a ser desperdiçado entregando ao sector privado aquilo que podia ser feito no sector público.

– Que outras propostas apresenta o PCP para apriorizar os problemas da saúde?

– Uma delas tem a ver com a abolição das taxas moderadoras. Em primeiro lugar, porque não é justo que os utentes paguem, para além do que já pagam nos impostos, para subsidiar o SNS; depois, porque embora elas se afirmem como moderadoras do consumo de cuidados de saúde, na prática o seu único efeito é fazer as pessoas pagarem-nas; e, finalmente, porque pelo que nos é dado saber, a receita do SNS vinda das taxas moderadoras é inferior ao que se gasta em ocupação de recursos humanos, circuitos burocráticos e todos os outros trâmites administrativos que estão ligados à questão da taxa moderadora.

Uma outra proposta tem a ver com os medicamentos. O País continua a ter uma política do medicamento que engrossa os lucros da indústria farmacêutica e das farmácias, mantendo sobre os utentes um peso muito grande do custo dos medicamentos. Nós defendemos, por exemplo, que se estabeleça para todo o SNS a regra que já existe nos hospitais de prescrição por princípio activo. Isto é, o médico indicaria a categoria do medicamento que o doente deve tomar e dentro dessa categoria o doente teria a possibilidade de escolher na farmácia aquela que é similar e mais barato.

Há, ainda, medidas que poderiam ser tomadas, como a dispensa gratuita nos hospi-

tais, designadamente nas consultas externas e nas urgências, dos medicamentos receitados e que se forem comprados na farmácia saem mais caros ao Estado por via da comparticipação.

– Há, ainda, uma outra proposta que tem a ver com a assistência dentária?

– Essa proposta é muito importante, já que no nosso país praticamente não se pode tratar os dentes se não for no sector privado. Ora, não podemos continuar a ter um serviço público que não tem resposta para os cuidados de saúde oral, que a própria Organização Mundial de Saúde definiu como dos mais importantes. Não há sequer carreira de médicos dentistas no SNS. Nós pensamos, assim, que não é possível continuarmos a ter essa matéria desguarnecida e completamente entregue ao sector privado. E uma vez que há profissionais desta área a saírem das faculdades em número suficiente para virem a ser integrados no SNS, é preciso garantir essa integração e esse aproveitamento e essa resposta do SNS.

– Em tua opinião, as propostas do PCP são, portanto, viáveis sem a implicação de mais dinheiro?

– Nós temos dito que há ainda um subfinanciamento do sector da saúde, pois, comparativamente a outros países, gastamos uma per-

centagem mais baixa do PIB. Por isso, a ideia de que já gastamos demasiado com a saúde não é verdadeira. Mas, para além de globalmente haver este subfinanciamento, há dinheiro do SNS que, em boa parte, é entregue de bandeja ao sector privado. Portanto, há aqui duas questões: uma, o subfinanciamento que existe em termos globais; e outra, a necessidade de melhor se aproveitar os dinheiros que existem e são entregues de bandeja aos interesses privados na área do medicamento, dos meios de diagnóstico, dos equipamentos e em tantas outras áreas que consomem boa parte do orçamento da saúde.

Com estas propostas pretendemos, sobretudo, provar que o SNS tem problemas mas que eles são resultado da política seguida ao longo destes anos. E que podem ser resolvidos. Visto que, com uma certa campanha de degradação do SNS, pretende-se dar espaço às orientações neoliberais de privatização dos serviços de saúde, procurando convencer a população de que o único remédio para esta situação é privatizar, nós queremos demonstrar que é possível recuperar o SNS e pô-lo a funcionar melhor. Até porque ele é responsável nos últimos anos pelo grosso dos cuidados de saúde prestados à população e tem nessa matéria um currículo bom, invejável e que devemos valorizar.

PCP 1921 • 2001

80 ANOS
a fazer história
a construir futuro

Exposição em Setúbal

Entre as várias iniciativas com que assinalou a passagem do 80.º aniversário do PCP, a Direcção da Organização Regional de Setúbal promoveu uma exposição, composta por quatro espaços, o primeiro dos quais reservado aos 70 anos do «Avante!». Aqui podem ser observados alguns exemplares do «Avante!» editados antes do 25 de Abril e impressos em tipografias clandestinas, designadamente a 1.ª página do primeiro de cada década e o primeiro número legal, após o 25 de Abril.

O segundo tema aborda os «45 anos de luta clandestina», através de diversos documentos políticos, de objectos feitos pelos presos políticos no cárcere, de biografias e fotografias de militantes do PCP e de uma exposição de pintura de Rogério Ribeiro cujo tema é a obra de Manuel Tiago «Até amanhã, camaradas».

No terceiro espaço, cartazes, autocolantes, folhetos e outra documentação ilustram o papel do PCP ao longo de 80 anos nas lutas dos trabalhadores e de outras camadas sociais no distrito de Setúbal.

Por último, um espaço reservado ao «Poder Local Democrático: conquista da revolução» permite tomar contacto com o trabalho desenvolvido pela CDU na Península de Setúbal.



Fados no Porto

A Comissão de Freguesia de Paranhos do PCP realizou, no passado fim-de-semana, uma «Noite de Fados», no âmbito das comemorações do 80.º Aniversário do Partido, da entrega dos novos cartões e da dinamização do trabalho político com vista às próximas eleições autárquicas.

Nesta iniciativa, que contou com a participação de mais de meia centena de militantes e simpatizantes do PCP, foram afirmados, pela intervenção de António Neto, coordenador da Comissão de Freguesia e membro da Direcção da Cidade e da DORP, os objectivos que os comunistas de Paranhos traçam para as próximas eleições autárquicas.

Sérgio Teixeira, responsável da Organização Regional do Porto e membro da Comissão Política, destacou, na sua intervenção, «o importante momento que atravessa a luta dos trabalhadores e a sua influência na situação social e política do nosso país», referindo, em particular, «a necessidade do desenvolvimento do trabalho e da iniciativa política do PCP, com vista às próximas batalhas».

Sessão em S. João da Talha

Mais de meia centena de camaradas participaram na sessão comemorativa do 80.º aniversário do PCP que decorreu na freguesia de São João da Talha, no passado dia 1 de Abril.

A sessão, que decorreu nas instalações do Grupo Dramático e Recreativo Corações de Vale Figueira, contou com a presença de António Dias Lourenço, dirigente histórico do PCP.

No local estava patente uma exposição dos aspectos mais significativos da vida do Partido Comunista Português, tendo sido entregues os novos cartões de militantes. No final, um porto de honra permitiu o convívio e a confraternização, que foram aproveitados pelos presentes para recordar tempos idos, lutas e experiências, tarefa que tem prosseguido, geração após geração, em defesa dos direitos e liberdades dos trabalhadores e do povo em geral.



TORRES NOVAS Vale a pena lutar

«A vida tem mostrado que sem persistência e luta, os trabalhadores não defendem os seus interesses nem conquistam novas vitórias», afirma a Concelhia de Torres Novas do PCP na mensagem com que saudou os trabalhadores da Rodoviária Tejo pela paralisação de uma hora que fizeram na semana passada por melhores condições de trabalho e de salário. Na sua saudação, o PCP garante, ainda, aos trabalhadores da Rodoviária Tejo que poderão sempre contar com a sua solidariedade activa.

AMADORA Má gestão na PROTEU

O encerramento das instalações da PROTEU, na Damaia, deve levar os seus trabalhadores a uma grande firmeza na luta em defesa daquilo a que têm direito, afirma o Sector de Empresas da Amadora do PCP.

Entre as razões que terão levado ao encerramento da PROTEU, o PCP destaca a má gestão praticada pela administração que, ao entregar 99 por cento das encomendas a um único cliente, colocou a empresa numa situação de dependência, ainda que acuse também o Governo PS por permitir que nos últimos anos fossem destruídos mais de seis mil postos de trabalho em empresas de capital estrangeiro, na área dos têxteis. Para o PCP, que defende a revalorização dos salários neste sector, são igualmente «insultuosas» as afirmações do ministro da Economia no sentido de «que em Portugal não fazem falta empresas deste tipo».

AVEIRO Desleixo na Mata do Buçaco

O organismo de Coordenação Interconcelhia da Bairrada do PCP congratula-se com o facto do projecto de despoluição da Pateira estar a avançar mas lamenta que os municípios não tenham tido a capacidade para criar uma Associação que lhes permitisse uma intervenção neste projecto, cuja gestão acabou por ser entregue à SIMRIA, empresa de capitais públicos mas de direito privado.

O PCP espera, contudo, que os municípios intervenham no sentido de evitar que, no futuro, venham a ser colocadas às populações eventuais cobranças dos custos desta obra e defende a rápida conclusão das redes de saneamento. Quanto aos estragos causados pelo rigor do Inverno na Mata do Buçaco, o PCP considera que eles foram agravados pela degradação que nele grassava - já denunciada na Assembleia da República pelo deputado João Amaral -, sendo mesmo para alguns um pretexto para esconder «o criminoso desleixo» a que a Mata foi votada, nomeadamente pela Câmara Municipal da Mealhada.

CALDAS DA RAINHA Ilegalidade na SUBTIL

A política de direita do PS está a dar força ao patronato na sua tentativa de impor salários baixos e fugir ao cumprimento dos direitos contratuais dos trabalhadores, diz a Comissão Concelhia de Caldas da Rainha do PCP, exemplificando com o que se passa nas Faianças SUBTIL. Diz o PCP que a administração desta empresa, não contente com a tentativa de impedimento de um plenário sindical legalmente convocado, decidiu não pagar aos trabalhadores o tempo que durou o plenário, violando as leis sindicais em vigor. Solidário com os trabalhadores da SUBTIL, o PCP apela à sua unidade com vista a pôr fim às ilegalidades da administração.

Prisão perpétua

O processo de preparação e a realização do congresso de um partido político constitui, por razões óbvias, um momento privilegiado para se aferir o conteúdo democrático do seu funcionamento interno.

Relembramos: a preparação do XVI Congresso do PCP, realizado em Dezembro passado, iniciou-se com cerca de um ano de antecedência. Na sequência de várias reuniões de cada um dos seus organismos executivos e de uma reunião conjunta desses três organismos, o Comité Central do Partido discutiu e aprovou depois - em Fevereiro de 2000 - uma Nota de Trabalho que enunciava uma série de temas a debater. Essa Nota de Trabalho foi, a seguir, posta à discussão em todo o Partido num processo que envolveu milhares de militantes. Nessa mesma reunião o Comité Central definiu linhas de acção essen-



José Casanova
Membro da Comissão Política

cias páginas ao debate congressual publicando mais de duzentos textos produzidos por militantes do Partido. Entretanto, procedeu-se à eleição dos delegados e, simultaneamente, à elaboração da proposta de composição do Comité Central a eleger pelo Congresso - proposta que foi construída na base de uma ampla auscultação de opiniões desde os organismos de direcção central até aos organismos de base. Finalmente, nos três dias de duração do Congresso, os cerca de 1700 delegados discutiram e aprovaram a Resolução Política e elegeram o novo Comité Central. Foi assim, em

assim que o PCP entende a preparação e realização dos seus congressos: procurando que na definição das orientações e linhas de intervenção política do Partido e na eleição dos que, nos intervalos dos congressos, têm a responsabilidade de

/// A participação serve para avaliar a democraticidade de um Partido ///

as visando o prosseguimento e a ampliação da intervenção partidária - porque a política de direita prossegue; porque o PCP é o único grande partido nacional que, de facto, a combate; e porque, naturalmente, «o Partido não fechou para congresso». Posteriormente, e tendo em consideração as conclusões do debate realizado, o Comité Central procedeu à elaboração de um projecto de documento que, a partir de Outubro, foi amplamente discutido por muitos milhares de militantes, submetido às alterações decorrentes dessa discussão e apresentado ao Congresso como Projecto de Resolução Política. Nesse mesmo período, o «Avante!» abriu as

assegurar a aplicação das decisões tomadas, participe o maior número possível de militantes, de forma a que as conclusões do congresso sejam a síntese da multiplicidade de opiniões expressas no debate. E sempre com a noção de que era e é possível fazer mais e melhor no que respeita à participação militante, dado fundamental para a apreciação do funcionamento democrático do Partido.

Dois pesos e duas medidas

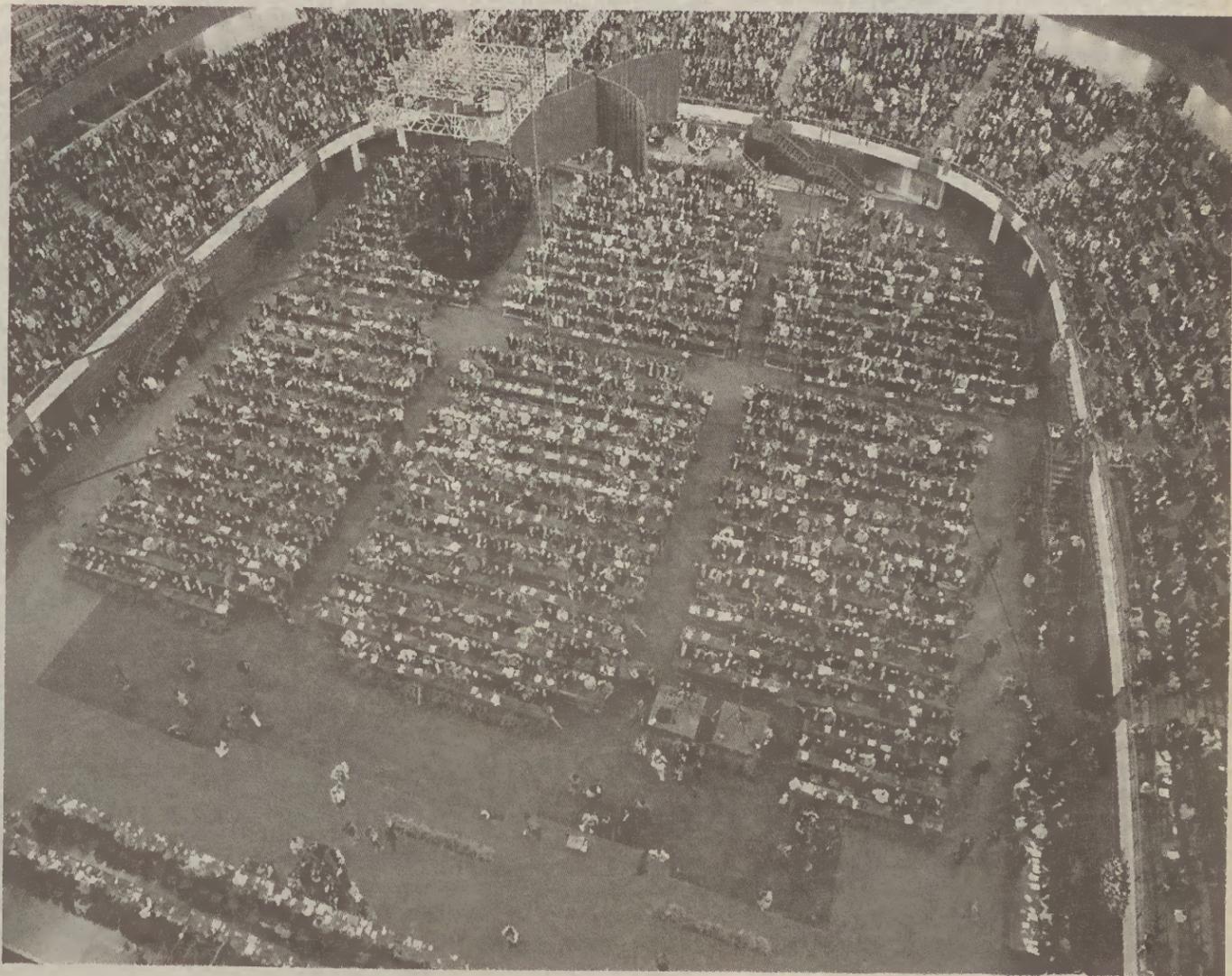
Todos nos lembramos da forma como a generalidade da comunicação social dominante tratou este processo:

as «perversidades» do centralismo democrático foram impiedosamente flageladas; o «modelo leninista», fonte de todos os males, foi abundantemente diabolizado; choveram as acusações de falta de democraticidade interna - falta sempre apresentada como um dado adquirido e incontestável, como uma evidência a dispensar demonstração.

É curioso e pertinente observar a forma como esses mesmos órgãos de comunicação social apreciam, agora, o Congresso do PS: noticiando tudo o que sabem sobre o que se vai passando - e esta é uma realidade positiva que importa registar - furtam-se, no entanto, a proceder a qualquer consideração sobre a democraticidade do processo de preparação do dito congresso - sempre intuída como um dado adquirido e incontestável, como uma evidência que dispensa demonstração.

Ora, mostra a realidade por eles difundida que a participação militante na preparação do Congresso do PS é igual a zero, isto é, está reduzida a um pequeno grupo de eleitos, a um restrito e seleccionado núcleo de notáveis - de onde emerge, na posse de poderes quase absolutos, a figura do Secretário-Geral: António Guterres é o autor de uma «moção de estratégia», para a qual os militantes não foram ouvidos nem achados, e que o Congresso irá aprovar integralmente; o mesmo Guterres, utilizando os seus poderes especiais, escolherá, pessoalmente, um terço dos 200 membros efectivos e dos 50 suplentes que integrarão a Comissão Nacional do PS; e por aí fora...

E esta exibição de confrangedora pobreza democrática em matéria de funcionamento partidário é absolvida - pela ausência de qualquer comentário ou reparo - pelos juízes deste tribunal plenário, os quais, fechando os olhos à realidade, condenaram o PCP à prisão perpétua da falta de democraticidade interna...



VILA VERDE Saúde não melhora

Uma delegação da Comissão Concelhia do PCP de Vila Verde visitou a Extensão de Saúde do Prado, onde contactou o médico responsável daquele serviço, técnicos e utentes que a informaram sobre as precárias condições de trabalho de observações e consultas, do serviço de enfermagem e dos administrativos.

Entretanto, o atraso na construção das novas instalações, cuja conclusão estava prevista para 1999, está a causar enormes problemas quer à população de Vila de Prado quer aos profissionais de saúde que aí trabalham.

Assim, a Concelhia de Vila Verde do PCP vai apresentar o problema ao Grupo Parlamentar comunista para que este levante a questão na Assembleia da República, onde promete de novo levantar a questão das taxas ilegais pagas pelos utentes do Serviço Nacional de Saúde no Hospital da Misericórdia.

SINTRA Prepotência em Monte Abraão

A Comissão Concelhia de Sintra do PCP garante que irá apresentar uma queixa-crime contra a presidente da Junta de Freguesia de Monte Abraão pela retirada sistemática de propaganda do PCP.

De facto, ao tomar conhecimento de que a presidente da Junta de Freguesia de Monte Abraão, numa «atitude prepotente e antidemocrática», havia mandado retirar os painéis de propaganda do PCP, alusivos às comemorações do 80.º aniversário a decorrer até ao fim do ano, a Comissão Concelhia de Sintra do PCP informou da ocorrência a Polícia de Segurança Pública que se deslocou à Junta. Aí a presidente reconheceu a ordem e comprometeu-se a devolver a propaganda mas quando membros do PCP foram recolher os materiais verificaram que os mesmos não correspondiam aos retirados mas sim a outros muito mais antigos.

Indignada e perguntando quanto mais material de propaganda do PCP irá ainda desaparecer, a Concelhia de Sintra diz que não irá permitir a continuação de tal atitude.

EMIGRAÇÃO Saudação ao Plenário do CCP

A Direcção da Organização na Emigração do PCP entende que a reunião do Plenário Mundial do Conselho das Comunidades Portuguesas «pecou por tardia», pois impunha-se desde Fevereiro do ano passado, quando o Supremo Tribunal Administrativo considerou nula a eleição do Conselho Permanente do CCP, devido aos atropelos que se verificaram ao acto eleitoral.

O PCP há muito que denuncia a actuação do Governo PS no sentido de procurar «limitar e condicionar» a autonomia do CCP a quem, desde a sua eleição em Abril de 1997, recusa atribuir no Orçamento de Estado as verbas adequadas ao exercício das suas funções.

A Direcção da Organização na Emigração do PCP espera, pois, que a convocação desta reunião - «importante vitória da grande maioria dos conselheiros» - represente da parte do actual secretário de Estado da tutela «um sinal» de maior respeito pelo CCP e pela acção dos conselheiros eleitos.

AÇORES Jornadas Parlamentares

As 2.ªs Jornadas Parlamentares do PCP/Açores, encerradas há dias, foram marcadas pela participação quer do Grupo Parlamentar e de membros de Comissões CDU de diversas ilhas, quer de membros do Conselho Regional do PCP e de representantes da JCP que aí levaram as conclusões saídas do intenso debate interno que antecedeu as Jornadas.

Embora o tema central da discussão tivesse sido as propostas governamentais de PMP 2001-2004 e do Plano e Orçamento para 2001, as Jornadas não deixaram de tratar a preparação das eleições autárquicas que se avizinham.

SETÚBAL Passado, presente e futuro

As comemorações dos 80 anos do PCP foram aproveitadas pela Comissão Concelhia de Almada para discutir também o presente e o futuro e o trabalho dos comunistas na sua construção.

Nesse sentido, promoveu um debate sobre os «25 anos do Poder Local Democrático», moderado por José Manuel Maia, presidente da Assembleia Municipal de Almada, que contou com a participação de Maria Emília Sousa, presidente da Câmara Municipal de Almada, e Jorge Pires, membro da Comissão Política do PCP.

Relembrando, contudo, o passado, a Concelhia de Almada promoveu, ainda, um debate moderado por Bruno Dias e com a participação de Jaime Serra, onde foi possível aos presentes ouvir «Histórias Clandestinas».

Entrada de «novos»
é marcada por entusiasmo de «velhos»

Comunistas asseguram o futuro

A campanha lançada pelo PCP a propósito da entrega dos novos cartões de militante continua a ter efeitos positivos em muitas organizações.

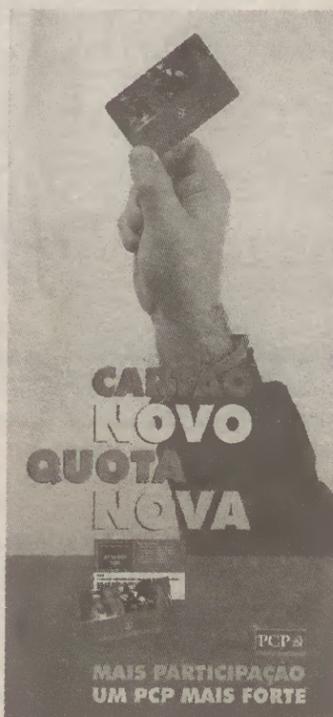
Para além de cumprir um dos seus principais objectivos - incentivar a participação dos militantes e elevar a sua consciência sobre a necessidade de o fazerem sem que para isso tenham de ser solicitados - as iniciativas promovidas no âmbito da campanha «Cartão Novo/Quota Nova» têm sido aproveitadas pelos militantes comunistas para actualizar tanto as suas quotas como os respectivos dados enquanto membros do Partido

Canha, freguesia situada no concelho do Montijo, é um exemplo dos bons resultados da campanha em curso. Freguesia de características rurais, com cerca de dois mil eleitores, Canha foi profundamente abalada pela destruição da Reforma Agrária, tanto do ponto de vista económico, como do ponto de vista social e político. Uma tal regressão levou também a que, durante muitos anos, a actividade do Partido fosse regredindo até deixar, inclusive, de vencer as eleições autárquicas para a Junta de Freguesia.

Entretanto, as medidas tomadas após a última Assembleia da Organização Concelhia, no sentido de

responsabilizar jovens pela acção global do Partido no concelho, começaram logo a apresentar resultados extremamente positivos. Por sua vez, a realização, no ano passado, da Assembleia da Organização da Freguesia de Canha, revelou-se determinante para o bom traba-

Iniciativas para entrega de cartões têm incentivado a participação



lho que neste momento já existe.

É assim que, nos últimos dois anos, se recrutaram na freguesia 32 novos membros do Partido, elevando para 83 o número de militantes, e existe um funcionamento regular do organismo de direcção que promove iniciativas várias, faz sair docu-

mentos com a opinião do Partido sobre problemas com que a população se confronta e aponta propostas para a solução dos mesmos.

Foi neste quadro que se realizou, no dia 4 de Março, um almoço-convívio para comemorar o 80.º aniversário do PCP, no qual participaram 55 pessoas entre militantes e amigos do Partido, e se procedeu à distribuição dos novos cartões do Partido. Na ocasião, foram entregues cartões a 37 camaradas, 25 dos quais

aumentaram a sua quota de forma significativa, abrindo-se perspectivas muito positivas para a integração e participação destes camaradas na actividade partidária a nível local.

Uma nota a salientar, ainda, foi o entusiasmo dos «velhos» militantes por verem uma nova geração de dirigentes locais assumir o seu testemunho, assegurando assim o futuro do Partido, e pelo facto de nesta iniciativa terem aderido ao Partido mais sete camaradas.

Perigo na Ponte da Tijosa

Tendo em conta os sinais de degradação há bastante tempo apresentados pela Ponte da Tijosa, a Câmara de Ovar entendeu contemplá-la com uma verba de 5000 contos no Orçamento deste ano.

Porém, devido provavelmente ao Inverno especialmente chuvoso que tem assolado o País, a Ponte da Tijosa está em perigo de derrocada iminente caso não sejam tomadas com urgência medidas que não se limitem a condicionar o trânsito a camiões pesados.

Face à situação, Manuela Mourão, representante da CDU na Assembleia de Freguesia de Ovar, enviou à

Junta de Freguesia de Ovar um requerimento em que solicita a avaliação das reais condições de segurança daquela ponte que, tendo embora o trânsito condicionado a camiões pesados, permite a circulação de carros e tractores.

A representante da CDU pretende ainda saber da Junta e da Câmara Municipal para quando é que está prevista a intervenção contemplada para a ponte no Orçamento da Câmara deste ano e se a mesma não poderia «avançar imediatamente com carácter de urgência», já que, «sem alarmismos» a situação «parece de algum perigo».



▼ CAMARADAS FALECIDOS

António Fernando Morais

Faleceu, no dia 28 de Março, o camarada António Fernando Morais. Membro da célula da Carris, era membro do seu secretariado e do organismo de direcção dos Transportes de Lisboa. Era dirigente do TUL e pertencia há muito ao Secretariado da FSTRU. Era um camarada muito prestigiado entre os seus companheiros de trabalho e no local onde residia, tendo sido dirigente da Associação de Moradores de Santo António dos Cavaleiros durante muitos anos. Foi eleito autárquico.

Jorge Barbosa Gonçalves

Faleceu, vítima de acidente de viação, o camarada Jorge Barbosa Gonçalves, de 72 anos. Militante do Partido desde 1995, estava organizado na freguesia da Amora.

Manuel Pinhão Alegria

Faleceu recentemente o camarada Manuel Pinhão Alegria, organizado na freguesia de Mafra. Camarada muito activo, entre as várias tarefas que desempenhava encontrava-se a da distribuição do «Avante!».

Maria da Conceição Mocho

Com 90 anos de idade, faleceu a camarada Maria da Conceição Mocho. A camarada estava organizada na freguesia de Alverca.



Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

5.ª Assembleia de Castelo Branco quer inverter política de direita a nível local

Com o PCP um outro futuro

Com a presença de Carlos Carvalhas, reuniu na Covilhã a 5.ª Assembleia da Organização do Distrito de Castelo Branco que, sob o lema «PCP - a esquerda de sempre num distrito com futuro», traçou objectivos e elegeu a nova Direcção Regional.

No sábado passado, 120 delegados reuniram na Escola Secundária Frei Heitor Pinto, na Covilhã, para analisar a actividade levada a cabo pelo PCP nos últimos quatro anos, tendo definido os objectivos da organização e de intervenção para os próximos anos e eleito a nova Direcção Regional.

Os trabalhos, que contaram com a presença de vários convidados, foram iniciados com a apresentação, por Armando Morais, do Relatório de Actividades dos últimos quatro anos. O responsável pela DORCB caracterizou a intensa actividade do PCP no distrito e sublinhou o empenhamento dos comunistas nos órgãos municipais, no movimento sindical

unitário, nas empresas, nas escolas, nas associações, pela defesa dos interesses das populações, dos trabalhadores, das mulheres, dos jovens, dos reformados, rumo a uma vida melhor no Distrito.

Mais de uma dezena de intervenções, provenientes das diversas organizações do Partido, caracterizaram a situação política, económica e social do distrito. Apesar de viverem e trabalharem num distrito cada vez mais desertificado e envelhecido, deprimido social e economicamente, em resultado da política de direita praticada pelo PSD e pelo PS, os comunistas acreditam que aqui existe futuro e que é possível viver com mais dignidade e mais justi-

ça social nesta região do Interior.

PCP é indispensável

«Por um outro futuro e por uma alternativa de esquerda» foi uma das frases mais ouvidas na Assembleia. Um futuro de progresso e justiça social que passa pelo reforço da influência do PCP e da CDU, tal como a Resolução Política - aprovada por unanimidade - indica e demonstra através das inúmeras propostas dos comunistas nas mais diversas áreas (acessibilidades, economia, ambiente, educação, saúde, habitação, etc.).

As eleições autárquicas foram igualmente tema de destaque. A Assembleia sublinhou o trabalho dos eleitos do PCP e da CDU nos vários órgãos municipais e definiu como um dos principais objectivos a necessidade de reforçar e dinamizar a CDU conseguindo em Dezembro próximo mais mandatos. Este é,



Os delegados elegeram por unanimidade a nova Direcção Regional

como concluiu, o único caminho possível para inverter ao nível local a política de direita levada a cabo pelo PSD e PS que repartem entre si as onze câmaras do distrito.

Vários delegados destacaram a necessidade de prosseguir o rejuvenescimento

do Partido bem como o reforço da participação de mulheres, objectivos parcialmente conseguidos na nova composição da Direcção Regional, que viu entrar onze novas camaradas, dentre os quais vários jovens e mulheres. A nova Direcção Regional, eleita por unanimidade, é assim, composta por 30 camaradas, com uma média de idades de 45 anos. Coube ao secretário-geral

do PCP, Carlos Carvalhas, o encerramento dos trabalhos. Denunciando a retórica social do PS, que na prática é contrariada por uma política que se baseia na penalização dos direitos e interesses dos trabalhadores e das populações, o secretário-geral apelou ainda ao empenhamento e ao esforço de todo o colectivo partidário nas próximas lutas que se avizinham.

1.ª Assembleia da Gestnave/Lisnave

Há razões para ter confiança

Cerca de 70 militantes participaram, domingo passado, na primeira Assembleia de Organização das Células da Gestnave e da Lisnave, que teve lugar no Auditório da Pluricoop e contou com a presença de Jorge Pires, do CC do PCP.

A institucionalização de uma célula única do PCP Mitrena, que agora se concretizou, é o resultado de um processo que se tem vindo a realizar ao longo do tempo, face à intenção governamental, já anunciada em 1991, de encerramento do estaleiro da Margueira.

Em documento debatido na Assembleia, é feito um breve historial e avaliação de todo este processo.

«A Lisnave, ao longo dos anos, tem sido a empresa onde o grupo Mello tem centrado toda a sua estratégia de recuperar o seu poder económico. De facto, a Lisnave tem sido utilizada como laboratório e suporte do grupo na sua caminhada de recuperação capitalista», afirma-se no documento, que denuncia o apoio, a esta política de restauração capitalista, por parte dos governos, tanto do PSD como do PS.

Em Janeiro de 2001, verificou-se o encerramento do Estaleiro da Margueira, concentrando-se toda a actividade num só estaleiro - Mitrena, na península de Setúbal, actualmente considerado como o maior estaleiro da Europa e o

terceiro maior do mundo. Esta a nova situação com que os comunistas têm vindo a preparar-se para lidar.

Perspectivas de futuro

No quadro das grandes transformações operadas, o PCP defende que a viabilização do actual projecto só é possível se forem consideradas as propostas dos trabalhadores, nomeadamente a implementação de uma política que respeite a sua participação e os seus direitos, uma gestão empresarial ao serviço das pessoas e da economia, o envolvimento do Estado, uma política de investimento e

modernização que «acompanhe o desenvolvimento tecnológico, quer empresarial quer social» e o rejuvenescimento das empresas com a admissão de jovens trabalhadores.

Neste quadro, impõe-se dar continuidade ao trabalho desenvolvido pelos comunistas, nomeadamente articulando actividades, «forjando laços de amizade e camaradagem, cimentando a unidade do partido».

Na reestruturação da célula impõe-se ainda ter em conta algumas particularidades do estaleiro da Mitrena, desde a presença de grande número de trabalhadores não efectivos a uma permanente saída de outros trabalhadores para a pré-reforma, ou ainda o elevado nível etário, 50 anos.

Esta realidade impõe aos comunistas tarefas e linhas de orientação adequadas. Reforçar a organização da célula. Rejuvenescer as ORT's. Acção política e social junto dos trabalhadores não efectivos e acompanhamento dos que saíram para a pré-reforma. Recrutamento de novos militantes.

Sobram, entretanto, razões para encarar o futuro com confiança, pois o que esteve no passado domingo em causa foi «a fusão de duas grandes células do nosso partido», ou seja, «juntar quadros militantes, com duas culturas diferentes, experiências diferentes, mas militantes experimentados com provas dadas forjadas na luta».

Assembleia de Viana do Castelo

Reforçar o Partido nas empresas

Com a participação de 75 delegados, realizou-se, no dia 31 de Março, no Auditório do Centro Social e Paroquial de Santa Maria Maior, a 4.ª Assembleia da Organização Regional de Viana do Castelo do PCP.

Na mesa que dirigiu os trabalhos da Assembleia, e foi presidida por Albino Barros, encontravam-se Branca de Carvalho e Alberto Midões da DORVIC, António Lopes, da Comissão Política, Albano Nunes, do Secretariado do CC, e Teresa Lopes, da Comissão Central de Controlo.

Ao longo de quinze intervenções, os delegados discutiram o relatório de actividades da Organização Regional, a proposta de Resolução Política e a composição da nova Direcção Regional, transmitindo, ainda, o balanço da actividade desenvolvida nos seus concelhos e sectores.

Albano Nunes exprimiu o seu regozijo por ter tido naquela Assembleia a oportunidade de conhecer melhor os militantes da Região e destacou aspectos dos documentos em discussão que vão ao encontro do reforço do trabalho do Partido nas empresas e sectores e no sentido de dar resposta aos problemas concretos dos trabalhadores e da população.

António Lopes, por sua vez, valorizou o trabalho militante da Organização de Viana do Castelo, desenvolvido nas difíceis condições de intervenção no Alto Minho, reconhecendo a importância da 4.ª Assembleia para o trabalho do Partido e procedeu à análise da situação política nacional.

Depois de introduzir algumas alterações ao balanço de actividade e à proposta de Resolução Política, a Assembleia aprovou estes documentos por unanimidade, como, aliás, aprovou também por unanimidade a composição da nova Direcção Regional, composta por treze camaradas e uma moção de solidariedade com o povo cubano, vítima do «criminoso bloqueio imposto pelo imperialismo americano».

Após o encerramento dos trabalhos, o arquitecto José Loureiro apresentou à Assembleia o projecto de reconstrução do Centro de Trabalho de Viana do Castelo, de sua autoria.



A concentração da actividade na Mitrena obrigou à reestruturação da célula do PCP

Aumentos

Na Portugal Telecom as refeições e produtos vendidos nas cantinas tiveram «aumentos exorbitantes», protesta a Comissão de Trabalhadores da PT. Em comunicado, a CT compara os novos preços das refeições (mais 5,9 por cento no tabuleiro completo, mais 33 por cento no pão), com os 3,5 por cento «irrisórios» aplicados nos vencimentos. «Será que pretendem que os utentes deixem de utilizar os serviços, servindo de pretexto para encerrá-los?», pergunta a CT, que denuncia o prosseguimento da «saga de destruição» que encerra cantinas, bares e bufetes de refeições ligeiras, a nível nacional.

Santa Casa

As Ajudantes Familiares da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa concentraram-se na semana passada frente à Provedoria da SCML e junto do Ministério do Trabalho. As trabalhadoras encontram-se em luta por direitos laborais fundamentais, como o direito ao subsídio de férias e o subsídio de Natal, o direito à maternidade e o respectivo subsídio, o direito à assistência e apoio familiar – refere a CGTP, numa nota em que informa que as suas dirigentes Graciete Cruz e Deolinda Machado iriam manifestar a solidariedade da central nas acções de 4 e 5 de Abril.

Aveiro

A Inter-Reformados, levou a cabo uma concentração no passado dia 5, junto à Delegação da Sub-Região de Saúde de Aveiro, denunciando os baixos valores das participações nas unidades de saúde, nomeadamente as relacionadas com oftalmologia, estomatologia e audição, e exigiram a sua equiparação faseada às participações existentes no regime da ADSE.

Conservatório

Os professores da Escola de Dança do Conservatório Nacional estão há 18 meses à espera de uma portaria que consiste na análise do registo biográfico de 16 professores da escola. «Das sucessivas andanças dos papéis entre o Ministério da Educação e o Ministério das Finanças, quem sai prejudicado são estes 16 cidadãos que estão há 18 meses à espera que lhes sejam aplicados... os direitos que a lei (Decreto-Lei 350/99) lhes concede», afirma a nota à Comunicação Social. Embora o Decreto-Lei seja claro relativamente à garantia do direito a retroactivos, há 16 professores a quem o Governo, impunemente, retém, mensalmente, dezenas de contos, numa atitude de total prepotência. Os professores da área artística da Escola de Dança do Conservatório Nacional solicitaram já intervenção da Provedoria de Justiça neste processo e preparam outras acções de luta.

CGTP critica «torpe campanha» do patronato contra a reforma fiscal

O lobo não é cordeiro

Nunca houve tão forte reacção pelo facto de, em Portugal, os trabalhadores pagarem muito mais impostos do que outros estratos de contribuintes.

«O lobo não pode agora vestir a pele de cordeiro, os que nunca cumpriram não podem armar-se em vítimas ou gritar “Aqui d’el Rei” quando se pretende estabelecer um pouco mais de equidade» - protesta a CGTP-IN, que na passada sexta-feira se declarou «indignada com a torpe campanha que o patronato vem desenvolvendo há várias semanas em redor da reforma fiscal». Em comunicado à imprensa, a central chama a atenção para «a profunda sem-razão» dos argumentos utilizados pelos mentores de tal campanha.

Para a Intersindical Nacional, «as recentes iniciativas fiscais que a Assembleia da República tomou, com a oposição do CDS/PP e PSD, a pecarem por alguma coisa, é por serem tardias», tal como «já tardam as medidas que o Governo se comprometeu a pôr em execução a nível de outros impostos, nomeadamente sobre o património, benefícios fiscais e os impostos indirectos».

O patronato, que agora protesta contra tais medidas, «já não tem a mesma atitude quando exige do Estado, em seu benefício, indemnizações, benefícios diversos, isenções», nota a CGTP, apontando como «problema de fundo» o facto de que «a grande maioria das empresas e outros estratos da nossa sociedade habituaram-se durante décadas a não pagar impostos». «De facto, para quem nunca pagou, mesmo

sendo pouco, é muito», comenta a central, pois «para esses, os impostos são para serem pagos exclusivamente pelos trabalhadores por conta de outrem», os quais, realça, são logo sujeitos a retenção na fonte.

Para contrariar «tamanha injustiça fiscal» e «tanta fraude e fuga» verificadas durante anos, a CGTP recorda que insistiu na exigência de um desagravamento fiscal na tributação dos trabalhadores.



Se fosse verdadeiro o retrato fiscal da economia portuguesa, os trabalhadores estavam ricos e os patrões debatiam-se nos estertores da falência

O bolo e as fatias

Aos protestos patronais, a Inter responde com os números conhecidos relativos à cobrança de impostos:

- no ano de 1998, um trabalhador pagou, em média, 230 contos de IRS, enquanto o IRC pago por uma empresa

com facturação até 30 mil contos foi de apenas 86 contos;

- ano após ano, mais de 120 mil empresas não pagam imposto e mais de 100 mil apresentam resultados líquidos negativos;

- em vez dos propalados 36 por cento de IRC (imposto nominal que desceu recentemente para 32 por cento), as taxas efectivas baixaram de 29 para 21 por cento; no caso das empresas com facturação entre 30 mil e 100 mil contos, a taxa efectiva de IRC passou de 31 para

tos indirectos (42 por cento, contra uma média de 31 por cento na UE);

- os impostos sobre património representam no nosso país 2,4 por cento das receitas fiscais, quando a média comunitária é de 4,3 por cento.

Depois de reafirmar que a política fiscal «tem sido altamente elitista» em Portugal, onde «os governos têm sempre defendido os poderosos e os detentores de maiores rendimentos», a CGTP exige «acções para inverter esta profunda desigualdade de tratamento».

Os patrões e as empresas habituaram-se a não pagar impostos

5,5 por cento, enquanto as actividades financeiras são tributadas a cerca de 23 por cento;

- as profissões liberais e os empresários em nome individual pagam, em Portugal, uma média de 33 contos por ano de IRS;

- Portugal tem uma muito elevada incidência de impos-

«Todos têm de assumir as suas obrigações perante a sociedade», reclama a central, concluindo que «dar acolhimento às ilegítimas pretensões do patronato, neste campo, é contribuir objectivamente para a continuação das injustiças fiscais e sociais».

Revisão do AE/RDP

A carreira dos jornalistas que trabalham na Radiodifusão Portuguesa não deve ser alterada «sem o acordo da estrutura que representa a esmagadora maioria desses profissionais ao serviço da Empresa, pois traduz uma inqualificável violação dos mais elementares princípios da representatividade e da liberdade contratual», afirmou o Sindicato dos Jornalistas. A Direcção do SJ, ao tomar conhecimento do texto de revisão do acordo de empresa que iria ser assinado antontem com algumas estruturas sindicais, verificou que nesse documento estava incluída a matéria relativa à carreira dos jornalistas, proposta pela RDP, a qual não mereceu acordo do SJ. «A seriedade do processo que deve presidir ao relacionamento entre instituições impõe que a matéria em questão seja retirada do texto exigindo o sindicato, que manifestou a sua total disponibilidade para continuar a negociar uma carreira profissional que dignifique os jornalistas da RDP», ainda de acordo com o comunicado distribuído no dia 9.

Farmacêuticos

Entraram em greve na segunda-feira os trabalhadores da União dos Farmacêuticos de Portugal, reclamando a melhoria das condições de trabalho do pessoal por turnos. Segundo a Sinquifa/CGTP-IN, os cerca de 260 trabalhadores daquela companhia de comércio farmacêutico situada, no Alto do Cacém, lutam também pelos aumentos dos salários, pela redução do tempo de trabalho, contra a existência de câmaras de vídeo violadoras da privacidade pessoal, pelo diálogo e negociação, contra a imposição e os factos consumados.

A greve teve início às nove horas da manhã e «só foi encetada por culpa da Direcção da empresa que continua sem responder às reivindicações dos trabalhadores e a furtar-se ao diálogo» com o sindicato, refere a nota enviada à comunicação social.

Arjal

Depois de três meses à espera de uma resposta da administração da Arjal às reivindicações dos trabalhadores, estes decidiram fazer greves de duas horas nos dias 11, 12, 13, 17 e 18, uma greve de 24 horas no dia 20 e uma greve às horas extraordinárias nos dias 19, 20 e 21 de Abril. A decisão foi tomada em plenário, no dia 3 de Abril, face à recusa da Administração da empresa em negociar o caderno reivindicativo para o ano de 2001 e informar os trabalhadores acerca do seu futuro face à reestruturação em curso na empresa, informou o Sindicato dos Metalúrgicos do Sul.

1.º de Maio em marcha

1º Maio

Portugal Precisa Igualdade Direitos no Trabalho

35h Semanais

15 horas - Martim Moniz - Alameda

Após o plenário nacional de sindicatos, que reuniu dia 5 em Lisboa, a CGTP divulgou o manifesto para as comemorações do Dia Internacional do Trabalhador, que tem como lema «Portugal precisa igualdade, direitos no trabalho, 35 horas semanais».

No dia 1 de Maio de 1886, recorda a Inter, «centenas de milhares de operários de Chicago participaram na greve geral pela jornada de oito horas convocada pela Federação dos Trabalhadores dos Estados Unidos e Canadá. A repressão patronal e policial foi violenta: vários mortos, centenas de feridos e detidos. Oito, são arbitrariamente condenados à morte». Três anos depois, os Congressos Operários de Paris declararam o 1.º de Maio como Dia Internacional do Trabalhador e convocaram para o ano seguinte uma grande manifestação internacional. «Desde então, o movimento operário e sindical internacional reforçou a sua

organização e implantação, assumindo-se como motor da transformação progressista das sociedades no sentido da solidariedade, justiça social, igualdade, liberdade, democracia e paz», o que faz deste combate «uma luta histórica». Simultaneamente, é «uma luta apontada ao futuro» e «hoje, 115 anos depois, a coragem, combatividade, unidade e confiança no futuro inerentes ao 1.º de Maio continuam a marcar a luta e a acção dos trabalhadores do mundo inteiro».

A CGTP confia que «os trabalhadores portugueses demonstrarão, uma vez mais, neste princípio de milénio, que continuam firmemente apegados aos valores e ideais de Maio» e que farão do 1.º de Maio de 2001 «uma festa e uma grande jornada de luta por melhores salários, qualidade de emprego, formação e qualificação para os jovens, protecção social digna e justiça fiscal».

Descontentamento alastra na Função Pública

Abril em greve

Depois dos professores, que fecharam Março com uma manifestação em dia de congresso da Fenprof e com uma greve nacional, paralisaram na sexta-feira os enfermeiros. Outras lutas estão em curso ou já marcadas.

Passou um mês sem que o Ministério do Ambiente desse início às negociações do caderno reivindicativo dos hidrometristas, o que levou a Federação Nacional de Sindicatos da Função Pública a convocar uma nova greve para anteontem. Mantém-se a decisão destes profissionais de apenas cumprirem os seus horários de trabalho e rejeitarem a realização de horas extraordinárias.

Os hidrometristas – que são apenas 25, a nível nacional, e têm a seu cargo a recolha de amostras de água para consumo público, o controlo das estações hidrométricas e de climatologia e a medição dos níveis freáticos – exigem a revalorização da carreira profissional, a admissão de mais pessoal e melhoria das condições de trabalho.

De hoje até domingo estão em greve os **trabalhadores dos museus**, palácios, monumentos, castelos e sítios arqueológicos, dependentes do Instituto Português dos Museus e do Instituto Português do Património

Arquitectónico, que exigem a alteração do DL 55/2001, de 15 de Fevereiro. A FNSFP/CGTP informou que aqueles funcionários querem ver consagrada a especificidade das carreiras de museologia e de conservação e restauro, nos termos do estatuto remuneratório, e pretendem que a

transição para as carreiras reestruturadas e valorizadas se faça, respeitando os direitos dos trabalhadores, com efeitos a 1 de Janeiro de 1998. Reclamam ainda a regulamentação da cedência de espaços nos museus e palácios dependentes do Ministério da Cultura e a negociação das matérias referentes a horários, folgas e tolerâncias. A greve foi decidida em plenário nacional de trabalhadores, a 2 de Abril.

Depois de ter suscitado o debate daquele diploma na Assembleia da República, a federação requereu à Procuradoria Geral da República que declare a inconstitucionalidade e ilegalidade do respectivo articulado.

Para 20 de Abril, a



As actualizações salariais decretadas pelo Governo têm sido, ano após ano, baseadas em previsões irrealistas de inflação, enquanto outros graves problemas dos trabalhadores do Estado continuam sem solução

FNSFP convocou uma greve nacional dos **guardas-nocturnos das escolas**, que exigem a reestruturação da carreira profissional, um regulamento que garanta a segurança e o horário de trabalho e a atribuição de um suplemento de risco. Naquele dia terá lugar também uma concentração frente ao Ministério da Educação, em Lisboa.

Ainda não obteve resposta o caderno reivindicativo entregue ao Ministério há um ano. Nos plenários regionais que tiveram lugar a 30 e 31 de Março, a federação ficou mandatada para marcar novas formas de luta, depois da greve e concentração. Foi ainda proposto – noticiou o departamento de informação da FNSFP – que 31 de Março passe a ser, para os sindicatos, o Dia Nacional do Guarda-Nocturno.

É também ao ME que são endereçadas as reivindicações dos **trabalhadores não docentes das esco-**

las dos ensinos básico e secundário e jardins de infância, com greve marcada para o próximo dia 27 (e concentração, de tarde, na Avenida 5 de Outubro). A federação e os funcionários

reclamam a revalorização de todas as carreiras profissionais, a apresentação dos projectos de portarias sobre os quadros regionais, a modificação das normas de transição para as novas car-

reiras criadas em Novembro de 1999 (por decreto-lei ainda não regulamentado), a negociação da transferência de pessoal do ensino público para as autarquias locais.

Ministro dá à Clark «carta branca»

Os trabalhadores da C&J Clark ficaram indignados com declarações proferidas na semana passada pelo ministro da Economia, quando apontou a empresa – que anunciou a intenção de despedir 368 pessoas na fábrica de Arouca – como «um exemplo de investimento estrangeiro de que Portugal não precisa». Os trabalhadores e seus representantes entendem que tais declarações, proferidas por um governante, significam «dar carta branca» à empresa para concretizar os despedimentos de forma indiscriminada.

No fim de uma audiência com o secretário de Estado do Trabalho, em Lisboa, o coordenador do Sindicato dos Operários da Indústria de Calçado, Malas e Afins dos Distritos de Aveiro e Coimbra disse à Agência Lusa que foi exigida uma posição clara do Governo sobre a situação da empresa em Portugal e também solicitada a intervenção do executivo para garantir os postos de trabalho ameaçados.

Manuel Graça adiantou que vão ser pedidas audiências aos grupos parlamentares e ao ministro, no sentido de ver esclarecida a posição de Cristina de Sousa. Ao secretário de Estado, António Dornelas, os sindicalistas disseram que a empresa alega não ter trabalho para os seus operários, mas está a subcontratar pequenas empresas, que recebem o trabalho da Clark e recorrem a mão-de-obra domiciliária, incluindo de crianças, o que dá «imenso lucro» à multinacional britânica.

A delegação sindical reclamou ainda a integração do concelho de Arouca no plano governamental para apoio às regiões do interior, no qual foi integrado o município vizinho de Castelo de Paiva.

Enfermeiros deram a resposta merecida

Ao indicar uma adesão global de 85 por cento à greve nacional de dia 6, o Sindicato dos Enfermeiros Portugueses afirma que esta foi «a resposta que o Ministério da Saúde merecia» e adianta que, «caso não se assista a uma evolução de posição por parte do Governo, os enfermeiros estão dispostos a radicalizar as formas de luta».

O SEP – que, com o sindicato da RA da Madeira, constitui a comissão negociadora sindical que reúne com o Ministério de Manuel Arcanjo – congratula-se pela adesão «massiva» à greve. Na última das notas de imprensa que foi divulgando desde o início da paralisação, o sindicato salienta que «as reivindicações são justas».

É justo exigir a **formação de mais enfermeiros**, porque «a manutenção do actual estado de carência é insustentável» e «os serviços estão em situação de ruptura». Como faltam enfermeiros, aumentam os ritmos de trabalho e agrava-se a penosidade do serviço e o desgaste rápido dos profissionais. Por isto, e pelo contacto diário com a dor e o sofrimento, nas más condições de trabalho oferecidas, os enfermeiros reclamam que seja antecipada a idade de aposentação.

«Não aceitamos mais estudos nem protelamentos», protesta o SEP, exigindo «medidas imediatas» também para o aumento do número de profissionais de enfermagem a prestar serviço nos hospitais e centros de saúde.

Unitários da banca contra «santas alianças»

A corrente sindical unitária, que realizou no sábado o seu 3.º encontro nacional, afirmou a necessidade de «acabar com a influência nefasta da UGT» no Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, admitindo mesmo que possam ser realizadas eleições urgentemente. «Embora as Listas Unitárias sejam a força mais votada no SBSI e nas comissões de trabalhadores da banca, estão impedidas de assumir responsabilidades de direcção», afirma a corrente sin-

dical, em comunicado citado pela Lusa. Tal acontece – explicam os sindicalistas – «por força de uma «santa aliança» que, envolvendo socialistas, social-democratas e militantes do MRPP, conseguiu por escassa margem chegar ao controlo do SBSI».

«A situação tende a agravar-se, caso nas eleições de 17 de Abril para os sindicatos dos Bancários do Norte e do Centro as Listas Unitárias sejam igualmente marginalizadas pelo mesmo

tipo de alianças negras que aí se formou», alerta ainda a corrente sindical unitária, salientando que «a CGTP não pode continuar de fora de um sector estratégico como a banca, situação particularmente grave tendo em conta a prática sindical da UGT e a sua promiscuidade com o poder político e económico».

O encontro nacional teve lugar em Lisboa, com cerca de 100 participantes, num «contexto particularmente inquietante para os

trabalhadores bancários, que se confrontam com uma crescente onda de ilegalidades por parte dos banqueiros, nomeadamente quanto às mais elementares regras laborais». Os sindicalistas notam ainda que «a situação actual na banca está a ser determinada pelas fortes concentrações de capitais, que hoje caracterizam os principais grupos financeiros, e pelos métodos de concorrência, pouco escrupulosos, que vêm praticando».

Carlos Carvalhas esteve num jantar em Guimarães, com mais de 300 pessoas, com o fim de apresentar a candidatura de Salgado Almeida à presidência da autarquia

Potencial de vitória

A Comissão Concelhia do PCP considerou o convívio «animado, mais próprio de fim de campanha do que de pré-campanha e revelador do estado de espírito dos democratas de Guimarães, desejosos, como se viu, de mudar o rumo da vida autárquica concelhia».

A principal intervenção política do dia coube a Cândido Capela Dias, da Comissão Concelhia local. Capela Dias lembrou, no início da sua intervenção, o político brasileiro, Ademar Barros que, conhecidas as suas práticas

corruptas, se recandidatou com o seguinte lema: «Ademar rouba, mas cumpre!» e avançou que a moral desta história é que «quando a política é feita sem ética, até o maior absurdo é encarado com indiferença por parte de cidadãos apáticos».

Para fazer face à indiferença e conformismo que afirma grassar, também, na nossa sociedade, o orador propôs aos cidadãos de Guimarães um «programa

mobilizador, liderado por uma personalidade de reconhecidos méritos e capacidade de intervenção cívica e social». Tudo para combater o que considera serem sinais preocupantes na vida democrática, como os sinais

exteriore de riqueza dos titulares de cargos públicos, «o que, não sendo tão grave como a corrupção económica, indicia o uso menos correcto dos cargos». «Entre os vimaranenses também já há quem reconheça que as maiorias absolutas nem sempre são bem utilizadas», afirmou o dirigente comunista, lembrando casos de dependência dos trabalhadores da autarquia, de assédio político às freguesias não

socialistas e, até, de censura à imprensa.

É por estas razões, diz, «que nesta sala, neste convívio democrático, não estão todos os que gostariam de estar». «À esses homens e mulheres ausentes mas presentes prometemos esforço e empenhamento em ordem a, no futuro, poderem participar sem constrangimentos, sem receio da reacção», referiu Capela Dias.

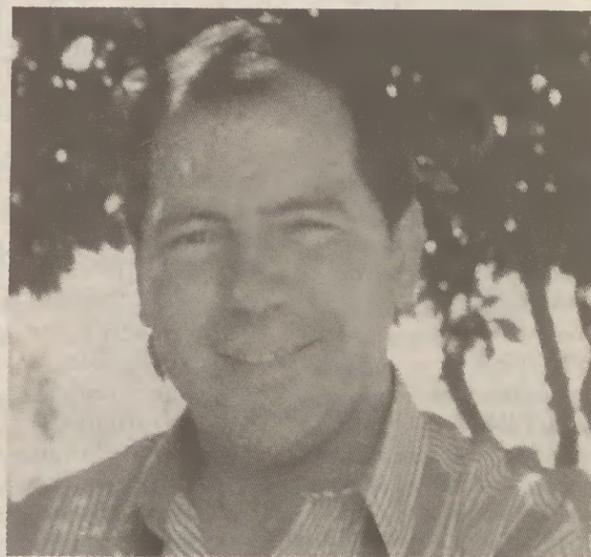
Para fazer face ao medo que afirma reinar na cidade, o dirigente do PCP apresentou a candidatura «que personifica a certeza de uma gestão sem sombra de favoritismos ou proteccionismos», apostando em alguém que «pratica a solidariedade e disso não se gaba», «sempre disponível e dedicado aos simples e aos humildes». «É a aposta no cidadão que despreza a riqueza, o dinheiro e as honrarias», continuou. «É o candidato da esperança», com o «potencial de vitória que Guimarães espera», terminou.

O candidato, médico muito conhecido na cida-

de, usou da palavra para, num discurso de improviso, lançar algumas linhas do que será a intervenção da CDU nas autarquias do concelho de Guimarães.

Reforçar em Famalicão

Também em Vila Nova de Famalicão, na quinta-feira, dia 5 de Abril, a CDU apresentou a sua candidatura, que será encabeçada por Carla Alexandra, uma educadora de infância de 30 anos, que foi, também, candidata às últimas eleições legislativas de 1999 pelo círculo de Braga. No seu discurso, a candidata referiu que, «nunca como no actual quadro autárquico, com as candidaturas que aí se perfilam e por aquilo que delas conhecemos, a voz da CDU fez falta e mais falta vai fazer, na vereação da Câmara Municipal». Em relação às outras candidaturas, Carla Alexandra é peremptória em afirmar que não defendem os inte-



António Salgado Almeida

resses do concelho. Em relação ao PS lembra as guerras internas: «Que políticos são estes que definem estratégias políticas, trocas de este por aquele, em privado, provavelmente, enquanto bebem um whisky e os problemas do concelho se mantêm e até se agravam, dando depois o dito por não dito?» «Do outro lado, do PSD, também não se augura nada de bom: basta lembrarmo-nos dos

‘pensamentos profundos’ do Arq. Armindo Costa reveladores de uma profunda insensibilidade social, de um profundo desconhecimento de questões políticas que a todos dizem respeito», lembrou.

Em relação à CDU, a candidata considerou possível «eleger uma vereador», única forma de combater as «normalmente contraproducentes» no concelho maiorias absolutas.

Elvas

Defender o progresso das populações

No passado sábado, dia 7 de Abril, na cidade de Elvas, a CDU apresentou a candidatura de João Sande Rangém à Câmara Municipal de Elvas. Este bancário de 50 anos, independente, frisou na sua intervenção que na «CDU temos por princípio a prática e o desenvolvimento do trabalho colectivo em que todos contamos, no firme propósito da defesa e do progresso das populações». «Uma concepção profundamente democrática do poder implica recusar o poder como privilégio pessoal e tomá-lo, isso sim, como um serviço à comunidade em que todos estamos inseri-

dos», continuou o candidato antes de referir que «um eleito da CDU, e disso fazemos apanágio, tem plena consciência de que não é um ser superior aos outros, é, sim, parte integrante do povo».

João Rangém, que fez parte das listas da CDU em 1997 como cabeça de lista à Freguesia de Assunção, afirmou, confiante, que «quem nos escolhe sabe que sempre nos orientamos pela isenção, pela igualdade, a imparcialidade e a recusa ao compadrio, privilegiando os mais carenciados de apoio e auxílio». Esta característica da CDU está patente, na opinião do candi-



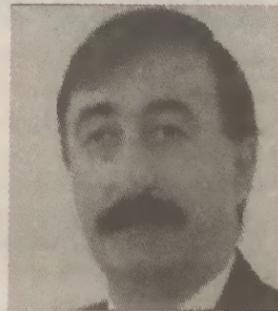
João Sande Rangém

dato, na «afirmação no exercício dos mandatos dos princípios de trabalho, honestidade, competência, transparência, a ligação às populações e aos trabalhadores como componente essencial de uma gestão democrática e participativa», marcada pela «procura de uma alargada participação das populações e das organizações e associações sociais e culturais no processo de decisão».

O candidato destacou ainda a «valorização do papel fundamental dos trabalhadores da autarquia, cuidando das condições de trabalho, assegurando a sua participação e o respeito pelos seus direitos e garantindo a sua valorização profissional». No ponto de vista do comportamento dos

eleitos, João Rangém destaca «a recusa de proveitos e benefícios pessoais» como um factor essencial para os eleitos da Coligação.

«São estes, de um modo geral, os princípios que norteiam a intenção da minha candidatura, que é também a candidatura da CDU, pondo desde já à consideração dos elvenses tais propósitos», disse o candidato, afirmando a sua convicção de que a «CDU está viva, está de boa saúde e recomenda-se a todos os que conosco queiram defender o reforço do poder local democrático» e de que «todos os elvenses podem contar com a CDU».



Luís Mourinha



Manuel Condenado

Distrito de Évora Vila Viçosa e Estremoz apresentam actuais presidentes

Foram apresentados, no passado fim-de-semana, os cabeças de lista da CDU aos concelhos de Estremoz e Vila Viçosa, mantendo ambos os concelhos as actuais lideranças. Assim, em Estremoz, o candidato, apresentado no sábado, será o actual

presidente, Luís Mourinha, 44 anos e comerciante de profissão.

Apresentado no dia 8 foi Manuel João Condenado, professor de 46 anos e presidente da autarquia de Vila Viçosa desde 1998, tendo sido, anteriormente, vereador. É membro do PCP.

Um balanço positivo

Mais de 200 apoiantes e activistas da CDU participaram, no passado domingo, num almoço de prestação de contas em Constância, que contou com a presença dos principais eleitos da câmara e assembleia municipais e das três freguesias do concelho. O balanço do trabalho realizado foi apresentado pelo presidente da Câmara Municipal, António Mendes – eleito em 97 com mais de 60 por cento dos votos – que

referiu que este trabalho confirma a qualidade da intervenção da CDU à frente dos destinos do concelho, o respeito pelos compromissos assumidos nos programas eleitorais e a determinação de prosseguir em Constância a gestão que, desde 1985, tem assegurado a melhoria das condições de vida da população, o desenvolvimento do concelho e a sua afirmação no plano regional e nacional.

AM de Santiago do Cacém Sérgio Bento encabeça lista

O *Avante!* tem publicado detalhadamente os anúncios públicos das candidaturas da CDU às câmaras municipais. No caso dos órgãos deliberativos, as assembleias municipais, tem referido as apresentações e os nomes dos candidatos. Por lapso, na última edição do *Avante!* não foi referida a candidatura do camarada Sérgio Pereira Bento como cabeça de lista à Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, nem a sua presença e intervenção na sessão pública de apresentação dos candidatos da CDU

àquele concelho do litoral alentejano. Sérgio Bento, de 45 anos, militante do PCP desde 1974, mas com actividade política clandestina desde 1972, é, de novo, candidato ao órgão que preside desde 1985.

O actual presidente da Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, de onde é natural, é coordenador da ECAE e formador de professores, tendo exercido vários cargos como professor do ensino regular – secundário, preparatório e profissional – e em Educação Especial Integrada.

CDU aposta novamente em José Pós-de-Mina em Moura

Construir no dia-a-dia uma vida melhor



«O programa eleitoral da CDU que apresentámos encontra-se praticamente cumprido e ultrapassado em muitos aspectos.» Foi desta forma que o candidato da CDU se apresentou, no passado sábado, 7 de Abril, confiante na vitória. Para que se retome a promessa, feita há quatro anos, de «trabalhar para ganhar e ganhar para trabalhar».

Agradecendo aos presentes a confiança em si depositada, Pós-de-Mina considerou que a presença dos muitos que o apoiam «representa o testemunho da importância da minha candidatura e da CDU para o desenvolvimento de Moura e o reafirmar da convicção de que estamos disponíveis, todos, para continuar este exaltante trabalho de construção no dia-a-dia de uma vida melhor para os habitantes do concelho de Moura».

Os anos passados à frente da autarquia são considerados pelo candidato como «anos de intenso e frutífero trabalho, em que a preocupação com o envolvimento e a participação de todos os eleitos tem sido uma constante, e em que tem sido possível obter a participação da população nas mais diversas iniciativas e acções

A valorização do turismo e do mundo rural são prioridades da CDU

que temos realizado, e em que os trabalhadores da autarquia, a quem presto também o meu reconhecimento, têm desempenhado um papel fundamental».

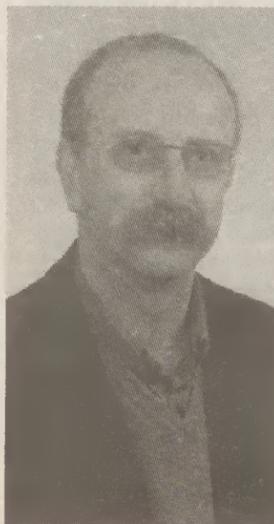
Este trabalho representa, no dizer do candidato, uma acção colectiva constante, «a que não é alheia a forma que temos de estar na política».

Contra quem diz que nada foi feito, Pós-de-Mina afirma que «a obra realizada fala por si», destacando, sem enumerar, «as mais de 400 intervenções que só este ano fizemos por administração directa num total de 370.000 contos, ou referir o recorde de investimento que batemos no ano 2000, com destaque para a política de aquisição de terrenos (80.000 contos) e de aquisição de equipamento (109.000 contos), ou os

milhares de contos dispendidos com o apoio às colectividades do concelho». «Ou podia também enumerar o conjunto de obras que temos em curso, adjudicadas ou contratadas, e que ascendem a 1 milhão de contos. Mas teremos tempo e mais que tempo para falarmos disto tudo durante este ano», disse.

Continuar a mudança

«O tempo de mudança que iniciámos em 1998 vai continuar porque a CDU vai voltar a ganhar as eleições autárquicas em Moura e vai prosseguir o trabalho reali-



José Pós-de-Mina

zado» afirmou, confiante, o candidato que realçou ainda que «só o nosso projecto dá corpo e dá voz à esperança

da população do concelho em ter uma vida melhor». E concretizou, dizendo que «os projectos estruturantes que estão em curso, quer da responsabilidade directa da autarquia, quer outros – de que se destaca Alqueva – e a possibilidade da realização de investimentos empresariais significativos, só terão a devida continuidade, com uma gestão democrática, participada, honesta, com competência, criatividade e espírito de iniciativa», sem «folclore político».

Sem prejuízo duma maior clarificação e definição das prioridades e dos objectivos do programa para o próximo mandato, o candidato indi-

cou o que considerou serem «algumas das questões decisivas para o futuro do concelho», como a necessidade de se reequacionar todo o sistema de abastecimento de água, a luta pela qualificação dos serviços de saúde, a intervenção na área da habitação.

Também destacou a importância de criar as «condições para a realização de investimentos empresariais vultuosos, através de novas infra-estruturas de apoio à actividade económica e da promoção do concelho no exterior».

O incentivo ao turismo como factor de progresso e a contribuição para a «valorização e dignificação do mundo rural, mantendo a agricultura como a sua base principal» foram outras das prioridades mencionadas.

«O trabalho da CDU nestes anos fez o concelho de Moura retomar a confiança no seu futuro», disse o candidato antes de referir o desemprego como um problema social «gravíssimo», que depende sobretudo da actuação governamental, «a quem não deixaremos de exigir e reclamar uma política de efectivo apoio à região».

Trabalhar para desenvolver o Alentejo

José Pós-de-Mina tem 42 anos e é o actual presidente da Câmara de Moura, cargo que ocupa desde 1998. Para além das funções que ocupa no concelho, é também, entre outros cargos que desempenha, vice-presidente do Conselho da Região, presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios do Distrito de Beja e do Conselho de Administração da Associação de Municípios da Margem Esquerda do Guadiana.

Membro da DORBE e da Comissão Concelhia de Moura do PCP, é também presidente da Mesa da Assembleia Geral do Centro de Estudos e Promoção do Azeite do Alentejo e presidente da Direcção da Associação Defe-

sa de Alqueva. Relacionado com o projecto da Barragem, tem ainda as funções de vogal da Direcção do Citalqueva – Centro de Iniciativas Turísticas de Alqueva, sendo também membro da Comissão Consultiva do Plano Regional de Ordenamento da Albufeira de Alqueva.

Licenciado em Gestão Financeira pela Universidade do Algarve e pós-graduado em Administração Pública e Desenvolvimento Regional pela Universidade de Évora, foi vereador da Câmara Municipal de Moura entre 1980 e 1982, membro da Assembleia Municipal entre 1985 e 1997, tendo sido presidente nos anos de 1988 e 1989.

Arruda dos Vinhos

Para crescer e avançar

«No ano em que se assinalam 25 anos sobre as primeiras eleições para os órgãos autárquicos, a CDU – com a sua presença, o seu trabalho e o reconhecido património de obra e realizações – confirma-se como uma grande força política nacional nas autarquias, ligada à construção do poder local, à sua afirmação como espaço de resolução de problemas, de intervenção a favor do desenvolvimento e bem-estar das populações», disse, no início da sua intervenção o candidato, Rogério Correia. Uma postura que, no futuro, garante, contará com a mesma «disposição de fazer da CDU um ponto de encontro de vontades, energias e saberes não só dos activistas e militantes das organizações políticas que dão suporte à Coligação», mas de muitos independentes empenhados no desenvolvimento das suas terras.

A apresentação decorreu no salão do Rancho Folclórico Podas e Vindimas, no passado dia 8 de Abril pelas 17 horas e contou com a presença, na mesa, entre outros, de José Neves, candidato a presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, Porfírio de Matos, candidato à Assembleia Municipal de Arruda dos Vinhos, do próprio candidato à Câmara, e de Rosa Rabiais, membro da Comissão Política do Comité Central.

Rogério Correia deixou patentes, não querendo avançar com programas eleitorais, algumas das causas por que se baterão os eleitos da CDU no próximo mandato.

«Assegurar o envolvimento efectivo das populações na definição das principais opções da política autárquica e garantir uma relação de proximidade dos eleitos com os cidadãos» foi um destes compromissos. Para assegurar o desenvolvimento do concelho, salvaguardando a «defesa do interesse público e colectivo da pressão especulativa e particular», o candidato considera fundamental a atracção de «investimento qualificado».

Para o candidato – vereador da Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos a tempo inteiro –, o objecto deste desenvolvimento são as pessoas, quer as populações, quer os trabalhadores. Assim, «daremos uma especial atenção ao papel dos trabalhadores da autarquia, não só garantindo-lhes os seus direitos, como igualmente, estimulando a sua participação e contribuição nos objectivos da gestão», afirmou.



Rogério Correia

O candidato avançou ainda que «vamos às próximas eleições autárquicas não para cumprir calendário mas para crescer e avançar», porque, em situações de maioria ou de minoria, «não tememos comparações com outros em matéria de seriedade, isenção, ética de serviço público e dedicação aos interesses das populações e das autarquias em que participamos».

Considerando ser seu objectivo realizar um bom trabalho, o candidato apelou à construção, em conjunto, de «um Projecto de futuro e de qualidade para uma vida melhor no concelho de Arruda dos Vinhos».

Silves

«A mudança é indispensável»

A CDU apresentou, na última sexta-feira, em conferência de imprensa, na cidade de Silves, a sua candidatura à Câmara Municipal. Para além dos diversos órgãos de informação, cerca de 50 pessoas assistiram à apresentação do candidato comunista Francisco Martins. De sublinhar o bom ambiente vivido e o carácter unitário muito alargado das presenças onde, para além de muitos comunistas e activistas da CDU, se encontravam vários simpatizantes de outras forças políticas.

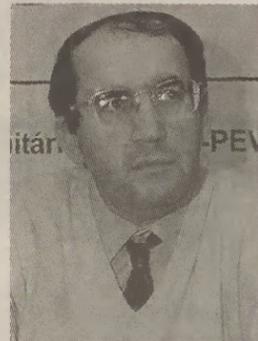
Na iniciativa marcaram também presença o camarada José Neto, da Comissão Política, para além de vários membros da DORAL.

Francisco Martins, 44 anos, membro do PCP desde 1974, desempenhou várias tarefas autárquicas, como a de membro da Assembleia Municipal de Silves no mandato autárquico 1990-93, pela CDU. Vereador Permanente da Câmara Municipal de Silves no período 1994-97, com responsabilidades directas na Gestão Financeira e Administrativa do Município, Cultura, Educação, Desporto, Acção Social e Transportes. No presente mandato, ocupa a função de vereador não-permanente.

O candidato da CDU, professor da Escola Secundária de Silves, afirmou, no seu discurso de apresentação, que é vital uma nova filosofia de actuação «no sentido de recuperar e aperfeiçoar as práticas de gestão e planeamento autárquicas e incutir um novo impulso à dinâmica municipal».

Como grande crítica à actual liderança da Câmara, Francisco Martins aponta a «navegação desordenada e «à vista» que engendrou uma dívida escandalosa e irresponsável, nunca vista nos anais do poder local democrático em Silves, superior a um milhão de contos, colocando em dificuldade empresas, fornecedores, colectividades e associações».

Não sendo um programa eleitoral, o candidato avançou com algumas das linhas pelas quais a CDU se baterá no próximo mandato. A defesa de uma «estratégia coerente e concertada nas questões do desenvolvimento local, consubstanciada em acções e projectos orientados para as áreas do ordenamento e planeamento urbano, renovação e requalificação dos espaços urbanos, infra-estruturas básicas, habitação» e o «apoio significativo, gradual e crescente às Associações, Clubes, Colectividades e outras instituições» são algumas das prioridades da coligação divulgadas pelo candidato,



Francisco Martins

que não deixou de notar que é intenção da CDU alargar estas propostas à «participação da sociedade civil com o intuito final de concebermos o Programa de Acção Eleitoral da CDU para o Concelho de Silves».

Para acabar com o que considera serem «maneiras já ultrapassadas de fazer política» que só afastam os cidadãos, Francisco Martins propõe – e confia – na «reconquista da Câmara Municipal de Silves». Porque, diz, a «mudança revela-se indispensável».

Armando Vara é um bluff?!...

• José Brinquete

Depois do jantar de «desagravo», «homenagem» ou de «amigos» a Armando Vara (não se chegou a saber muito bem o sentido de tão badalado repasto), que deu muito jeito ao PS para consumo externo e mediático, qualquer pessoa que na região questione este político arrisca-se, no mínimo, a ser muito maltratado pelo poder dominante.

O jantar foi um êxito, Armando Vara é o maior, como ele não há igual!!!

Jantares como este nem Narciso Miranda nem o seu inefável Orlando Gaspar conseguem fazer na cidade invicta, o Porto.

Jantar autêntico e comprovadamente espontâneo, porque: não é verdade que os governadores civis de Bragança e Vila Real ali estivessem oficialmente; não é verdade que muitas das corporações de bombeiros dos distritos de Bragança e Vila Real alguma vez pensassem comparecer no jantar fardadas e com viaturas das corporações; não é verdade que presidentes das câmaras municipais do PS comparecessem com viaturas oficiais das respectivas autarquias; não é verdade que os coordenadores das CAE's, dos INATEL's, das ARC's, das CRSS's e dos restantes serviços desconcentrados da Administração Central (mais conhecidos por *boys*) tivessem pressionado subordinados seus para comparecerem ao dito jantar.

Tudo foi espontâneo. Armando Vara tem o mundo (transmontano) a seus pés. O PSD teve uma experiência semelhante com Duarte Lima. Depois de este ser afastado das responsabilidades de chefe do grupo parlamentar, em resultado de um processo judicial, o PSD ficou, por algum tempo, órfão de liderança no distrito de Bragança.

O desgosto foi profundo mas os «laranjinhas» conseguiram ultrapassar a «dor».

O mesmo parece não acontecer com os «rosinhas».

Contudo, Armando Vara não passa de um autêntico bluff político.

O que terá levado quase toda a comunicação social local a embarcar na onda de «endeusamento» deste político? O que terá levado o director da revista «Loa», logo no seu segundo número, a «hipotecar» a sua independência jornalística, escrevendo um editorial ridículo e bajulador de Armando Vara? Responda quem souber! Depois de muitos anos como funcionário do PS e ao que parece da Fundação José Fontana, ainda foi por alguns, poucos, meses empregado da Caixa Geral de Depósitos em Mogadouro, mas só começou

verdadeiramente a ser conhecido aquando da sua projecção política aos órgãos nacionais do PS. A partir daqui a sua ascensão foi meteórica.

Ascensão meteórica

Nas eleições autárquicas de 1983 candidata-se à Câmara da Amadora com o propósito de derrotar os comunistas, o que não conseguiu. Nesta batalha política não só perdeu as eleições como se envolveu em conflito aberto com um seu companheiro de partido que o acusou de usar métodos «dignos de um pistoleiro do Nordeste».

Issac, o socialista que liderava o movimento de contestação, que reunia doze membros da concelhia da Amadora, na altura acusou ainda Armando Vara de atitudes «ditatoriais, anti-democráticas e antiestatutárias» (estamos a falar do «célebre» artigo de Orlando Raimundo, no jornal *Expresso*, com o título «Armando Vara acusado de ditador» e, em subtítulo, «Índios da Amadora desafiam pistoleiro»). Com os últimos acontecimentos, tanto da Fundação para a Prevenção e Segurança Rodoviária (o processo continua em investigação) como com a condenação em 450 contos, pelo Tribunal da Comarca de Ourique, por, na qualidade de membro do Governo, ter dito ao presidente da Câmara Municipal de Ourique «eu quero que você se foda», a estrela de Armando Vara parece empalidecer.

Embora, como escrevia o jornal *Tal & Qual*, edição de 29.05.98, citando o jornalista Manuel Geraldo, «Armando Vara – segundo é voz corrente no parlatório da instituição Gomes Ferreira (PJ) – construiu as bases da sua carreira política, mercê de informações confidenciais recolhidas subrepticiamente junto de fonte privilegiada sobre o passado criminalmente nada abonatório de alguns dos seus pares correligionários e não só». Os sites na internet e os jantares podem continuar. Os movimentos que pretendem «endeusar» políticos, quais «padrinhos» ao estilo da longínqua e remota província do sul de Itália, também podem continuar. Contudo, o desafio que actualmente se coloca ao deputado Armando Vara é simplesmente este: mostrar o que vale no parlamento, em defesa do círculo eleitoral que o elegeu e dizer o que pensa sobre o desenvolvimento do Nordeste Transmontano. Dado que, para além das cerimónias oficiais em que normalmente participa, pouco ou nada tem dito sobre esta matéria.

A não ser assim, continuará como até agora, um autêntico bluff político.



O direito à protecção após o parto poucas vezes é respeitado

MDM em campanha pelos direitos sexuais e reprodutivos

Em nome da dignidade humana

Os direitos sexuais e reprodutivos da mulher foram a razão de ser do Tribunal de Opinião Pública realizado, sábado passado, em Santa Maria da Feira. Uma iniciativa que culmina uma campanha de sensibilização lançada dia 8 de Março com distribuição de um folheto e que inclui debates e contactos com hospitais distritais e centros de saúde.

«Respeitar, fazer respeitar, tomando para o efeito todas as medidas necessárias e adequadas para a promoção dos direitos das mulheres previstos na Declaração dos Direitos Humanos e em todas as convenções, pactos internacionais, cartas sociais, directivas, recomendações e resoluções das várias instâncias internacionais.» Esta uma das medidas que o Tribunal de Opinião Pública decidiu que os arguidos neste original processo deveriam cumprir. Como condenação simbólica face a uma situação bem real de grave violação de direitos sexuais e reprodutivos da mulher.

Averiguar a situação decorrente da negação e violação destes direitos, identificar os principais responsáveis e apontar as medidas adequadas para pôr termo a tal situação, foram os objectivos do Tribunal de Opinião Pública, que teve como arguidos a Comunidade Internacional, a Sociedade Portuguesa, o Governo, os Serviços de Saúde, a Hierarquia da Igreja, os Movimentos Pro-Vida, os Traficantes do Sexo.

Factos e conclusões

Da análise dos factos, o Tribunal sublinhou várias conclusões, com base em estudos, provas documentais e diferentes testemunhos.

A protecção durante a gravidez e após o parto, é um dos direitos cuja violação é prática corrente. Em recente inquérito sobre a maternidade, realizado pela CGTP, constata-se que muitas enti-

dades patronais não efectuam o pagamento do tempo despendido para consultas pré-natais e sessões de preparação para o parto; limitam o gozo dos cinco dias a que o pai tem direito na sequência do nascimento do filho; não efectuam pagamento da licença de maternidade às professoras contratadas do ensino público, uma vez caducado o respectivo contrato; não renovam o contrato de trabalho a trabalhadoras que engravidam; perda de prémios devido à utilização da licença de maternidade ou do direito à amamentação ou aleitação.

Uma situação social que, como é denunciado no Acór-

nosso país, entre jovens menores de 25 anos, são outras questões abordadas no libelo acusatório.

No plano da saúde salientam-se, em termos globais, factos como a incidência do cancro da mama e as carências de profissionais nos serviços públicos de saúde.

O aborto clandestino em Portugal é igualmente destacado e são referidas estimativas da Organização Mundial de Saúde, que apontam para os 20.000 a 40.000 por ano.

O Tribunal referiu ainda os tabus ligados ao prazer e às dores do parto e, numa perspectiva de futuro, questionou a possibilidade de, nos tempos mais próximos, estarem criadas «as condições para o cumprimento integral e sistemático das exigências éticas relativamente ao direito do respeito pela dignidade humana e pela autonomia da grávida consciente».

A educação sexual é outra das questões abordadas pelo Tribunal, que criticou o facto de, a menos de um ano da generalização dos novos planos curriculares, ainda estar

Códigos morais

Sandra O'Connor, mulher que se assume como conservadora, nomeada por Reagan para juiz do Supremo Tribunal Federal dos Estados Unidos da América, pronunciando-se acerca da inconstitucionalidade de uma lei restritiva da IVG, em 1992, declarou: «Homens e mulheres de boa consciência podem discordar, alguns seguramente discordarão sempre, acerca das implicações morais de pôr termo a uma gravidez, mesmo no primeiro trimestre. Alguns de nós (os juizes) como indivíduos consideramos o aborto ofensivo dos mais elementares princípios de moralidade, mas isso não pode determinar a nossa decisão. A nossa obrigação não é impor o nosso código moral.»

dão do Tribunal Colectivo, assenta em dogmas e nas políticas liberais, dando lugar ao «triunfo das desigualdades, com as mulheres a pagarem a parcela mais elevada nas injustiças sociais».

Os casamentos na adolescência, que impedem «a possibilidade de educação e do crescimento individual na sua plenitude», a elevada taxa de fecundidade, no

em discussão um plano adequado de formação de professores.

A violência é o último tema considerado. Violência de comportamentos. Violência do mundo da prostituição, «a discriminação da mulher levada às últimas consequências».

Em síntese, todo um quadro de «flagrante e culposamente atentando à dignidade humana».



Alunos de Ciências protestam

Reunidos em RGA na semana passada, os estudantes da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa decidiram boicotar ou adiar ao máximo o pagamento das propinas, como forma de protestar contra a lei de financiamento do Ensino Superior. Na reunião, foi ainda decidido realizar uma greve de zelo para demonstrar a falta de espaços na faculdade, bloquear as entradas do estacionamento privativo da instituição (interdito a estudantes de licenciaturas) e organizar a permanência de um número significativo de alunos na biblioteca para lá do horário de funcionamento, para exigir o seu alargamento. A RGA considera que o insucesso escolar não pode ser visto como responsabilidade exclusiva dos estudantes e que a Acção Social Escolar tem efectivamente de concretizar o direito à igualdade de oportunidades de acesso, frequências e sucesso escolar.

JCP Guimarães lança boletim

A Comissão Concelhia de Guimarães da JCP está a preparar o lançamento de um boletim informativo, a publicar até ao fim do mês, abordando temas como a educação, a actual situação dos jovens trabalhadores, problemas locais e questões sociais e culturais. No próximo sábado, a JCP de Guimarães organiza um debate sobre o 25 de Abril, com o título «Conversas com Memória», que se realiza às 21 horas, no Centro de Trabalho do PCP.

Habitação em Lisboa

Os prédios devolutos e o arrendamento económico para jovens em Lisboa foi o tema de um debate realizado na semana passada por iniciativa do colectivo da JCP do Instituto Superior Técnico, que contou com a participação da deputada Odete Santos e do arquitecto Filipe Dinis. A JCP propõe que o Governo promova um programa de habitação económica para jovens até aos 30 anos, crie agravamentos fiscais para os proprietários de prédios devolutos e incentivos fiscais para os pequenos proprietários que queiram colocar as suas casas no mercado de arrendamento.

Faculdade de Belas-Artes de Lisboa precisa de obras urgentes

Entre o século XIII e o século XXI

Instalada num convento do século XIII, a Faculdade de Belas-Artes de Lisboa tem graves problemas de infra-estruturas. De infiltrações de água a salas superlotadas, há de tudo. A Associação de Estudantes pede obras urgentes.

Quem entra no edifício da Faculdade de Belas-Artes de Lisboa fica impressionado com a alvura das paredes, adornadas com esculturas ao estilo clássico, num ambiente sóbrio e acolhedor. Mas os alunos da escola não têm a mesma opinião, porque passam os seus dias para lá desta primeira área, em salas de aula minúsculas, adaptadas em corredores ou construídas a partir das celas do Convento de São Francisco, que aqui funcionou durante 500 anos.

As salas de tecnologias são uma das maiores preocupações da Associação de Estudantes: não há segurança, não há ven-

A falta de espaço é, de facto, um dos maiores problemas da Faculdade de Belas-Artes. Por exemplo, a sala de pintura dos 3.º anos deveria ter 60 alunos, mas só tem 10. Os restantes estão a trabalhar em casa, as melhores acomodações que encontram.

Até a cantina é demasiado pequena para o número de alunos. Habitualmente, vão comer para o pátio, sentados no chão ou encostados à parede. O guia da faculdade, distribuído no início do ano, apresenta na planta do edifício uma «zona de refeições ao ar livre», mas na verdade trata-se de um pequeno pátio, coberto de

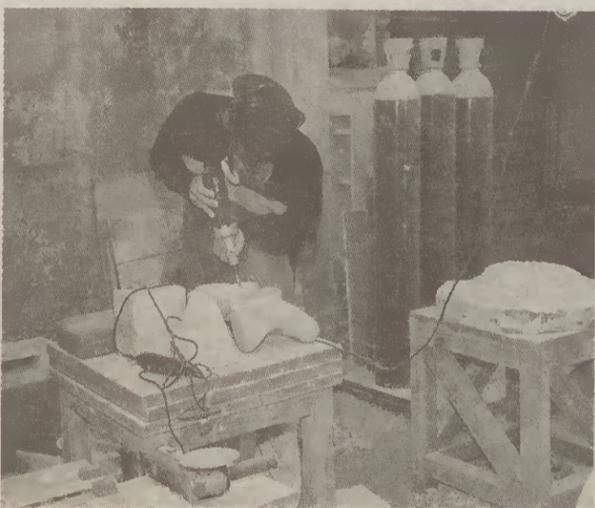
Alunos ficaram com problemas pulmonares devido à falta de ventilação dos ateliers



Raquel Pedro

tilação, não há materiais. Mas, em contrapartida, há muito pó e o cheiro a materiais tóxicos - como resinas, tintas ou diluentes - é insuportável. E não são só os alunos que se queixam, os professores também o fazem. Há casos de pessoas que já têm problemas pulmonares e outras que até cospem sangue.

Os trabalhos dos alunos acumulam-se nos corredores, à falta de espaço alternativo. Nas salas, só há água se não houver torneiras abertas noutro sítio. As rachas são visíveis ao longo do edifício e as infiltrações são tantas que até existem no edifício novo, construído há cerca de 10 anos. Quando chove, a água é amparada por caixotes de lixo grandes, mudados duas vezes por dia por um funcionário. «Pelo menos, há barro em quantidade», comenta Telmo Alcobia, membro da AE.



Ateliers sem ventilação, sem segurança e sem materiais



Telmo Alcobia

ervas e com portas, cadeiras e caixotes velhos amontoados.

200 alunos por professor

«A faculdade está de portas abertas, mas é gritante o problema que se sente a nível de infra-estruturas. O rácio de professor/aluno devia ser de 1 para 12 e temos disciplinas em que é de 1 para 200», explica Raquel Pedro, da AE.

É preciso remodelar todo o edifício, melhorar os espaços e apetrechá-los com novos equipamentos. Foi adiada a hipótese de a faculdade ficar com espaços actualmente ocupados pelo edifício do Governo Civil ou transferir ateliers e aulas de tecnologias para a Cidade Universitária, mas ainda não foi tomada nenhuma decisão.



A «zona de refeições ao ar livre», segundo o conselho directivo

Os estudantes consideram que a estrutura curricular dos cursos está desactualizada e desarticulada. «As pessoas sentem que não saem daqui preparados para fazer trabalhos especializados. Por exemplo, o design, que não é alterado há 30 anos, está desactualizadíssimo», comenta Raquel

«Aprendemos algumas coisas aqui, mas a formação real é

fruto de trabalho nosso, de descobertas nossas, das nossas pesquisas, das nossas experimentações», diz Telmo. Muitos alunos tiram cursos de apoio e especializações exteriores à faculdade, que chegam a ascender a centenas de contos.

A introdução da via pedagógica nos cursos é polémica, apesar de a maioria dos alunos passar a dar aulas nos ensinos

básico e secundário quando acabam a licenciatura. «Os professores têm sido bastante críticos, porque consideram que se vai retirar algum valor à instituição, mas temos de olhar com realismo para a situação. Se as pessoas vão seguir a via de ensino, mais cedo ou mais tarde têm de introduzir formação apropriada», considera Raquel.



Salas pequenas e com materiais antiquados

Subfinanciamento causa insucesso escolar

O insucesso escolar é um dos maiores problemas do ensino superior e as Belas-Artes não são excepção. «Muitas das causas estruturais do insucesso escolar vão dar ao financiamento da faculdade, porque se não houver infra-estruturas que promovam uma situação condigna de estudo as pessoas não conseguem ter aproveitamento escolar», diz Raquel Pedro, que lembra que o fenómeno está intimamente ligado à falta de materiais, aos horários restritos da biblioteca e da sala de computadores, ao facto de não haver monitores nas salas de tecnologias, de nem sempre haver acompanhamento dos professores e de não existirem sebentas de apoio às aulas.

As questões socioeconómicas também não podem ser esquecidas. «Para além das propinas, do alojamento, das deslocações e da alimentação, há todo o outro material, que não é só os livros», lembra Raquel. Em média, pode-se falar em cerca de 30 contos por mês em material. E, quando os alunos procuram poupar no material, acabam por sair prejudicados nas notas.

A desistência dos cursos também se relaciona com as saídas profissionais. «Pensar que se vai estar cinco anos a fazer o curso e sentir que não está preparada ou não vai ter grandes hipóteses de vir a trabalhar assusta algumas pessoas, que começam a trabalhar mais cedo e que acabam por não concluir os estudos», declara Raquel Pedro.

No próximo ano lectivo, irá abrir na faculdade um gabinete de acompanhamento pedagógico, com o objectivo de encaminhar os casos mais graves de insucesso escolar, procurando identificar as causas e estabelecer uma ponte com os professores.

A criação do gabinete foi proposta pela Associação de Estudantes, mas o Conselho Directivo

colocou muitos entraves por razões financeiras. «Terá de se contratar um técnico e arranjar espaço. Para contratar professores novos ou para prolongar o horário de funcionamento da biblioteca é ainda mais problemático», comenta Telmo Alcobia.

Contrato de qualidade

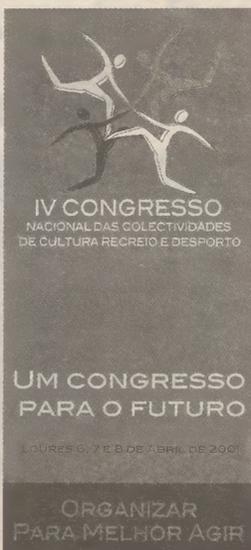
«Eu, se fosse ministro da Educação, tinha vergonha de dizer que a média de finalização dos cursos do ensino superior é de 9 anos e não fazer nada acerca disso», diz Telmo Alcobia.

A proposta de «Contrato de Qualidade» apresentada pela Universidade de Lisboa - que prevê a entrega a cada faculdade de cinco por cento do seu orçamento para combater o insucesso escolar através da remodelação dos espaços e introdução de novos equipamentos - aponta causas no mínimo curiosas para o insucesso: deficiente domínio da língua, baixa cultura geral, capacidade intelectual insuficientemente desenvolvida, deficiente nível de maturidade, de hábitos de trabalho e de capacidade de autogestão.

A AE recusa este diagnóstico, mas concorda no essencial com as medidas apresentadas: novos espaços, mais contratações de pessoal docente e reorganização pedagógica. «Mas não acreditamos que cinco por cento do orçamento cheguem para fazer o que se propõe», diz Raquel.

«O contrato de qualidade irá funcionar como desculpa do Ministério para mais tarde vir dizer que a verba já tinha sido enviada e descalçar a bota do insucesso escolar. À partida é impossível fazer estas alterações com uma verba tão baixa.»

• Domingos Mealha
texto



Criar a confederação e reivindicar reconhecimento e apoio

Colectividades na hora de agir

O 4.º Congresso Nacional das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto, realizado no fim-de-semana em Loures, debateu os problemas do presente e apontou linhas fortes para a intervenção futura em defesa dos valores e de efectivo apoio do Estado às associações e aos dirigentes voluntários.

Anfitrião credenciado

No concelho de Loures existem 166 colectividades de cultura, recreio e desporto, 8 grupos de teatro de amadores, 10 ranchos folclóricos, 6 bandas de música, 2 fanfarras, 3 orquestras ligeiras, 3 grupos de música tradicional, 10 escolas de música, 3 grupos corais, 23 IPSS ligadas à infância e outras tantas aos idosos, 7 associações de bombeiros, 30 estruturas juvenis e 60 associações de pais.

Estes números foram referidos no congresso por Adão Barata, presidente da Câmara Municipal de Loures. O município que recebeu o testemunho de Almada – passado com orgulho e amizade por Maria Emília Sousa, que evocou no Pavilhão Paz e Amizade o congresso de 1993, realizado no concelho onde é presidente – apresentou assim as credenciais da «riqueza e multiplicidade de actividades» do movimento associativo, encarado como parceiro estratégico com «uma importante função social, que a CM de Loures reconhece e apoia de forma activa e sistemática», através de «um quadro de apoios coerente, operativo, transparente e objectivo».

Outros casos foram relatados, mostrando o motivo do caloroso acolhimento dado às saudações das associações nacionais de Freguesias e de Municípios e aos muitos autarcas (e técnicos de autarquias) que estiveram no congresso. Só que, lembrou Adão Barata, já na intervenção de despedida, «por maiores que sejam os apoios da autarquia, eles não resolverão nunca, por si sós, os problemas de fundo com que os agentes associativos se debatem» e cuja resolução «exige medidas de carácter legislativo, da estrita responsabilidade dos órgãos de Poder Central».

Ao encerrar o congresso – que reuniu mais de um milhão de associativistas, autarcas e outros homens e mulheres ligados às colectividades de cultura e recreio por todo o País –, Alfredo Flores deixou claro que, embora culminando um amplo trabalho preparatório com méritos unanimemente reconhecidos, o fórum de Loures constituiu um ponto de partida para o desenvolvimento de uma ainda maior actividade, com vista a «organizar para melhor agir», como se propunha no lema escolhido pela comissão organizadora. «O congresso está na rua», salientou o presidente da Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio, repartindo assim com os dirigentes e activistas os louros pelo sucesso da iniciativa e também a responsabilidade por levar à prática as conclusões de muitas horas de debate, sintetizadas na Proclamação aprovada na manhã de domingo.

Este documento – completado com os resumos dos trabalhos nas dez secções por que os congressistas se repartiram desde a manhã e até ao princípio da noite de sábado – aponta os principais problemas que as colectividades querem ver resolvidos, bem como propostas, saudações e críticas, todas com destinatários definidos.

Nos diferentes momentos do congresso foi clara uma grande insatisfação relativamente ao Poder Central. Apesar do que está escrito na Constituição, apesar dos generalizados elogios ao enorme valor social do trabalho desenvolvido pelas colectividades na promoção do acesso de milhões de cidadãos à prática desportiva e à produção e fruição culturais, na ocupação de tempos livres de jovens ou de idosos, na dinamização da vida colectiva e na inserção social de estratos

sociais empurrados pela sociedade para franjas de exclusão – apesar de todas as declarações de boas intenções e promessas de apoio, a verdade é que a prática política tem sido bem diferente. Refere a Proclamação do congresso que «a legislação existente não serve os interesses das colectividades, mas, pelo contrário, agrava e dificulta a sua acção». Argumentam os associativistas que o Estado deveria estimular associações que o substituem na prossecução de obrigações que lhe estão atribuídas constitucionalmente mas que, governo após governo e maioria após maioria no Parlamento, não têm sido respeitadas; mas, ao longo dos anos, essa política não foi adoptada e, pelo contrário, o Estado tem implantado leis e práticas prejudiciais. Foram especialmente referidas a cobrança de IVA, à taxa normal, sobre os bens e serviços adquiridos pelas colectividades, a falta de um Estatuto que facilite, de algumas formas concretizáveis a curto prazo, a actividade dos dirigentes associativos voluntários, e a ausência de uma Lei-quadro do associativismo (que esteve prometida no final da última legislatura mas, por responsabilidade do PS, não foi aprovada).

Parceiro

Para a alteração do actual quadro legal, bem como na preparação de nova legislação sobre o movimento associativo, as colectividades reclamam o direito de serem ouvidas. Conquistar esse direito é um dos objectivos fundamentais que levaram o congresso a proclamar «a necessidade da constituição de uma Confederação Nacional das Colectividades de Cultura,

Recreio e Desporto, com o estatuto de parceiro social, suportada a todos os níveis pelo voto directo das colectividades, com uma estrutura de federações distritais e associações concelhias». A importância desta decisão é realçada pelo facto de ser o primeiro dos dez pontos que integram a Proclamação do 4.º Congresso. No documento final, o Poder Central é acusado de «não cumprir os seus deveres constitucionais de apoiar o movimento associativo popular». Por outro lado, são saudados «os órgãos do Poder Local, que cumprem o seu dever» e contribuem de forma regular para que as associações desenvolvam as suas actividades. O congresso propôs que, a



partir do próximo ano, o dia 31 de Maio (data da fundação da FPCCR, em 1924) passe a ser celebrado como Dia Nacional das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto.



A crise que, de um modo geral, se faz sentir em todo o movimento associativo «não é mais nem menos do que o reflexo da crise, mais global, que afecta toda a sociedade», defendeu Alfredo Flores, na intervenção de abertura do congresso. Depois de evocar as transformações ocorridas desde 1993, quanto teve lugar, em Almada, o 3.º Congresso Nacional das Colectividades, o presidente da direcção da FPCCR lembrou que «os movimentos sociais, onde se inclui o associativismo popular, não podiam deixar de ser contaminados,

positiva e negativamente, pelos valores e princípios que, entretanto, se foram instalando na sociedade», decorrentes das «muitas e profundas» modificações na composição social da população, no aparelho produtivo, nas mentalidades, na hierarquia de valores, no estilo de vida... Apesar de todas as dificuldades, Alfredo Flores sublinhou que «na maioria das nossas colectividades continua a resistir-se e, com a mesma generosidade, a mesma entrega, o mesmo trabalho voluntário, guiados pelos mesmos valores solidários, fraternos, de entreajuda, de liberdade, de tolerância e de progresso, centenas de milhares de activistas continuam, estoicamente, a dar o seu desinteressado contributo para que a vida da população tenha mais qualidade, para que a nossa cultura e as nossas tradições populares sejam preservadas, para que as chagas sociais que corroem grande parte da nossa população sejam erradicadas, para que o ambiente e a Natureza sejam defendidos das agressões com que diariamente são fustigados, para que os portugueses, independentemente do seu estrato social, possam, através do desporto, da cultura e do lazer, elevar os seus níveis de bem-estar e de felicidade». Citando os resultados, ainda incompletos, de um levantamento

Os partidos iguais e um que é diferente

«Há pouco disse que nenhum partido tinha votado o Estatuto do Dirigente Associativo no Parlamento, mas por lapso não referi que o Estatuto foi votado pelo partido que apresentou a proposta, o Partido Comunista Português.» A correcção, feita com sinceridade e recebida com um natural aplauso, foi feita durante o debate numa das dez secções do congresso. Mas este foi apenas um dos momentos em que o PCP primou pela diferença, relativamente aos demais partidos políticos, no tratamento das questões associativas. Todos os partidos com representação parlamentar estiveram representados na Comissão de Honra. Esta também integrou o Presidente da República, o primeiro-ministro e o Presidente da AR. Mas apenas os comunistas se fizeram representar por uma delegação de que faziam parte o secretário-geral, Carlos Carvalhas, e um membro da Comissão Política (Jorge Cordeiro). Especialmente

notada e criticada foi a ausência de qualquer governante. Na sessão de abertura intervieram um deputado do PS e um representante do BE, foram lidas saudações de outras forças políticas, mas apenas Carlos Rabaçal, em nome do Grupo Parlamentar do PCP, pôde, com plena razão e com natural assentimento do auditório, afirmar que «somos, como vós, associativistas», lembrando depois a vasta actividade dos comunistas na AR em prol do movimento associativo popular que, «mais do que elogios, precisa de actos». E até num quadro de valorização dos muitos casos de autarquias, de diversas cores políticas, que têm um relacionamento correcto com as colectividades, a vereadora Rita Magrinho, eleita do PCP na Câmara Municipal de Lisboa, mereceu rasgados elogios, na secção dedicada ao relacionamento entre poderes e movimento associativo, pela forma como acompanha a vida das associações.

(mesmo assim inédito, pelo volume e detalhe, no estudo do associativismo) realizado no quadro da preparação do congresso, o dirigente da FPCCR afirmou que existem no País «cerca de 20 mil associações populares e cerca de 300 mil dirigentes e outros activistas voluntários, que doam à comunidade milhões de horas de trabalho não remunerado». Estes números tornam ainda mais incompreensível «a postura arrogante e agressiva dos sucessivos governos em relação a este movimento cívico». Alfredo Flores contestou «os teóricos que já sentenciaram de morte este associativismo» e que «advogam freneticamente a adopção de um modelo empresarial», baseada numa gestão «lucrativa, submetida às leis do mercado». Pelo contrário: «Apesar das dificuldades de adaptação de muitos dirigentes, do não reconhecimento institucional da valia do serviço público, eminentemente social, que é prestado à população, do bombardeamento de legislação nociva, cujos alvos são as associações, da crónica escassez, ou mesmo ausência de apoios institucionais, apesar da crise de referências éticas e morais instalada na sociedade, apesar da demagogia desbragada daqueles que por palavras dizem reconhecer o enorme contributo do associativismo para a humanização

das condições de vida das populações, mas que por actos se contradizem com a maior deslaçatez», o presidente da FPCCR retorquiu que «este vigoroso movimento associativo vai continuar a escrever a sua história tendo como principais heróis os mais desfavorecidos socialmente, os homens e mulheres generosos que, sacrificando os seus tempos de repouso e o convívio familiar e dos amigos, dão outra dimensão aos direitos de cidadania e colocam na sua verdadeira acepção o conceito de democracia, entendida como a participação activa na vida comunitária, visando a transformação da sociedade».



Salários e lucros

● Lino de Carvalho

I. Em finais de Janeiro o Governador do Banco de Portugal atribuiu à progressão dos salários médios em Portugal responsabilidades pelas dificuldades da economia porque "situando-se, nos últimos anos, acima da produtividade, tem reduzido as margens de rentabilidade empresarial" afectando, além do mais, a competitividade do País dado que tal progressão seria "acima das taxas de crescimento verificadas no resto da zona Euro". A ligeireza, não ingénua, destas afirmações produziu desde logo os efeitos para que, porventura, tinham sido pensadas. A Associação Portuguesa de Bancos suspendeu de imediato as negociações salariais para o ano em curso. É um coro, a uma só voz, de Confederações Patronais e alegados analistas económicos desencadearam uma avalanche de comentários procurando fazer daquelas afirmações o alfa e o ómega para uma nova vaga de pressões sobre os salários dos trabalhadores. As afirmações do Governador do Banco de Portugal e antigo Secretário-geral do

nível de vida aos chamados padrões médios da Europa comunitária com uma melhor repartição do rendimento nacional? Ou essa aproximação é só para os lucros, eufemisticamente chamados de remuneração do capital? E sobre as responsabilidades destes para a inflação não há nenhuma palavra?

Mas aquilo que o Governador do Banco de Portugal se esqueceu, ou não sublinhou, de igual modo lembrou-se a realidade rapidamente de recordar. É que esta semana começaram a ser conhecidos os lucros das principais empresas portuguesas em 2000. O volume de negócios das empresas cotadas em bolsa cresceu 25%. A EDP com 109 milhões de contos de lucros teve um aumento de 6,8%; a Portugal Telecom obteve 108 milhões de contos, mais 9,2%; o BCP, 101 milhões de contos, mais 87,2% (!!!); a SONAE, SGPS, 60 milhões de contos de lucros, mais 102% (!!!), o Grupo BES, 45,6 milhões de contos, mais 10,9%. E assim por diante. Enquanto isso o aumento do custo do trabalho não terá ultrapassado, em 2000, em Portugal, os 4%. Infelizmente em vez de se sublinhar a necessidade de se enfrentarem os problemas da economia portuguesa pelo lado da oferta visando a modernização tecnológica das empresas, o incremento das políticas públicas e da sua qualidade ou a formação e qualificação dos recursos humanos, continua a preferir-se um discurso inaceitável assente num modelo em que predominam os baixos salários.

II. Elucidativo é também o relatório do Tribunal de Contas agora divulgado e de análise das operações financeiras realizadas pelo Governo do PS visando a privatização de empresas e o apoio a entidades privadas com dinheiros públicos através da Partest. Um escândalo, é o mínimo que se pode dizer. Só cito algumas das conclusões do Tribunal de Contas: a operação de injeção de dinheiros na Lisnave - Infraestruturas "saldou-se pela atribuição, por parte da Partest e do seu accionista único, o Estado, a um grupo privado, de uma verba superior a 11 milhões de contos, a qual, em termos práticos revestiu a natureza de fundo perdido". Outro exemplo: na operação do Hospital Privado da Cruz Vermelha Portuguesa (que estava à beira da falência) o Estado adquiriu 45% do respectivo capital social no valor de cerca de 2,34 milhões de contos, valor este com base numa avaliação que, segundo a própria Partest, "não é mais do que um exercício académico e sem qualquer realismo". De facto, os títulos comprados pelo Estado não valiam mais do que 244 mil contos!!! Mas mais. A alma solidária do Eng.º Guterres vai ao ponto ainda de promover entre a Administração Regional de Saúde e o Hospital "um protocolo generoso" que canalizou para este actividades de prestação de cuidados de saúde que ao Estado cabe (e tem condições para) assegurar e cujas receitas geradas em 2000 garantiam 80% da facturação total do Hospital! Enquanto isto, o Serviço Nacional de Saúde arrasta-se sem verbas. Comentários para quê? Os factos aí estão a demonstrar a diferença que vai entre as palavras do Eng.º Guterres e a realidade da sua prática! Assim, não há apelos a viragens à esquerda que convençam quem quer que seja!



Partido Socialista podem ser rebatidas de vários ângulos. Desde logo pelos critérios "técnicos" usados. Não é por acaso que o reputado economista usou, para medir a produtividade, o respectivo rácio por pessoa quando as regras estatísticas na própria União Europeia utilizam a produtividade horária. É que a utilizar-se este indicador a produtividade em Portugal sobe para quase o dobro. Por exemplo, em 1999, passa de 1,2 para 2,3. Mas "esqueceu-se" também o Dr. Vítor Constâncio de referir que os custos horários de trabalho em Portugal continuam a ser os mais fracos da União Europeia. Sete euros contra 22,1 na zona Euro; 11,8 na Grécia, 15,3 em Espanha; 18,8 em Itália; 23,8 na França ou 27,2 na Áustria. Ou que as remunerações directas horárias são, de acordo com o Eurostat, de 5,3 Euros em Portugal (cerca de 1067\$00) contra 14 Euros (cerca de 2 800\$00) em média na zona Euro. De tudo isto se esqueceu o Governador do Banco de Portugal. E, sobretudo, esqueceu-se de responder a uma questão essencial. Então não foi prometido aos trabalhadores portugueses que uma das consequências da adesão à União Europeia seria a aproximação do seu

PCP propõe medidas no caso de transferência de empresas

Pôr cobro aos atropelos

O PCP quer acautelar os direitos dos trabalhadores em caso de cedência ou transferência de empresa. Um projecto de lei nesse sentido esteve em debate no Parlamento.

Com este diploma, que baixou à Comissão de Trabalho sem votação onde ficará a aguardar por uma proposta do Governo, a bancada comunista pretende basicamente transpor para a nossa legislação - aperfeiçoando-os em alguns casos - os dispositivos que sobre esta matéria já constam de uma Directiva da União Europeia.

O principal problema reside na forma como tem sido posto em causa o direito à estabilidade no emprego, em consequência da transferência de empresas. Esta é uma forma de mobilidade externa dos trabalhadores que tem sido encarada como um dos mais graves problemas que afectam o mundo do trabalho.

Há que garantir a manutenção dos direitos dos trabalhadores em caso de transferência de empresas

Uma opinião compartilhada pela deputada comunista Odete Santos que vê neste expediente das entidades patronais mais uma forma de flexibilização e desregulamentação do mercado de trabalho. Cujos efeitos, diversamente do que é anunciado - a competitividade das empresas -, ao contrário, se evidenciam pela

sua carga negativa, seja em mais desemprego e instabilidade, sobretudo entre a juventude, seja sobre o rendimento das famílias.

O que está em causa, com efeito, como denunciou a parlamentar do PCP, é que se tem assistido à transmissão de empresas ou de estabelecimento, sob outras designações, que mais não são do que formas encapotadas de privar os

trabalhadores do direito à manutenção do vínculo laboral.

Uma prática de atropelo aos direitos dos trabalhadores que, no nosso país, segundo Odete Santos, atinge foros de «verdadeiro escândalo». E deu como exemplos o sucedido, entre outros casos, no sector da banca e dos seguros, na EDP e na Cimpor. «Fizeram-se cisões de empresas, cedências ocasionais de trabalhadores, cedências definitivas de trabalhadores», salientou, antes de fazer notar que se chegou ao cúmulo de «lado a lado, no mesmo local de trabalho, estarem trabalhadores a laborar com regimes diferentes, eles que antes pertenciam à mesma empresa».

É, pois, a este estado de coisas que o diploma comunista pretende pôr cobro, isto é, impedir que os trabalhadores continuem a ser vítimas de formas encapotadas de transferências de empresas, sem que possam usar da garantia de transmissão dos contratos de trabalho.

Acautelar direitos

Clarificando alguns dos regimes constantes na Directiva comunitária, o projecto de lei do PCP prevê no seu articulado que no caso de as relações de trabalho da «empresa transmissória não estarem abrangidas por qualquer instrumento de regulamentação colectiva de trabalho, continua a aplicar-se o instrumento de regulamentação colectiva de trabalho em vigor na empresa transmissora até à entrada em vigor de instrumento de regulamentação colectiva de trabalho aplicável».

«No caso inverso, ou seja, quando exista regulamentação colectiva na empresa transmissória - segundo Odete Santos -, esta é imediatamente aplicada, não podendo, nunca, haver redução nos direitos adquiridos pelo trabalhador».

Consagrados no diploma do PCP são ainda os direitos de informação ao trabalhador sempre que haja transmissão - informação esta obrigatória, ao contrário do que sucede na Directiva -, bem como o direito de oposição à transferência, que, no caso de

transferência parcial, significa que o trabalhador tem direito à reintegração na empresa transmitente.

Realce merecem ainda, por outro lado, as propostas preconizadas no diploma comunista visando a alteração do regime de cedência ocasional de trabalhadores. Também neste plano o objectivo visado é o de salvaguardar os direitos dos trabalhadores numa situação que deve ser - «tem de ser», como enfatizou Odete Santos - «verdadeiramente excepcional».

Lei de bases da família

Uma clara inadequação à realidade sociológica e uma visão extremamente conservadora marcaram, sem surpresa, o projecto de lei do CDS/PP sobre a lei de bases da família. Em debate na passada semana, o diploma foi sobretudo criticado pela deputada comunista Margarida Botelho que lhe apontou várias incongruências, considerando mesmo que a política de

família nele expressa esbarra com «obstáculos intransponíveis». A surpresa - ou talvez não... - veio da bancada do PS que, numa monumental cambalhota, veio dizer hoje o contrário do que dizia ontem. Ou seja, anunciou a intenção de viabilizar o diploma, depois de ter rejeitado há menos de cinco meses um diploma similar do PSD.

Fábricas a fechar e despedimentos em massa abalam política económica

A crise instala-se

Preocupação, muita preocupação é o que suscita a actual situação laboral. Da avaliação feita pelo PCP, que levou o assunto a plenário, ressalta um quadro demolidor para a política económica do Governo.

Despedimentos massivos, deslocalização de empresas, encerramento de unidades industriais, falta de qualidade dos empregos, altos níveis de precariedade, baixos salários, elevada sinistralidade constituem os ingredientes para a agudização de uma crise que está a gerar um sentimento de insegurança entre os trabalhadores em vários sectores e várias regiões do País.

Vários factores concorrem para a situação presente. Há, contudo, um que sobreleva entre os demais, como tratou de sublinhar o deputado Vicente Merendas na declaração política que proferiu em nome da bancada comunista: o comportamento das multinacionais que, na mira de sempre e mais lucro, não hesitam em incrementar processos de deslocalização, concretiza-

Tem-se assistido à deslocalização de unidades produtivas de multinacionais perante o silêncio cúmplice do Governo

dos no encerramento de diversas unidades produtivas e consequentes despedimentos em massa.

Para trás, em resultado desta decisão - lembrou o parlamentar do PCP -, fica sempre um «rasto de problemas sociais». E o que é mais grave: tudo isto tem sido feito nas barbas do Governo, que é como quem diz, perante o seu «silêncio comprometido e cúmplice», sem qualquer iniciativa digna de realce no sentido da

defesa da economia nacional, do emprego e dos direitos dos trabalhadores.

São muitos, infelizmente, os testemunhos que ilustram esta realidade. De alguns deles falou Vicente Merendas. Da Indelma/Siemens, por exemplo, que decidiu por razões de mera estratégia económica deslocalizar para a Lituânia a produção

da Renault, isto depois de ter obtido apoios do Estado na ordem da dezena e meia de milhões de contos.

«Sabem quanto vale para uma multinacional uma trabalhadora da Indelma?», perguntou Vicente Merendas, dirigindo-se às restantes bancadas. «Menos de dois mil contos. Elas que montaram milhares de cablagens que circulam nos carros por toda a Europa, que adquiriram tendinites como resultado deste trabalho repetitivo, e que sentem hoje uma justa indignação ao verificarem que estão a ser jogadas fora como uma cablagem velha», salientou o deputado comunista.

O caso da Siderurgia é também ele um desmentido a tudo quanto o Governo tem afirmado. Prometeu o Primeiro-Ministro que o alto forno só encerraria quando o forno eléctrico estivesse a funcionar. A verdade é que nem uma coisa nem outra e, como resultado do encerramento, perto de oito centenas de trabalhadores foram empurrados para a pré-reforma, não se oferecendo aos cerca de 200 outros trabalhadores qualquer perspectiva que não seja o desemprego.



Aos trabalhadores não resta outra alternativa que não seja a luta em defesa dos seus direitos

«O Governo decidiu encerrar a Siderurgia sem olhar para as pessoas. Agora já nem se pode confiar nos compromissos assumidos pessoalmente pelo próprio Primeiro-Ministro», referiu Vicente Merendas, antes de recordar que uma situação em tudo idêntica se passa com a fábrica Portucel Recicla de Mourão.

Depois de ter chamado a atenção para outros casos recentes e igualmente graves como sejam a Fábrica Triunfo (lançou no desemprego 180 trabalhadores), a Norporte (500 trabalhadores) a PROTEU (260 trabalhadores), o deputado do PCP verberou o que considerou ser o «ensurdecedor silêncio» do Governo, silên-

cio este que em sua opinião só pode traduzir uma «dupla má consciência»: «primeiro, por ter andado a semear promessas de esperança; segundo, por não assumir as responsabilidades e por procurar iludir o País sobre a profundidade e consequências do que se está a passar em matéria de agravamento da situação social».

Em causa ensino do português no estrangeiro

Emigrantes merecem melhor sorte

Não vai bem o ensino da língua portuguesa no estrangeiro. Das mais variadas paragens, lá, onde existem comunidades portuguesas, vêm sinais alertando para a degradação do ensino da nossa língua e para a necessidade de o Governo adoptar medidas de política concretas neste domínio. A mesma constatação e a mesma exigência têm feito as organizações de professores em vários países.

Esta situação, que o deputado comunista Rodeia Machado classificou de «preocupante», levou o Grupo Parlamentar do PCP a apresentar um projecto de resolução em que se recomenda ao Governo a criação de um pro-

grama de expansão e qualificação do ensino da língua e da cultura portuguesas. Em debate na passada semana, o documento baixou sem votação à comissão de educação, o mesmo sucedendo com um outro do PSD discutido conjuntamente e visando idênticos objectivos.

Criticada no decorrer do debate foi sobretudo a ausência de resposta aos problemas por parte do Governo. E muito menos aceites pela bancada comunista foram as justificações dadas pelo Executivo para a sua própria inércia. Com efeito não colhem as «razões de ordem financeira» invocadas por responsáveis governamentais

quando o assunto vem à baila. Isto porque, como Rodeia Machado tratou de lembrar, tem partido do PS a sistemática obstrução a propostas dirigidas para a contratação de professores e meios para a divulgação da cultura portuguesa.

«A recusa e votos contra do PS a tais propostas agravaram os problemas já existentes», referiu o deputado comunista, que exemplificou a propósito com os Orçamentos de Estado para 2000 e 2001 em relação aos quais se verificou a oposição da bancada socialista a propostas do PCP, devidamente fundamentadas, que preconizavam um aumento de um milhão e qui-

nhentos mil contos na verba destinada ao ensino e divulgação da língua portuguesa.

«As cerca de quatro milhões e meio de pessoas, entre portugueses de primeira geração e luso-descendentes,

merecem melhor sorte na protecção da sua língua materna», sublinhou Rodeia Machado, para quem o ensino da língua e cultura portuguesas nas comunidades lusas «não é uma despesa», mas

sim, ao contrário, «um investimento necessário para o presente e para o futuro da relação de Portugal com a diáspora e também para o próprio desenvolvimento do País».

Qualificar a língua e a cultura

A criação de um programa de expansão e qualificação do ensino da Língua e da Cultura Portuguesas no estrangeiro - recomendação feita ao Governo no projecto de resolução apresentado pelo PCP -, assenta, entre outros, nos seguintes vectores:

- um maior investimento financeiro para vencer a grave situação de carência existente, apontando, nomeadamente, para a expansão da rede do ensino, o aumento de professores e em mais e melhores meios pedagógicos;
- a divulgação na RTPi e RDPI, enquanto serviço público, de programas de qualidade que contribuam e sejam um estímulo para a aprendizagem da Língua e Cultura Portuguesas;
- a utilização da RTPi e RDPI para a divulgação e programação de cursos de Língua e Cultura Portuguesas;
- o apoio e incentivo às

várias formas de cursos existentes no estrangeiro, que entretanto já deram provas positivas, quer seja nos regimes integrados ou paralelos quer seja por entidades privadas ou de iniciativa do movimento associativo;

- uma intervenção persistente junto dos governos onde existam importantes comunidades portuguesas, de forma a conseguir a efectiva integração do ensino da Língua Portuguesa no ensino oficial desses países;

- a elaboração de manuais escolares e outro material pedagógico-didáctico, bem como de programas de acções de formação de professores que tenham em conta a especificidade deste ensino;

- o reconhecimento oficial da existência das comissões/conselhos de pais, que desempenham um papel relevante na organização dos cursos de Língua Portuguesa;

- a colocação por concurso

dos coordenadores do ensino no estrangeiro;

- uma verdadeira articulação entre os vários ministérios nesta área (Ministério da Educação, Ministério dos Negócios Estrangeiros e Ministério da Cultura), de forma a melhor rentabilizar os meios materiais e humanos em benefício da promoção da Língua e Cultura Portuguesas;

- a regulamentação imediata do regime jurídico que está previsto no Decreto-Lei nº 13/98, de 24 de Janeiro;

- a elaboração de um «Livro Branco» sobre o ensino da Língua e Cultura Portuguesas no estrangeiro e que, para o efeito, sejam ouvidos os vários intervenientes: Conselho das Comunidades, estruturas sindicais dos professores, comissões/conselhos de pais e encarregados de educação e movimento associativo das comunidades portuguesas.

Necessidades e insuficiências

Deputados que integram a comissão parlamentar de Educação, Ciência e Cultura, com o objectivo de avaliarem os principais problemas existentes, visitaram várias comunidades de emigrantes portugueses. Na hora de balanço, do que viram e ouviram, ressaltaram de forma preocupante «necessidades e insuficiências».

Rodeia Machado deu alguns exemplos: em França foram reduzidos 9 horários com cerca de 22 horas cada; na Holanda, a grande maioria dos professores portugueses que lecciona a língua portuguesa é paga pelo governo holandês e não tem acesso às poucas acções de formação pedagógica dadas pelo

governo português; na Suíça foi extinto o ensino recorrente apesar da discordância da comunidade portuguesa aí residente; na Alemanha há centenas de alunos sem aulas de língua portuguesa, enquanto outros têm que percorrer 30 km a 40 km para poder frequentar um curso de língua portuguesa, havendo ainda a registar o facto de existirem professores estrangeiros a leccionar a língua portuguesa à comunidade; o mais importante instrumento legislativo (o Decreto-Lei 13/98), relativo ao exercício da função docente no estrangeiro, não é cumprido pelo Governo.

A opção de classe

● Pedro Guerreiro

No Conselho de Estocolmo, realizado a 23 e 24 de Março, foram definidas as orientações para as políticas económicas e sociais - com incomparável predominância das primeiras sob as segundas - no âmbito da denominada «estratégia de Lisboa». Partindo da avaliação da Comissão Europeia de um ano de implementação desta estratégia - ou seja, do conjunto de políticas que visam alcançar o objectivo de que a UE se torne o espaço económico mais competitivo do Mundo -, o Conselho definiu os seus actuais objectivos. A diversidade de aspectos referenciados obriga a procurar distinguir o essencial do acessório,

serviços financeiros, procurando criar condições para um salto qualitativo na especulação financeira ao nível da UE. Reafirmou o objectivo do «pleno emprego» e fixou novos objectivos intermediários, apontando medidas como os incentivos ao nível fiscal e das prestações sociais e uma organização do trabalho «correcta» (?) e «flexível» (!). Referiu a «qualidade» do emprego, mas apenas apontando a futura definição deste conceito, nada avançando sobre o trabalho com direitos e contra a precariedade. Avançou com a mobilidade dos trabalhadores tendo em conta as necessidades do mercado (!) e insistiu na «modernização do mercado de trabalho» através da «supressão dos obstáculos existentes»(?!). Exigiu a «modernização contínua do modelo social europeu» e apontou como objectivo a definição de «novas abordagens» para os regimes de pensões, os sistemas de segurança social, de cuidados de saúde e de assistência aos idosos, procurando criar as condições para a sua abertura ao sector privado. Decidiu ainda intensificar os esforços para a realização de uma nova ronda negocial no âmbito da OMC. Deu prioridade à implementação de planos nacionais de combate à pobreza e à exclusão social, e apontou a definição de indicadores nesta área. Decidiu integrar o desenvolvimento sustentável nesta estratégia.

Políticas de direita

Ou seja, nos aspectos essenciais, etapa a etapa, com menor ou maior ritmo - imposto pela gestão de calendários eleitorais, como no caso da França - os objectivos políticos foram definidos: a abertura de novos mercados e a criação das condições necessárias à sua melhor exploração, reflectindo essencialmente os interesses dos grandes grupos económicos e financeiros. Em Portugal, com o Governo PS, como ao nível da UE, com a generalidade dos actuais governos dos países da UE e com a Comissão Europeia, as opções de classe são claramente expressas através da prossecução, nos seus aspectos fundamentais e essenciais, de uma política de direita. O carácter de classe da política da Comissão Europeia expresso nas suas recomendações para o Conselho de Estocolmo, assim como as conclusões do Conselho Europeu, são disso um digno exemplo. Aliás, Comissão e Conselho são actualmente dominados pelos partidos da social-democracia, da «família» do PS. Mas estes sabem que contam com a resistência dos trabalhadores e das populações em defesa dos seus interesses, por isso agem com cuidado, mistificando os verdadeiros interesses que defendem. Pelo que é necessário, através da luta, aumentar a consciência dos trabalhadores e de todos aqueles que anseiam por uma outra política que dê resposta às suas justas necessidades e aspirações. Em Portugal, como nos outros países da UE, os trabalhadores com as suas organizações de classe e os seus aliados são os únicos com condições de fazer frente à política de direita. Uma política de esquerda só poderá ser construída a partir da luta dos trabalhadores e dos seus aliados. O PCP continuará na primeira linha.

a clarificar quais são os objectivos efectivamente pretendidos e, essencialmente, a confrontar as formulações com a sua efectiva implementação, as suas consequências e a realidade vivenciada por cada um e todos nós. Exercício de análise que implica necessariamente um ponto de vista de classe.

O Conselho reafirmou o objectivo da «criação de um mercado interno de serviços». Decidiu acelerar a transposição da legislação comunitária para as legislações nacionais e eliminar os obstáculos a este mercado. Apontou a abertura, «logo que possível», dos mercados do gás e electricidade. Reafirmou a intenção de criar o «céu único europeu», comunitarizando a gestão do espaço aéreo. Apontou a apresentação de um segundo pacote de medidas para a abertura dos mercados nacionais dos transportes ferroviários de passageiros e de mercadorias. Apontou a adopção da directiva dos serviços postais até ao final do ano. Ou seja, consolidou a liberalização de serviços ligados ao sector público, com vista à sua privatização e posterior concentração. Por forma a «incentivar uma verdadeira concorrência», decidiu ainda reduzir os auxílios estatais e aprovar regulamentação relativa aos contratos públicos. Decidiu acelerar a regulamentação de um mercado de valores mobiliários, tendo como meta a «rápida implementação» de um mercado de



PE manifesta repulsa pela recusa dos EUA em aplicar o protocolo de Quioto

EUA contra o mundo

O PE salienta que a luta contra o aquecimento global é uma questão de solidariedade entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento, saudando a condenação unânime dos EUA pela UE, China e Japão.

As alterações climáticas constituem um dos desafios mais alarmantes para o mundo no início do século XXI, considera uma resolução do PE, aprovada por vários grupos, entre eles a Esquerda Unitária Europeia, onde se integram os deputados do PCP.

Os deputados lembram que 38 países industrializados acordaram, em Quioto, reduzir até 2012 as suas emissões de gás com efeito de estufa em cerca de 5,2 por cento, em relação ao nível de 1990, devendo os países da UE proceder a uma redução de oito por cento e os EUA de sete por cento.

Contudo, a 6.ª Conferência das Partes, realizada em Haia, revelou numerosas dificuldades no que se refere ao acompanhamento e à aplicação do Protocolo de Quioto. Por outro lado, a

nova administração dos EUA rejeitou o Protocolo de Quioto, tendo o presidente, George W. Bush, alegado que a sua aplicação implicaria a perda de postos de trabalho e prejudicaria a economia dos EUA, esquecendo-se que o seu país é responsável por cerca de 25 por cento do total das emissões

de dióxido de carbono, sendo o principal poluidor abrangido pelo Protocolo.

Por isso, o PE, manifestando a sua repulsa por os interesses a longo prazo da maioria da população do mundo estarem a ser sacrificados à avidez corporativa de curto prazo nos EUA, condena veementemente a decisão do presidente George W. Bush de não aplicar o Protocolo de Quioto sobre o aquecimento do planeta, sublinhando que esta decisão unilateral está a pôr em risco todo o processo e cons-

titui uma ameaça de calamidade climática, sendo um sinal muito negativo para as relações e o diálogo UE/EUA.

Por último, o PE insta a Comissão e os estados-membros a tomarem todas as medidas políticas e diplomáticas necessárias para pressionar a administração norte-americana a reconsiderar a sua posição enquanto apela aos negociadores comunitários para que planeiem a rápida ratificação do Protocolo, mesmo sem os Estados Unidos.

Entretanto, na terça-feira, o ministro sueco do Ambiente, Kjell Larsson, obteve do governo japonês a confirmação de que mantém a intenção de ratificar o Protocolo até 2002, independentemente de os EUA aderirem ao processo, mostrando-se optimista quanto à possibilidade de se conseguirem mais compromissos com os cerca de 180 estados que apoiaram o acordo de Quioto em 1997.

Recorde-se que, entre os dias 16 e 27 de Julho, terá lugar a 6.ª Cimeira Climática na cidade alemã de Bona.

Tratamento igual para deficientes

O Parlamento Europeu pediu à Comissão Europeia que apresente uma proposta de directiva tendo em vista a igualdade de tratamento para as pessoas com deficiência. A resolução, aprovada na passada semana em Estrasburgo, visa não apenas o domínio do emprego, como também solicita também que sejam previstas ajudas financeiras para permitir que os deficientes participem em todos os programas comunitários, bem como um plano de acção para a sua participação na sociedade da informação.

Neste sentido são pedidas informações sobre os projectos financiados pela UE, sob a óptica da deficiência, e é proposta a manutenção, no

sexto programa-quadro de I&DT (investigação e desenvolvimento tecnológico), de uma vertente específica de investigação sobre as pessoas com deficiência. O PE propõe que as empresas sejam incentivadas a empregar trabalhadores deficientes, através de benefícios fiscais ou da diminuição dos descontos para a segurança social.

Na UE existem mais de 37 milhões de pessoas com deficiência pelo que urge integrar as suas questões específicas na formulação de todas as políticas comunitárias, promovendo-se uma cultura de não discriminação e de reconhecimento da diversidade. Mas as instituições comunitárias

são também advertidas de que devem garantir o pleno acesso dos deficientes às suas instalações e reuniões.

Finalmente, a Comissão é convidada a propor um programa de acção específico para a deficiência, com início em 2004 e destinado a prosseguir o trabalho desenvolvido em 2003 - Ano Europeu dos Cidadãos com Deficiência -, promovendo a coordenação das políticas dos estados-membros relativas à deficiência e velando pela plena participação destas pessoas na sociedade.

Refira-se ainda que, pela primeira vez na história do PE, foi distribuída uma versão do relatório em braile e foi feita a interpretação do debate em linguagem gestual.

Zona euro em derrapagem

O crescimento da zona euro abrandará para 2,7 por cento já este ano, segundo previsões da OCDE divulgadas na terça-feira. Este valor é inferior aos 3,1 por cento previstos em Novembro passado e deve-se segundo os analistas ao impacto da desaceleração económica dos Estados Unidos.

O estudo da Organização de Cooperação e Desenvolvi-

mento Económico afirma ainda que nos últimos três anos o crescimento económico na zona euro se traduziu na criação de mais empregos que nos Estados Unidos ou no Reino Unido, tendo a taxa de desemprego baixado de 11,5 por cento em 1997 para nove por cento em finais de 2000. A previsão dos especialistas da organização indicam que o

desemprego continuará a baixar para 8,4 por cento, até ao final do ano, e 7,9 por cento no ano seguinte.

No entanto, a taxa de actividade continua mais baixa que nos Estados Unidos ou noutros países do norte da Europa, o que, segundo o estudo, «faz supor que é possível um nível de produção potencial e de crescimento mais elevado».

Compensar os pescadores

O fracasso das negociações sobre o novo acordo de Pescas com Marrocos deixou sem «futuro à vista» 30 navios e 600 pescadores portugueses. Por isso, a eurodeputada, do PCP, Ilda Figueiredo considerou, na sessão da passada semana, que não basta prorrogar as ajudas até agora concedidas: «torna-se imperativo que a União Europeia garanta um apoio compensatório à frota, aos pescadores afectados e às zonas atingidas, apoiando um programa de conversão da frota que operava nos pesqueiros marroquinos e garantindo a sua reorientação para outros pesqueiros abrangidos no âmbito dos acordos de pesca comunitários e, naturalmente, pensando uma alteração da política europeia de pescas».

Autonomia para Chiapas

O Parlamento Europeu pediu ao parlamento mexicano que adote sem demora a proposta de lei, actualmente em discussão, sobre o reconhecimento dos direitos fundamentais dos povos indígenas. Este diploma implica a alteração da Constituição de forma a reconhecer as estes povos o direito à autodeterminação no seio do Estado mexicano. A resolução, aprovada na passada semana por iniciativa do Grupo da Esquerda Unitária, nomeadamente do deputado, do PCP, Joaquim Miranda, pede igualmente ao governo mexicano a libertação dos zapatistas ainda presos e convida o Conselho e a Comissão a apoiar os esforços que estão a ser desenvolvidos para a resolução pacífica do conflito no México. O documento saúda a reabertura das negociações directas entre o governo e os zapatistas, que tinham sido interrompidas em Setembro de 1996.

UE apoia integridade da Macedónia

A União Europeia e a República da Macedónia assinaram na segunda-feira um acordo de estabilização e associação na presença de representantes do Governo e da oposição, tanto de maioria eslava como da minoria albanesa. Na ocasião a UE reiterou o seu apoio ao governo da Macedónia, à integridade das duas fronteiras reconhecidas e internacionalmente e a favor de uma resposta proporcionada para fazer frente aos extremistas albaneses. O acordo, que pouco tem a ver com os conflitos das últimas semanas, começou a ser negociado, com o objectivo de estabelecer um diálogo político e abrir as economias da Europa aos produtos macedónios.

3.ª Conferência da ONU sobre países pobres Direito ao desenvolvimento

Uma resolução apresentada por Joaquim Miranda e aprovada pelo Parlamento na passada semana exorta a 3.ª conferência da ONU sobre países menos desenvolvidos a adoptar um programa de acção para acabar com a pobreza.

A Terceira Conferência das Nações Unidas, que terá lugar entre os dias 14 e 20 de Maio, nas instalações do Parlamento Europeu, em Bruxelas, deve constituir «uma oportunidade» para a comunidade internacional e, em particular, os países industrializados acordarem medidas concretas a favor dos países menos desenvolvidos (PMD).

Este é o apelo lançado pela resolução do Parlamento Europeu que reflecte situação dramática em que se encontram os 49 países mais pobres do planeta. Como salientou o deputado, do PCP, Joaquim Miranda, presidente da Comissão para o Desenvolvimento e Cooperação do Parlamento Europeu, nestes países o produto interno bruto (PIB) por habitante é «100 vezes inferior ao dos estados desenvolvidos». Ou seja, os PMD dispõem anualmente em média por habitante 287 dólares americanos (cerca de 63 contos) contra 27.402 (mais de seis mil contos) nos países ricos.

E este fosso abismal só tende a agravar-se uma vez que o crescimento real dos mais pobres é pouco superior a zero, se contarmos com o crescimento da população.

Esta situação deve-se em grande parte à falta de acesso aos mercados ocidentais. Estima-se que se estes se abrissem, as receitas da exportação dos países em desenvolvimento poderiam aumentar em cerca

de 700 mil milhões de dólares, ou seja, qualquer coisa com 14 vezes o montante da ajuda que o Ocidente presta «caridosamente» ao terceiro mundo. Também a baixa de 30 por cento dos preços das matérias-primas, verificada desde 1998, veio degradar ainda mais a sua situação económica.

O PIB por habitante nos países pobres é 100 vezes inferior ao do Ocidente

Elucidativo é ainda o facto de os países da Organização da Cooperação e Desenvolvimento Económico terem despendido, em 2000, mais de 300 mil milhões de dólares em subsídios agrícolas, o que equivale ao Produto Nacional Bruto de toda a África subsariana.

Não admira por isso que a esperança média de vida nos PDM seja de apenas 51 anos, contra os 74 anos nos países industrializados; que o nível de alfabetização se fique pelos 48 por cento; e que a mortalidade

infantil atinja 107 em cada mil nascidos vivos.

Mas perante estes índices trágicos, o Ocidente tem preferido fechar os olhos e a bolsa, tendo desde 1990 reduzido a ajuda em 45 por cento, para níveis do início da década de 70. Assim, hoje, 20 por cento das pessoas mais ricas entre a população mundial recebem 85 por cento do rendimento global, enquanto 20 por cento dos mais pobres recebem apenas 1,4 por cento desse rendimento.

Eliminar a pobreza

Como defendeu Joaquim Miranda, a eliminação da pobreza extrema constitui neste contexto um objectivo prioritário. Para tanto, a Conferência das Nações Unidas deve adoptar «um programa de acção para os PMD que se traduza numa melhoria real e significativa das condições de vida nestes países no prazo de uma década, bem como na redução para metade da pobreza extrema até 2015».

Nesse sentido, a resolução do PE exorta os países industrializados a inverterem a tendência

para a redução da ajuda e a fixarem um calendário preciso para o aumento, para 0,7 por cento do PIB, da contribuição pública de cada Estado industrializado para a política de desenvolvimento, devendo ainda contribuir para o perdão da dívida. Tendo em conta que um terço dos PMD são flagelados por conflitos intermináveis, o PE apela ainda ao combate ao tráfico de armas.

Por outro lado, como sublinhou Joaquim Miranda, é necessária uma alteração profunda das regras ultraliberares da Organização Mundial do Comércio: «O acesso ao mercado não constitui, por si só, condição suficiente para garantir o crescimento económico e que este, por si só, também não conduz automaticamente ao desenvolvimento».

Em consequência, a resolução considera que «tanto ou mais importante que o acesso aos mercados por parte desses países é indispensável assegurar a auto-suficiência e a segurança alimentares dos mesmos. E daí o direito que lhes assiste à protecção da respectiva produção alimentar e da sua população rural».



A ajuda aos países pobres sofreu desde 1990 uma quebra de 45 por cento, estando actualmente ao nível dos anos 70

Alimentação animal

PE insiste na rotulagem

Os eurodeputados aprovaram um relatório que mantém a exigência da rotulagem nos alimentos para animais, com a indicação da percentagem exacta dos diferentes ingredientes que entram na sua composição.

Desde a proibição das farinhas animais pelo Conselho da Agricultura de Dezembro de 2000, na sequência da doença das «vacas loucas», a Europa tem por resolver o problema da crescente procura das proteínas vegetais, o que só pode ser feito de duas maneiras: ou se aumenta a produção no espaço comunitário ou se aumentam as importações.

O Parlamento Europeu tinha recomendado o cultivo de proteaginosas (ervilhas, favas, etc.) em terras de pousio e a promoção das oleaginosas e da produção de forragens. Porém, como declarou o próprio comissário da Agricultura, Franz Fischler, quinta-feira da

passada semana no Parlamento Europeu, «as diferentes soluções de incentivo à produção de proteínas vegetais são demasiado dispendiosas ou difíceis de conciliar com as exigências da OMC».

Deste modo, lamentou a deputada, do PCP, Ilda Figueiredo, em vez de promover a produção de proteínas vegetais na Europa, a Comissão opta pela solução menos onerosa de aumentar em 50 por cento (de 1 para 1,5 milhões de toneladas) as importações de adubo de soja.

Como é sabido, os maiores exportadores deste produto são os Estados Unidos, onde o uso de organismos geneticamente modificados está largamente difundido, sendo praticamente impossível separá-los das culturas tradicionais. Talvez por isso o Conselho e a Comissão se mostrem relutantes em aceitar a total transparência na rotulagem dos alimentos ani-

mais, sustentando que os fabricantes não precisam de ser obrigados a indicar os dados relativos à quantidade dos diversos ingredientes, nem revelar as percentagens exactas.

O relatório aprovado pelo PE considera que nada pode justificar esta posição, pelo que mantém a sua exigência de uma «declaração inteiramente aberta» das matérias-primas que entram no fabrico dos alimentos para animais.

Rever acordos

Para o deputado espanhol, da Esquerda Unitária, Jové Peres, «o que a Comissão deve fazer é propor a revisão dos acordos em vigor com os EUA» de modo a produzir o que necessita. «Se os EUA querem impor restrições à Europa (nomeadamente através da Organização Mundial do Comércio), fazem-no por-

que querem exportar os seus próprios produtos. Se o PE aceitar estas propostas, a Europa vai ter de suportar a presença de OGM nos seus alimentos», afirmou durante o debate.

A recusa da Comissão de fomentar a produção interna foi igualmente contestada pela deputada Ilda Figueiredo que, na sua declaração de voto, acusou o executivo comunitário de «esquecer-se do princípio básico da soberania alimentar» e de agravar a «dependência da UE em termos de proteínas vegetais», pondo «em causa a segurança alimentar com importações de soja geneticamente modificada».

De resto, dos vários grupos parlamentares vieram alertas e críticas às propostas da Comissão que saiu do hemisfério prometendo estudar as alternativas possíveis, nomeadamente a produção de oleaginosas e proteaginosas.

Doenças da PAC

O surto de doenças animais é uma consequência das orientações da Política Agrícola Comum, que em nome da competitividade e da constante baixa de preços tem promovido a concentração, intensificação e centralização da produção. Como «os mais penalizados têm sido os produtores sem que haja as necessárias ajudas de compensação», a deputada Ilda Figueiredo insistiu na passada semana no Parlamento Europeu, na necessidade da criação de uma linha orçamental específica no orçamento da UE para apoiar os agricultores e erradicar as doenças animais. Por outro lado, face ao alastramento da febre aftosa, defendeu a suspensão temporária da circulação animal entre estados-membros e o aumento do controlo da carne comercializada, lamentando que o último Conselho Agrícola não tenha tomado esta decisão.

Ajudas a prazo

Uma proposta de regulamento da Organização Comum de Mercado dos Cereais e Arroz, aprovada pelo Parlamento Europeu, vem estabilizar temporariamente a degressividade da ajuda específica aos cereais para Portugal, mantendo para 2001-2002 o mesmo nível de ajudas que na campanha do ano anterior. Esta medida, que visa compensar a quebra de rendimento dos agricultores portugueses, foi no entanto considerada insuficiente pela deputada, do PCP, Ilda Figueiredo, a qual observou que face às pressões da PAC, a estabilização dos rendimentos deveria abranger a totalidade do período do actual quadro financeiro, ou seja, até à campanha 2005/2006. A deputada comunista defendeu ainda o estabelecimento de um limite superior para a estabilização da ajuda como forma de gerar economias que poderiam financiar quer o prolongamento da estabilização, quer a criação de mecanismos de apoio à produção de proteaginosas e a aplicação de um programa de reconversão de culturas alternativas à produção de cereais. Este regulamento deixa ainda de forma muitos pequenos agricultores por não comercializarem a totalidade da sua produção.

UE e Rússia contra crime

A União Europeia e a Rússia vão reforçar a cooperação policial e judiciária na luta contra o tráfico de seres humanos, tráfico de droga e tráfico de viaturas roubadas. O terrorismo, a imigração ilegal e o branqueamento de dinheiro são outras áreas previstas de cooperação. A UE saúda o prosseguimento da reforma da justiça russa, à qual 10 milhões de euros (200 mil contos) foram consagrados em 2000 para a revalorização dos salários e para garantir a igualdade do acesso à justiça.

Moldova elege presidente comunista

Vladimir Voronine, dirigente do Partido Comunista, foi eleito para a presidência da Moldova, na passada semana. Voronine foi nomeado pelo Parlamento, onde o Partido Comunista detém uma maioria absoluta com 71 lugares em 101. A Moldova é a primeira república da Comunidade de Estados Independentes (CEI) a ter um presidente comunista desde a queda da URSS em 1991.

Vitória para Toledo

Os resultados oficiais das eleições presidenciais de domingo no Peru deram a vitória a Alejandro Toledo, com 36,38 por cento, confirmando a necessidade de realização de uma segunda volta eleitoral, anunciou esta semana o chefe do Gabinete Nacional peruano de Processos Eleitorais (ONPE), Fernando Tuesta. O ex-presidente Alan García, líder da Aliança Popular Revolucionária Americana (APRA), está no segundo lugar com 25,70 por cento dos votos, seguido da candidata da Unidade Nacional, Lourdes Flores, na terceira posição com 24,01 por cento. Assim, Alejandro Toledo e Alan García deverão participar numa segunda volta das eleições dentro de 45 dias, possivelmente no final de Maio ou no princípio de Junho. O novo chefe de Estado peruano tomará posse em 28 de Julho, Dia Nacional do Peru.

Golpe final para a Macedónia

O presidente macedónio, Boris Trajkovski, apelou na passada semana à comunidade internacional para desferir «um golpe final» no extremismo, em seu entender «a única solução para a estabilidade nos Balcãs». «Regularizámos o problema militarmente e vamos regularizá-lo também politicamente, mas todos os nossos esforços serão vão se a comunidade internacional não liquidar as raízes da crise no Kosovo», disse Trajkovski.

Estrada acusado de corrupção

O ex-presidente das Filipinas, Joseph Estrada, foi acusado na passada semana de suborno, corrupção, desvio de dinheiro público, entre outras acusações, depois do Supremo Tribunal ter confirmado o levantamento da sua imunidade presidencial, segundo informaram fontes oficiais das Filipinas. Eleito em 1998 e deposto por pressão do exército e das manifestações de rua, Joseph Estrada contesta em particular a constitucionalidade da sua substituição na Presidência da República pela que era a sua vice-presidente. Pelo menos um dos crimes de que Estrada é acusado, o de pilhagem económica, é punido com pena de morte nas Filipinas.

Devido ao abrandamento da economia no sector dos telemóveis, milhares de trabalhadores são despedidos todos os dias

Vaga de despedimentos na Europa

Os trabalhadores das grandes empresas das comunicações sem fios, informática e de telemóveis, não escapam assim à vaga de despedimentos

A Ericsson, a terceira maior fabricante mundial de telefones celulares, anunciou na passada semana que irá despedir 3300 trabalhadores reduzindo os seus prejuízos, em razão de um maior crescimento da economia e um abrandamento no sector dos telemóveis.

Numa das duas fábricas na Suécia, em Kumla, a Ericsson vai reduzir a força de trabalho de 3200 para 1700 trabalhadores. Na fábrica de Linköping, confirmando o anúncio efectuado a 26 de Janeiro pela empresa, serão despedidos 600 trabalhadores.

Quanto às fábricas de Carlton e Scunthorpe, no Reino Unido, onde trabalham actualmente 1200 pessoas, a produção de telemóveis será encerrada no terceiro trimestre do ano.

A Ericsson afirmou ainda que vai congelar o recrutamento de novos funcionários em toda a empresa e que pretende reduzir substancialmente o número de consultores, em algumas áreas os cortes de pessoal ascenderão a mais de metade.

Por sua vez, a finlandesa Nokia anunciou que vai despedir entre 300 a 400 trabalhadores da sua divisão de redes, num esforço para dinamizar a sua divisão de sistemas de banda larga para a Internet de alta velocidade. A maior fabricante mundial de telefones celulares afirmou que os cortes vão afectar principalmente o sector de investigação e desenvolvimento com o objectivo de centralizar a actividade de certas áreas-chave. Os cortes vêm no seguimento de um anúncio divulgado no dia 13 de Março em que a Nokia revelou que iria vender duas fábricas de produção de componentes de redes

ao grupo norte-americano SCI Systems, o que representa uma redução de 1250 postos de trabalho.

Entretanto, a empresa francesa Alcatel, fabricante de equipamentos de telecomunicações, informou, na semana passada que irá despedir 1100 funcionários nos Estados Unidos. A companhia, cuja sede é em Paris,

comunicou que a desaceleração da economia e os menores gastos de consumo dos norte-americanos motivaram os despedimentos. «O que é importante para nós, neste período difícil da economia norte-americana, é elaborar positivamente a nossa estrutura de custos», afirmou Mike Quigley, presidente da Alcatel América. «Estas decisões, com impacto na vida dos trabalhadores, são muito difíceis de tomar, mas necessárias face ao ambiente de negócios nos Estados Unidos», concluiu.

A Motorola, a segunda maior fabricante mundial de telefones, anunciou também no início do mês o despedimento de 4000 trabalhadores.

Danone e Marks & Spencer fecham as portas

O distribuidor britânico Marks & Spencer anunciou o encerramento das suas 38 lojas na Europa continental, das quais duas em Portugal e 18 em França, segundo informou a agência Lusa no início do mês. Em Portugal, o grupo britânico emprega cerca de 170 pessoas em duas lojas situadas em Lisboa.

No conjunto, a reestruturação do grupo britânico vai



Na Ericsson, os cortes de pessoal ascenderão a mais de metade em algumas áreas

implicar a supressão de 4400 empregos na Europa.

A Danone, grupo agro-alimentar francês, anunciou também a supressão de 1816 postos de trabalho na Europa, dos quais 570 na França, e o encerramento de seis fábricas, no quadro de um plano de reestruturação da sua área de produção de bolachas. Esta

decisão da Danone não afecta Portugal, onde existe uma só fábrica de iogurtes, em Castelo Branco.

O primeiro-ministro francês, Lionel Jospin, anunciou entretanto que irá accionar os mecanismos legais para processar a Marks & Spencer, por delitos ao Código de Trabalho e às leis sindicais. Jospin instou também o

grupo Danone para «assumir as suas responsabilidades sociais e económicas», alertando-o para que não pode impor a «lógica do lucro» em detrimento da política de emprego.

Segundo o primeiro-ministro, todas as alternativas ao encerramento das empresas devem ser analisadas com os representantes dos trabalhadores.

Desemprego triplica nos EUA

Os despedimentos nas empresas norte-americanas quase triplicaram no mês de Março em relação ao mesmo período do ano passado, com um registo de mais de 100 mil despedimentos pelo quarto mês consecutivo, informaram na passada semana algumas companhias especializadas no assunto.

A empresa Challenger Gray & Cristmans informou que, em Março, foram despedidos 162 967 trabalhadores nos EUA, contra 55 783 no mesmo mês de 2000. O aumento seria um reflexo de menor ritmo de crescimento da economia norte-americana, que afecta directamente as vendas e os lucros da indústria e do comércio.

A mesma empresa comunicou ainda que o número de despedimentos em Março – que foi de 60 por cento superior ao de Fevereiro – é o maior já registado desde o início do levantamento, em 1993.

No primeiro trimestre do ano, 406 806 trabalhadores norte-americanos perderam os seus empregos. Num comunicado divulgado pelo governo, o número de pedidos de subsídio de desemprego, na primeira semana do mês de Abril, bateu os recordes dos últimos dois anos e meio: crescimento de 18 000 solicitações, para um total de 383 mil.

Na passada semana, o representante do Federal Reserve regional de Dallas, Robert McTeer, disse que o desemprego no país poderá crescer ainda mais, a julgar pelo actual ritmo de despedimentos.

Só na passada semana, várias empresas norte-americanas anunciaram o despedimento de milhares de trabalhadores.

4000 despedimentos na DuPont...

Uma das maiores empresas do mundo, DuPont, anunciou o despedimento de 4000 trabalhadores, o equivalente a 4 por cento dos seus funcionários, por causa da actual fase do sector têxtil e de vestuário.

A empresa anunciou ainda o despedimento de 1300 empregados temporários e o encerramento de algumas unidades de produção.

Metade dos postos de trabalho cortados serão da fábrica de Wilmington, nos Estados Unidos, que produz fibras de náilon e poliéster. As unidades de produção de poliéster sus-

pendirão as operações de manufacturados mais antigas, enquanto outras linhas do mesmo produto serão aperfeiçoadas.

... 11 500 na Delphi...

A maior fabricante de peças automotivas dos Estados Unidos, a Delphi Automotive Systems Corp., anunciou que vai encerrar ou vender nove de suas fábricas e despedir 11 500 funcionários, para enfrentar a queda das vendas e o aumento da concorrência.

Antes dos despedimentos anunciados cerca de 6000 funcionários já estavam sob dispensa temporária desde dezembro; a Delphi, com sede em Troy, Michigan, já havia cortado 7600 funcionários de seus quadros no México.

... 9600, na Procter & Gamble...

A Procter & Gamble, uma das maiores empresas do mundo em produtos alimentícios e consumo doméstico, vai despedir 9600 trabalhadores.

O corte representa nove por cento do total de funcionários da companhia. A empresa, com sede na cidade Cincinnati, Ohio, informou que a redução está de acordo com o plano de reestruturação da empresa para reduzir custos, que já provocou um corte de 7800 empregados em 1999.

Cerca de 40 por cento das demissões serão nos Estados Unidos, com o restante nos demais países onde a Procter & Gamble actua.

... e 4000 na Disney

A Walt Disney Co. pretende despedir cerca de 4000 funcionários, o equivalente a três por cento dos trabalhadores da empresa.

A Disney, uma das maiores empresas de entretenimento do planeta, alegou que os despedimentos reflectem o menor ritmo de crescimento da economia dos Estados Unidos e que os cortes afectam todas as áreas da empresa.

A companhia informou ainda que haverá um programa de demissão voluntária, mas, caso não dê o resultado esperado, os cortes serão feitos provavelmente em Julho.

Marcha de protesto contra corrupção

Os partidos da oposição e os sindicatos do Brasil realizaram na passada quinta-feira uma marcha de protesto, exigindo ao governo a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) à corrupção.

A manifestação contou com o apoio dos partidos de oposição e mais 15 entidades civis, incluindo a Central Única dos Trabalhadores (CUT), representantes dos Sem-Terra, reformados, negros, estudantes e organizações ligadas à igreja.

A marcha foi dividida em oito sectores, como numa escola de Samba. Os manifestantes que usavam a cor marrom, exigiam CPI; os amarelos, a correcção imediata do Fundo de Garantia

por tempo de serviço; a brancos, a reforma da população; a verde, a reforma agrária e atenção ao meio ambiente; a roxa, reformas no poder judicial; a laranja, reformas na Previdência Social; a cinzenta, defendia os direitos sociais e a vermelha a educação.

A manifestação terminou com o discurso do presidente de honra do Partido dos Trabalhadores, Luiz Inácio Lula da Silva, e com a montagem de um painel no Congresso de Brasília contendo os nomes dos deputados e senadores que assinaram o requerimento para a instalação da CPI.

Segundo uma avaliação dos organizadores, 15 mil pessoas participaram no protesto.

Palestina Apelo à ONU

Liga Árabe volta a pedir a intervenção urgente do Conselho de Segurança da ONU para garantir a protecção internacional do povo palestino.

O presidente palestino, Yasser Arafat, e o secretário-geral da Liga Árabe, Esmat Abdel Méguid, pediram domingo a realização de «uma segunda reunião urgente» do Conselho de Segurança das Nações Unidas «que tome decisões garantindo a protecção internacional do povo palestino».

Segundo a Lusa, os dois dirigentes defendem «um plano de mobilização internacional a todos os níveis, norte-americano, europeu e chinês». A exigência dirige-se em particular aos EUA, que no passado dia 27 de Março utilizaram, pela primeira vez desde há quatro anos, o seu direito de veto no Conselho de Segurança contra uma resolução que visava justamente «instalar um meca-

nismo apropriado para proteger os civis palestinos, incluindo o estacionamento de uma força de observadores da ONU» nos territórios ocupados por Israel.

As pretensões palestinianas receberam entretanto o apoio da Comissão dos Direitos Humanos das Nações Unidas, que sexta-feira aprovou uma resolução reafirmando o direito dos palestinianos à autodeterminação. «Essa resolução é importante neste momento e mostra que a comunidade internacional tem consciência do sofrimento do povo palestiniano devido à repressão israelita», afirmaram os membros do gabinete e do Comité executivo da Organização de Libertação da Palestina (OLP), num texto difundido pela agência Wafa.

Governo de Israel promove novos colonatos na Cisjordânia

Fazendo notar que «a segurança e a estabilidade não se podem concretizar enquanto a colonização devorar a terra palestiniana», aqueles responsáveis alertam que «a sua continuação afecta todos os esforços que têm por objectivo o retomar das negociações de paz e viola todos os acordos assinados» com Israel. Nesse sentido, apelaram «aos membros da comunidade internacional, que consideram a colonização como uma medida ilegal, uma provocação e um obstáculo à paz, para que ajam no seio do Conselho de Segurança de modo a assegurar uma protecção ao povo palestiniano». A direcção palestiniana denunciou igualmente a política do governo israelita de Ariel Sharon que «multiplica as agressões e intensifica a sua campanha para construir mais colónias».

Abdel Méguid, por seu turno, enfatizou a necessidade de intervenção internacional afirmando que o primeiro-ministro israelita, Ariel Sharon, é um «criminoso de guerra que não hesita em utilizar todos os meios para chegar aos seus fins e conter a resistência palestiniana».

Novos colonatos

A tensão nos territórios ocupados voltou entretanto a subir, na passada quinta-feira, com o anúncio do prosseguimento da colonização israelita. As autoridades de Telavive, através do Ministério da Habitação, fizeram saber que estão abertas as ofertas para a construção de 708 alojamentos nos colonatos da Cisjordânia.

A Autoridade Palestiniana reagiu de imediato, sublinhando que «a colonização é a mais grave forma de agressão contra o povo palestiniano», pelo que este continuará a defender as suas terras e a sua existência face aos «caneros» que são «a ocupação e a colonização israelitas».

Fazendo notar que «a segurança e a estabilidade não se podem concretizar enquanto a colonização devorar a terra palestiniana», aqueles responsáveis alertam que «a sua continuação afecta todos os esforços que têm por objectivo o retomar das negociações de paz e viola todos os acordos assinados» com Israel. Nesse sentido, apelaram «aos membros da comunidade internacional, que consideram a colonização como uma medida ilegal, uma provocação e um obstáculo à paz, para que ajam no seio do Conselho de Segurança de modo a assegurar uma protecção ao povo palestiniano». A direcção palestiniana denunciou igualmente a política do governo israelita de Ariel Sharon que «multiplica as agressões e intensifica a sua campanha para construir mais colónias».

Paraguai

Menores vítimas de maus tratos

Menores recrutados ilegalmente para as Forças Armadas no Paraguai são frequentemente vítimas de maus tratos, denunciou a Amnistia Internacional (AI) num relatório divulgado a 5 de Abril. «Os castigos físicos e psicológicos impostos a recrutas de todas as idades, de que resultam danos mentais e físicos, são comuns nas Forças Armadas paraguaias», lê-se no documento.

Segundo a AI, «sabe-se que vários recrutas adolescentes morreram devido a maus tratos ou em consequência de uma série, ainda pouco clara, de acidentes

com armas de fogo». O relatório refere pelo menos seis casos de recrutas menores de 18 anos mortos só em 2000.

«Nenhum destes rapazes devia ter ingressado nas Forças Armadas nem na polícia», refere o documento, lembrando que o recrutamento de menores está proibido na legislação do Paraguai.

Dizendo ter informações sobre o recrutamento forçado de crianças e falsificação de documentos para ocultar a sua idade, a Amnistia Internacional apela às autoridades paraguaias para que tomem de imediato medidas concretas para erradicar esta

prática». Na opinião da AI, entre tais medidas deve figurar a criação e manutenção de sistemas actualizados de registo e documentação de menores acessíveis ao público, bem como a ratificação do Protocolo Facultativo da Convenção sobre os Direitos da Criança, assinado pelo Paraguai em Setembro do ano passado.

A AI defende ainda a investigação «exaustiva e independente de todos os casos de maus tratos a recrutas», o que até à data tem sido impedido pela falta de cooperação das Forças Armadas e da polícia.

Pouca água e muita lama

● Zillah Branco

O novo milénio começou mal no Brasil. Ainda decepcionados com as derrotas sucessivas do futebol tido como o melhor do mundo, os brasileiros assistiram ao afundamento da plataforma da Petrobrás – a maior do mundo! – que levou para o fundo 11 trabalhadores da mesma forma que o trágico submarino russo. No dia-a-dia morrem nos bairros alagados pelas chuvas de verão que não escoam para as represas deixando a ameaça de racionamento de água e energia; pagam 3 vezes o valor das contas telefónicas e o dobro das de energia e água em relação ao ano passado; engolem incrédulos a afirmação governamental de que a inflação é mínima quando não negativa; perseguem as larvas de mosquito causador das epidemias de febre amarela e dengue destruindo latinas espalhadas no quintal e nada fazem com as piscinas sem tratamento espalhadas pelos bairros ricos do país inteiro; tentam compreender o fenómeno da Justiça que liberta conhecidos ladrões do

para enfrentarem a morte nas guerras. Atribui, em grande medida, este enfraquecimento do Estado não à perda real de poder (que é maior do que anteriormente pelo aperfeiçoamento das formas de vigilância sobre os cidadãos) mas sim por não deter o monopólio sobre os meios de coerção. Refere o papel dos governos neoliberais com a ideologia «explicitamente dirigida contra o Estado» e a institucionalização dos protestos sociais como parte do processo político. Certamente tal situação é bastante mais grave nos países onde a queda dos governos por pressão interna ou externa propiciou o ressurgimento de antigas divisões étnicas e culturais.

Em linguagem popular, e a partir apenas do bom senso, constata-se que os desmandos da elite são de tal ordem e proliferam com tal impunidade, que só quem presta contas à sua própria ética ou teme repreensões divinas, respeita as instituições. Nas ruas ouvem-se os comentários: «Se os grandes desperdiçam dinheiro público, energia eléctrica, água, e até cometem crimes, por que nós vamos economizar a miséria que temos? A Justiça está sempre do lado deles, nem vale a pena a gente se preocupar com a lei.» Mas isto não quer dizer que os cidadãos não prezem a democracia e a dignidade pessoal. Clandestinamente organizam a solidariedade a nível de comunidade, transmitem bons princípios à juventude em formação, estimulam a defesa da dignidade. Afastam-se de tudo o que se relaciona com o poder constituído contra o qual não têm armas. Consideram que insistir na luta dentro do sistema é o mesmo que «dar murros em ponta de faca» e denunciar a elite é «cutucar a onça com vara curta».



dinheiro público e até assassinos confessos bem apadrinhados pela elite enquanto mantém presos sem julgamento; agarrados no escuro das favelas por onde balas perdidas matam crianças dentro de casa, acompanham desanimados a luta do Governo e seus aliados para evitar um inquérito parlamentar sobre a corrupção avassaladora – a maior do mundo? – que salpica de lama os mais altos escalões dessa mal-amada República dos prazeres. E por aí vamos, que o rol de tristezas e sustos é compatível com as demais grandezas propagandeadas. Chega-se à conclusão de que a apregoada democracia, se existe, é clandestina.

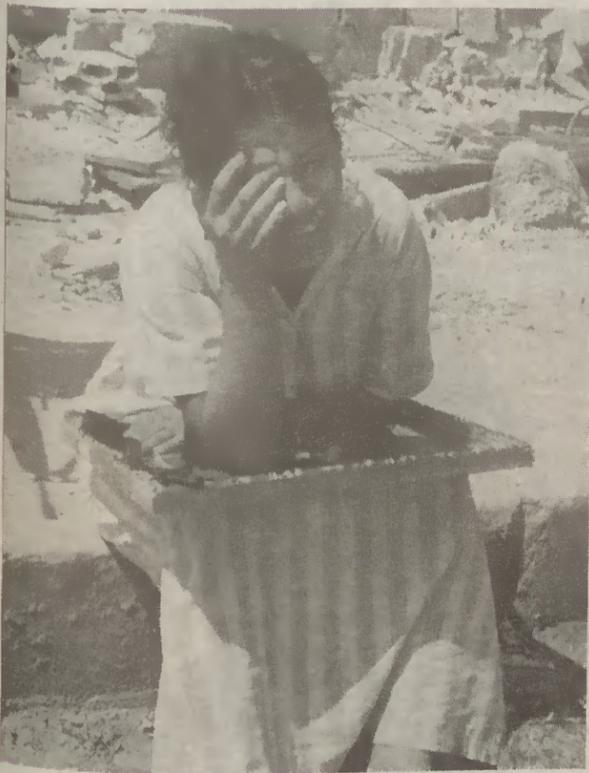
A descrença popular

Eric Hobsbawm (O Novo Século, Companhia das Letras, Brasil 1999) chamou a atenção para a perda gradual de credibilidade das instituições políticas, em especial o Estado, e das figuras públicas que respondem por elas, pelos povos em geral. Situa na década de 1960 a quebra da obediência voluntária ao Estado, a qual antes permitia mobilizar as populações até mesmo

Escolha democrática dos heróis

Com a morte do Governador de São Paulo, Mário Covas, viu-se uma das maiores manifestações de carinho popular. As referências elogiosas eram dirigidas às qualidades pessoais de Covas, homem intransigentemente honesto, íntegro, corajoso. Fez recordar o apreço demonstrado pelo povo brasileiro, em todo o território, quando morreu o presidente Tancredo Neves que simbolizava a transição do regime ditatorial para uma esperada democracia.

A população não perdeu a confiança no Estado e nas instituições políticas, deixou de acreditar nos políticos que manipulam o poder sem levar em consideração a missão de atender às necessidades nacionais. A mística patriótica que explicava a oferta voluntária da vida para enfrentar a morte nas guerras deixou de existir para uma camada social que tem acesso ao poder, não para a população que luta diariamente para a sua sobrevivência e a dos que com ela vive.



A maioria das vítimas da violência de Israel pertence à população civil palestiniana

A Colômbia no gume da história (1)

• Miguel Urbano Rodrigues

Duas imagens do mesmo povo

Por que motivo é a Colômbia a primeira prioridade na política de Washington para o Continente?

Por que aprovou o Congresso dos EUA verbas milionárias para o Plano Colômbia e a Casa Branca se esforçou inutilmente para envolver a União Europeia no projecto? A resposta a essas perguntas implica um conhecimento mínimo da realidade colombiana e da história do país.

A imagem que a Colômbia hoje projecta no mundo não pode ser mais negativa. O nome do país aparece associado às mafias internacionais do narcotráfico, a quadrilhas que controlam o negócio da prostituição, a organizações criminosas de todo o tipo.

A simples apresentação de um passaporte colombiano chama a atenção em qualquer fronteira. Nos aeroportos europeus e norte-americanos os cidadãos da Colômbia são com frequência radiografados. A nacionalidade é suficiente para inspirar desconfiança. As polícias temem que qualquer colombiano possa transportar droga no estômago ou nos intestinos.

A história ensina-nos, entretanto, que os anátemas contra determinados povos assentam na mentira, na desinformação e em preconceitos racistas.

Assim aconteceu com o Vietname, com a Argélia, com Cuba. Os povos desses três países foram por muito tempo olhados como lupem, lixo da humanidade. Qualquer deles, entretanto, levou à vitória revoluções de significado planetário por haverem resistido vitoriosamente ao imenso poderio de grandes potências imperiais, infligindo-lhes humilhantes derrotas.

O conhecimento da história profunda da Colômbia ajuda a desfazer a legenda negra que atinge o seu povo.

Já no final do século XVIII a insurreição dos *comuneros* havia chamado a atenção da Europa para a coragem espartana dos camponeses colombianos.

Décadas depois, a Colômbia desempenhou um papel decisivo na gesta da Revolução Libertadora das colônias espanholas.

Essa outra imagem, a da Colômbia revolucionária, foi quase apagada da história.

Lembrei em artigo recente que as tropas colombianas constituíram o núcleo do exército internacionalista que na altiplana de Ayacucho derrotou o último exército espanhol do Continente americano.

Foram os oficiais e soldados colombianos que durante anos impediram com a sua presença fraterna que a anarquia se generalizasse nas terras do antigo vice-reino do Peru.

Os EUA contra Bolívar

Bolívar sonhava com uma grande Confederação Latino-americana que, além das jovens repúblicas por ele libertadas, integrasse o México, os territórios da América Central, o Chile e as antigas Províncias do Prata. Sonhava com uma grande e progressista nação latino-indo-americana na qual via uma antecipação do futuro mas distante estado universal.



O malgrado Congresso Anfictionico do Panamá surgia no seu imaginário como o prólogo desse amanhã.

Esse projecto humanista e revolucionário chocou-se desde o início com a oposição das grandes potências da época. Os estados da Santa Aliança pretendiam restabelecer o absolutismo dos Bourbons nas antigas colônias espanholas. A Inglaterra, que seria até final do século a potência hegemónica no conjunto da região, opunha-se à Santa Aliança, mas estava empenhada na balcanização da América Latina, para mais facilmente controlar a economia das novas repúblicas. OS EUA, que não eram ainda uma potência marítima mas tinham grandes ambições, combateram tenazmente o ideário bolivariano.

Durante a guerra declararam-se neutros. Na prática não o foram. Venderam armas à Espanha e recusaram-nas aos exércitos patriotas.

A história não se repete. Mas impressiona a semelhança de métodos e linguagens hoje utilizados pelos estrategistas da Casa Branca e do Departamento de Estado com aqueles que os governos de Mon-

roe (com o apoio de Jefferson) e J. Quincy Adams usaram para atingir um triplo objectivo: esfacelar a Grande Colômbia, inviabilizar a unidade latino-americana e neutralizar e afastar Bolívar.

É inegável que a Inglaterra colaborou, mas o trabalho sujo foi desenvolvido pelos representantes dos EUA em Bogotá, Caracas e Lima.

A simples leitura da correspondência trocada entre esses «diplomatas» norte-americanos e secretários de Estado como Clay e os grandes inimigos do Libertador é esclarecedora da amplitude e perversidade da conspiração montada para destruir a obra de Bolívar.

A documentação oficial comprova que William Tudor, o agente americano em Lima, incentivou a invasão da Colômbia pelo general La Mar, presidente do Peru, e apoiou a rebelião simultânea de generais colombianos no Equador.

Ainda mais comprometedor é a correspondência do general Santander - ao tempo presidente em exercício da Colômbia, na ausência do Libertador - com Clay e com Harrison, futuro presidente

dos EUA, então representante em Bogotá. Nessas cartas competem nas injúrias e calúnias a Bolívar, definido como um tirano e um usurpador, inimigo das liberdades, Bonaparte americano, flagelo dos povos e caudilho sanguinário com ambições a uma coroa imperial.

O próprio Jefferson o criticou com dureza por defender a libertação dos escravos e dos índios e a substituição da ordem económica e social existente por outra menos injusta e cruel.

A guerra, pela sua própria dinâmica, abriu fissuras entre aqueles que participavam na luta pela independência. Unidos por um objectivo político comum, perseguiram metas incompatíveis no tocante ao tipo de sociedade que deveria emergir da ruptura com a Espanha. Na Colômbia formou-se um estamento social cujo núcleo principal saiu da elite dos generais e coronéis do exército libertador e do corpo de legisladores e da alta burocracia. Alguns, proprietários de enormes latifúndios, substituíram os antigos *terratenientes* peninsulares e, pelo poder que detinham como militares ou funcionários,

constituíram um factor de contenção de mudanças revolucionárias. Essa gente, enriquecida, sentia-se próxima da antiga oligarquia e identificava em Bolívar uma ameaça aos privilégios adquiridos. Em Santander viam, pelo contrário, um aliado.

Era utópico o projecto de Bolívar? Sim. Não havia compatibilidade possível entre ele, a estrutura social das novas repúblicas e os actores que se moviam no palco do poder. Mas o seu carácter romântico e paternalista não lhe diminui nem o mérito nem a grandeza.

morado respeitosamente o sesquicentário do nascimento do general Obando que mandou assassinar o marechal Sucre (o vencedor de Ayacucho e o mais puro dos heróis da Revolução Libertadora) mas foi depois guindado à Presidência da República.

Tal como acontece com as personagens das tragédias gregas, a Colômbia como personagem da história exhibe duas imagens.

Uma é a da oligarquia antibolivariana que continua a contemplar a nação como um rebanho humano cuja missão seria servi-la e torná-la ainda mais rica. Como tumores gerados pela sua política af estão a mafia do narcotráfico, a escória humana ligada ao comércio do sexo, os bandos de paramilitares assassinos e um exército concebido para reprimir o povo.

No reverso está a outra Colômbia, herdeira do espírito de fraternidade dos esquadrões de Ayacucho, revolucionária, internacionalista, humanista.

Para se entender minimamente uma sociedade onde a palavra violência, endémica, adquiriu um significado sociológico próprio, julgo útil lembrar que a um exército pretoriano que, desde Francisco de Paula Santander, seu criador, existe para funcionar como instrumento de repressão contra o povo, se contrapõe outro, o das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia - Exército do Povo (FARC-EP).

Este, justificando o nome, é hoje a materialização do exército ideado por Bolívar como «o povo em armas».

Não há na América Latina capitalista e imperializada uma força armada com raízes no povo que apresente semelhanças com essa guerrilha legendária, sem precedentes pela longevidade, estrutura, coerência ideológica e pelas suas concepções estratégicas e táticas.

A paz e a guerra

O povo da Colômbia deseja ardentemente a paz. A oligarquia simula trabalhar por ela, mas tudo faz para a impossibilitar.

Andrés Pastrana conquistou a Presidência ao compreender que a promessa da paz funcionaria como poderosa alavanca eleitoral. As sondagens colocavam-no muito atrás do seu adversário liberal. O compromisso de «negociar» com as FARC foi o trunfo que o levou à Casa de Nariño.

A criação de uma Zona Desmilitarizada maior do que a Suíça (42 000 km²) foi recebida pelo povo com uma imensa esperança.

O Poder não fez entretanto jogo limpo. As FARC iniciaram o Diálogo - é a palavra que utilizam - com propostas muito concretas. Os 10 Pontos para um Governo de Reconciliação e Reconstrução Nacional, definidos em 93, sintetizam um projecto de sociedade democrática e humanizada.

Pastrana afirmou várias vezes estar de acordo com o espírito das reivindicações das FARC. Mas a «negociação», frequentemente interrompida por largos períodos, nunca chegou a ser sequer um *Diálogo* franco como pretendem as FARC.

Da parte do Poder, Pastrana tentou ganhar tempo. Continuou a falar de Paz, mas na primeira metade do seu mandato o Plano Colômbia tomou forma e entrou em execução. Simultaneamente, os bandos paramilitares de Carlos Castaño intensificaram a sua actividade criminosa. Ora o Plano Colômbia é o instrumento da intervenção norte-americana, e os paramilitares são o instrumento criado pelas Forças Armadas para funcionar como organização civil criminosa, por elas armada e tutelada. O presidente é uma peça secundária numa engrenagem trituradora.

Os EUA pretendem justificar o Plano Colômbia afirmando que a sua razão de ser é o combate à droga. Estamos perante uma dupla e grosseira mentira. O Plano Colômbia tem por objectivo estratégico a destruição das FARC. Quanto à mafia dos paramilitares (que mantém íntimas relações



com a CIA e a DEA) desempenha hoje um papel fundamental no tráfico da droga. O paramilitarismo - o neologismo tornou-se de uso rotineiro na Colômbia - nasceu como política de Estado no âmbito da Doutrina de Segurança nacional.

A trágica práxis do processo colombiano demonstra que o Estado Colombiano, a oligarquia que o controla e o governo dos EUA não estão empenhados em encontrar soluções eficazes para o combate à droga. O plano das FARC para a erradicação gradual das plantações de coca é simples, funcional e barato. O Governo nunca se propôs sequer a discuti-lo na mesa do Diálogo.

Existe, com vista a uma solução política negociada, uma Agenda Comum para a Mudança rumo a uma Nova Colômbia. É um documento breve e ambicioso. Foi assinado, a 6 de Maio de 1999, pelos representantes do Executivo e das FARC.

O Governo não deu continuidade a essa iniciativa positiva.

Própria troca de prisioneiros tem esbarrado com obstáculos sucessivos levantados pelas Forças Armadas e pelo Poder Judicial. Quando a primeira fase parecia prestes a concretizar-se, sob a supervisão internacional da Comissão Facilitadora, o Estado Maior do Exército atrasou o andamento do processo, invocando ridículos argumentos jurídicos. Simultaneamente, o Procurador da República interveio, sugerindo que fosse imposto um estado de emergência equivalente ao estado de sítio, saída que no seu entender permitiria ao Governo, investido de poderes discricionários, superar os entraves jurídicos que impediriam a troca de prisioneiros. Cabe dizer que a emenda seria pior do que o soneto.

Quando o horizonte surgia um luar de esperança, logo desapareceu.

O medo de Washington

Porquê a Colômbia e não outro país - repetido - se tornou para a Administração Clinton a primeira prioridade na definição dos objectivos estratégicos relativos à América Latina?

Um gigante desconhecido

Com mais de 42 milhões de habitantes, a Colômbia é hoje, depois do México, o país mais populoso entre aqueles que no mundo falam a língua espanhola.

Essa população está muito desigualmente distribuída por uma área de 1 139 000 km² (mais do dobro da França), concentrando-se sobretudo nos férteis vales e mesetas das três cordilheiras andinas que atravessam o país de Norte a Sul. Quase 80 por cento da população é hoje urbana. O subsolo é rico em petróleo, ouro e outros minérios. Apesar de um desenvolvimento industrial superior ao do dos demais países andinos, com excepção do Chile, a principal fonte de divisas é a exportação do café (segundo produtor mundial).

O PIB *per capita* é da ordem dos 7000 dólares e a taxa oficial de analfabetismo ronda os 9 por cento, sendo a esperança de vida de 71 anos. Mais de 40 por cento das exportações dirigem-se

Tive a oportunidade, logo após a posse de George W. Bush, de assistir a uma mesa-redonda promovida sobre o tema pela CNN. Não sem surpresa dos jornalistas que mediavam o programa, o assessor do novo presidente para Assuntos Latino-americanos e um ex-subsecretário de Estado de Clinton coincidiram quase totalmente na análise da problemática colombiana e no debate sobre as «soluções» para a crise.

Ambos defenderam formas de intervenção dos EUA que não impliquem o recurso ao envolvimento em combate de tropas norte-americanas; ambos atacaram com dureza Hugo Chavez, afirmando que os EUA não podem «tolerar» indefinidamente a sua política; ambos reconheceram que a não colaboração do Brasil dificulta muito a execução da componente militar do Plano Colômbia.

Como era de se esperar, as FARC foram caluniadas e todos os participantes, incluindo os jornalistas, repetiram exaustivamente os *slogans* da propaganda oficial norte-americana que apresentam os combatentes revolucionários colombianos como supostos aliados dos narcotraficantes.

Não merecem comentário essas calúnias. O que me parece importante é o facto de no discurso de representantes do *establishment* ser identificável uma constante: o medo da desagregação do Estado colombiano e do caos continental que daí resultaria. Essa é, creio, a razão primeira do Plano Colômbia.

A história ensina-nos que a impossibilidade da destruição pelas armas de um inimigo acaba por funcionar como factor de desagregação do poder atacante por mais poderoso que ele seja. Assim tem acontecido desde o Império Romano, cuja decadência começou com o fim da expansão na Ásia (contido pela Pérsia Sassanida) e no Norte da Europa (no choque com os Germanos).

Acontece que as FARC-EP resistem vitoriosamente há quatro décadas a todas as ofensivas contra elas montadas. A sua luta inspira hoje o respeito e a admiração dos povos de toda a América Latina.

O Plano Colômbia é, afinal, uma tentativa imperial desesperada de alterar o rumo natural da história.

aos EUA que lhe fornece 36,5 por cento das importações. O Exército mantém nas fileiras cerca de 150 000 homens, efectivo apenas superado na América Latina pelo gigante brasileiro.

A Colômbia tem, desde a época colonial, grandes tradições culturais, e o castelhano falado nas regiões andinas é conhecido pela sua pureza, isto é, pela proximidade do idioma clássico introduzido pelos conquistadores. Além das FARC-EP, que, segundo o Governo, mobiliza 16 mil soldados e oficiais permanentes e oito mil milicianos, operam no país outras duas organizações guerrilheiras, o Exército de Libertação Nacional (ELN), que contaria, segundo fontes oficiais, com 8000 homens, e o Exército Popular de Libertação (EPL), ultimamente muito golpeado. Ainda de acordo com informações oficiais, as FARC estão implantadas em mais de 60 frentes de combate.

● Manoel
de Lencastre

Eleições gerais britânicas
realizar-se-ão a 7 de Junho

Eleitorado vai votar

— mas contrariado!

Ao desistir da data que se considerava como inevitável para as eleições gerais (3 de Maio), o primeiro-ministro britânico, Tony Blair, tomou uma decisão sem precedentes que deixou em estado de total desorganização a máquina interna do Partido Trabalhista.

Na verdade, todo o aparelho partidário tinha sido alertado em devido tempo para que se preparasse.

A data seria aquela. Mas a pressão

surgida de todos os cantos da Grã-Bretanha, que não deseja eleições neste momento, forçou Blair a render-se aos desejos do país. Agora, estabeleceu-se que as eleições para a Câmara dos Comuns se realizem em simultâneo com as autárquicas em Inglaterra e no País de Gales, a 7 de Junho. Blair, evidentemente, ainda tem pouco mais de um ano para governar sem necessitar de consultar o país. Mas a maré dos acontecimentos políticos corre-lhe de feição e ninguém admite que possa ser derrotado pelos conservadores cuja popularidade continua em baixa. Por isso, Blair considerou que quanto mais cedo melhor para garantir outros cinco anos no poder. O povo bri-

ção da epidemia da febre aftosa (foot & mouth) que tem causado um enorme choque em toda a Grã-Bretanha. Blair foi obrigado a reconhecer, relutantemente, aquilo que todo o país sentia. Nestas condições, sabendo-se que o acto eleitoral terá lugar a 5 de Junho, a Grã-Bretanha ficou confrontada com um período intermédio de nove semanas durante o qual não será possível governar mas, sim, realizar uma longa campanha eleitoral cujas consequências poderão não ser, precisamente, aquelas que Blair deseja. Assim, as eleições autárquicas já foram adiadas para aquela data, também, tendo a respectiva lei sido publicada a 4 do corrente. Agora, o programa das princi-



A verdadeira estatura de Blair

Todo o país viu na TV a resposta de Blair a Romano Prodi em Estocolmo, recentemente, quando o líder da Comissão Europeia lhe perguntou: «Então quando teremos eleições no seu país?» Com um largo sorriso, o primeiro-ministro britânico respondeu: «Dentro de 10 dias anunciarei que a data será a 4 de Maio.» E porque os políticos serventuários do capitalismo adoram eleições, Prodi sorriu, também. Blair sabia, perfeitamente, o que estava a acontecer no país. Região após região declarava que a epidemia se declarara no sector da agro-pecuária do seu interior. Milhares e milhares de animais destinados ao abate compulsivo. Equipas de veterinários (dúzias delas) correndo de exploração agrícola em exploração agrícola para a limpeza de focos daquela epidemia acompanhados de matadores especiais. Toda a Grã-Bretanha a ver (pela TV) aquelas dolorosas matanças. Depois, a rega de milhares de corpos de ovelhas e carneiros com produtos petrolíferos e o seu despejo para longas, impressionantes vagas comuns. Por fim, os fogos intermináveis que se avistavam de longas distâncias e faziam chorar o país. Pedir eleições em circunstâncias como esta fez compreender a toda a Grã-Bretanha que o primeiro-ministro do «New Labour», Tony Blair, não é um político sério. Para mais, via-se que o Ministério da Agricultura estava a perder o controlo da situação enquanto Blair, sempre aos sorrisos, afirmava o contrário. O país, definitivamente, não queria eleições. Blair exigia-as. Quando, finalmente, o acto eleitoral tiver lugar, a 7 de Junho, verificar-se-á a maior percentagem de abstenções da história do processo eleitoral neste país. Os povos, diga-se a verdade, já estão a ficar cansados do «circo» das eleições nos termos em que os políticos representantes do capitalismo as querem. A democracia não é assim. A democracia do capitalismo está arruinada e só tem respostas repetidas e estafadas. Blair, evidentemente, será eleito. Mas o rancor do país permanecerá.

Blair será derrotado no referendo sobre o Euro

Não somos nós quem o diz. É o Goldman Sachs, o gigantesco banco americano de investimentos que está a enviar cartas a todos os seus clientes globais advertindo-os de que chegou à conclusão de que Blair não conseguirá a adesão britânica ao Euro. Já estão a ver os leitores do «Avante!» o porquê da grande ansiedade do primeiro-ministro britânico quanto a realização de eleições gerais. Na euforia do esperado triunfo, organizaria logo o prometido referendo e o povo britânico estaria ganho para votar a abolição da libra esterlina. Parece, contudo, que as coisas não serão bem assim. Na carta do Goldman Sachs, pode ler-se: «Dadas todas as barreiras que se perfilam no caminho de Blair, garantir convergências económicas, vencer o referendo, negociar uma taxa de conversão aceitável, parece-nos que as hipóteses de Tony Blair serão inferiores a 50%. O povo britânico não votará a extinção da sua libra esterlina quando não lhe é possível ter a mínima ideia daquilo que surgirá depois.»



tânico, entretanto, viu as coisas de maneira diferente. Na Escócia, no Ulster, em Inglaterra, em Gales, toda a gente viu que a convocação de eleições gerais para 3 de Maio não passava de uma manobra de puro oportunismo por parte de Blair e do seu estado-maior. O primeiro-ministro, sentindo que a vitória lhe surgiria, facilmente, só estava interessado em manter-se no poder... mas não queria ver a grave crise nacional resultante da propaga-

ção das actividades políticas ficará reduzido ao seguinte: a 9 de Abril votação nos Comuns do Orçamento de Gordon Brown apresentado em Março; a 10, partida para as férias da Páscoa; a 23, regresso de férias; a 14 de Maio, dissolução da Câmara e início formal da campanha eleitoral; a 22, termo do prazo para apresentação de candidaturas nas respectivas circunscrições eleitorais; a 7 de Junho, eleições gerais (das 7 da manhã às 10 da noite).

Comunicação

• Francisco Silva

Iuri Gagarine

O primeiro cosmonauta
40 anos depois

Hoje, dia 12 de Abril do primeiro ano do novo século e milénio, faz quarenta anos que o soviético Iuri Alekseyevich Gagarine viajou no espaço extraterrestre. Quase duas horas foi quanto durou a viagem do primeiro cosmonauta a bordo da Vostok I. Iuri Gagarine era um jovem - tinha completado há menos de um mês 27 anos - quando se tornou num dos maiores heróis de todos os tempos. Para que conste e continue, e sempre, a constar.

Três anos e meio antes, a 4 de Outubro de 1957, tinha sido a vez do primeiro satélite artificial da Terra a ser colocado em órbita pela União Soviética, o Sputnik I e mais o seu bip-bip. Dois anos mais tarde foi a vez do satélite soviético Lunik 3 e, em 20 de Setembro do mesmo ano, do satélite americano Tiros.

Escreveu Iuri Gagarine, num artigo seu publicado num livro (1), em 1967, dedicado ao cinquentenário da Revolução de Outubro, cerca de um ano antes do acidente com o avião que pilotava e que o vitimaria fatalmente ainda na força da vida - ele que, suprema ironia, tinha sido o primeiro de nós todos a transitar através do espaço interplanetário -, escreveu, dizíamos:

«Poderei eu alguma vez esquecer o Sol, fonte da vida do nosso planeta, exuberante, de um branco azulado, completamente diferente da sua imagem observável desde a Terra? Os que o viram tal como ele é são ainda pouco numerosos. De todas as maneiras, estou certo que muitos o verão, dezenas, centenas de Terrestres, homens de todas as profissões e cidadãos de todos os países. Procurando decifrar os mistérios do Universo, eles sonharão com o bem dos homens.»

E mais adiante:

«Constantin Tsiolkovski, sábio dotado de um poder de previsão extraordinário, disse que os homens acabariam por conquistar todo o espaço à volta do Sol. Apercebo-me que esta obra exigirá o esforço de numerosas gerações, desenvolvendo-se em consonância com o ritmo do progresso científico e técnico.

Se os homens progressistas unirem os seus esforços, estou convencido que a Humanidade construirá os primeiros degraus que conduzirão ao Espaço, talvez a Marte. Esta domesticação do Cosmos, realizada num clima de amizade, trará vantagens infinitas também segundo o plano puramente terrestre, por exemplo, em matéria de controlo do clima.»

Mais do que refrescante ou estimulante, é verdadeiramente exaltante poder comemorar o quadragésimo aniversário da missão espacial de Iuri Gagarine relendo as suas palavras, apropriando-nos do espírito e da vontade com que embarcou na aventura espacial. É um grande exemplo nos dias que correm, dias assolados por um espírito de globalização nas antípodas do «sonhar com o bem dos homens» e



da convicção de que a Humanidade aprenderá a estar no Cosmos como na sua própria casa - a *domus* da domesticação - apoiada num «clima de amizade». Interessante também a indicação do papel que a empresa espacial deveria ter «em matéria de controlo do clima»... Iuri a pensar mais nos avanços do conhecimento científico a favor da melhoria da Vida na Terra do que na «mania» dos satélites espíões...

Uma outra explicitação importante a ser feita é a de que o impulso para esta empresa maior da Humanidade, uma empresa que poderá vir a constituir-se como uma necessidade absoluta para a nossa sobrevivência, partiu de um país, a União Soviética, completamente arredado dos imponentes meios científicos, tecnológicos e financeiros do Capitalismo e, em primeiro lugar, das capacidades imensas dos EUA.

O efeito foi o sobressalto dos EUA perante o enorme desafio que lhe colocou o avanço da União Soviética nesta área, que estaria a alterar a correlação de forças entre os dois campos. Data desta época o início do período de recuperação dos EUA na Ciência e Tecnologia, como importantes fontes deste país referem. E não só nas áreas mais directamente conotadas com a empresa espacial, mas também noutras como as tecnologias da informação. A própria emergência da Internet também acabou por ser um seu resultado lateral, devida a uma reactivação do complexo militar-industrial daquele país, creio, a partir de então, menos exclusivamente focada sobre o nuclear.

Mas o que ficará gravado nas nossas consciências para sempre foi a audácia da demonstração da possibilidade de vivermos no espaço, em condições completamente diferentes das da Terra.

E o protagonista, esse, foi Iuri Gagarine. Para que as memórias, por vezes tão curtas, o registem. E para que a façanha de Iuri nunca se apague dos nossos corações.

(1) GAGARINE, Iuri (1967)

“Gravir les marches” in L’an 2017, pp. 16-18. Moscovo: Novosti.

Pontos Naturais

• Mário Castrim

Retratos

Memória

Um dia, no comboio para o Porto, chegou a inspiração (subitamente como é seu timbre) mas, imprevidente, tive o desconfortável desconforto

não por falta de métrica ou de rima cousas de que prescinde um bom poeta (como eu...) mas por falta de caneta que trouxesse o minério até cá acima.

– Por favor – digo a uma passageira – não tem uma caneta que me empreste? Os versinhos geniais iguais a este foram possíveis só desta maneira.

Deles (nem eu...) se lembra mais ninguém. A passageira é que eu recordo bem.

Bairro

onde o esgoto corre a céu aberto
onde os ratos passeiam entre a gente
onde nem o luar é inocente
onde o mundo se acaba ali tão perto

onde não se estar vivo dá semente
onde para além da dor tudo é incerto
onde há sem um oásis o deserto
onde lá o próprio deus nos fica ausente

onde nem se merece um breve sono
onde o abandono embala o abandono
onde ninguém ouviu ou disse esperança

onde secaram lágrimas e risos
onde sombras à tarde arrastam guizos
onde o pior de tudo é ser criança

Camarada – I

Morreu. Ele também que jovem era!
Tinha no rosto uma serenidade
de quem soube encontrar na brevidade
dos dias a certeza doutra era.

Morreu. Crescera em volta dele a hera
que sobe em espiral da liberdade.
Era Abril. Vinte e quatro. A claridade
traçava o arco da mais pura esfera.

Morreu. Abril. A vinte e quatro. Dói
a lágrima que está saudando o herói
doce punho feroz na onda brava.

Oh Deus, de cujo amor a tantos guia,
bem podias, caramba, esperar um dia
um dia só. Que é que isso te custava?

Camarada – II

Tremem-lhe as mãos. Sai no papel a escrita
quase ilegível. Tortuosas veias
circulam na planície, violáceas
correntes que desceram das antigas

montanhas e guardaram o que nos píncaros
lhes coube das manhãs. A voz fraqueja
e tropeça se aumenta o ritmo das
palavras. Ah, as articulações

tornam-lhe tudo mais difícil. «O
que elas querem pois é que eu fique em casa
a ver TV, sem me mexer dali

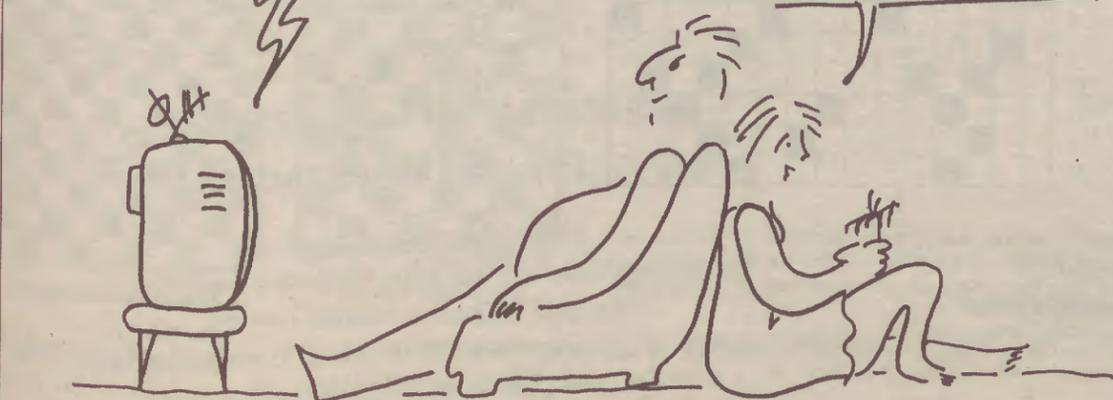
topam?, mas isso cá pra mim não pega
fechado já eu estive muito tempo
agora há que recuperá-lo...» E ri.

Cartoon

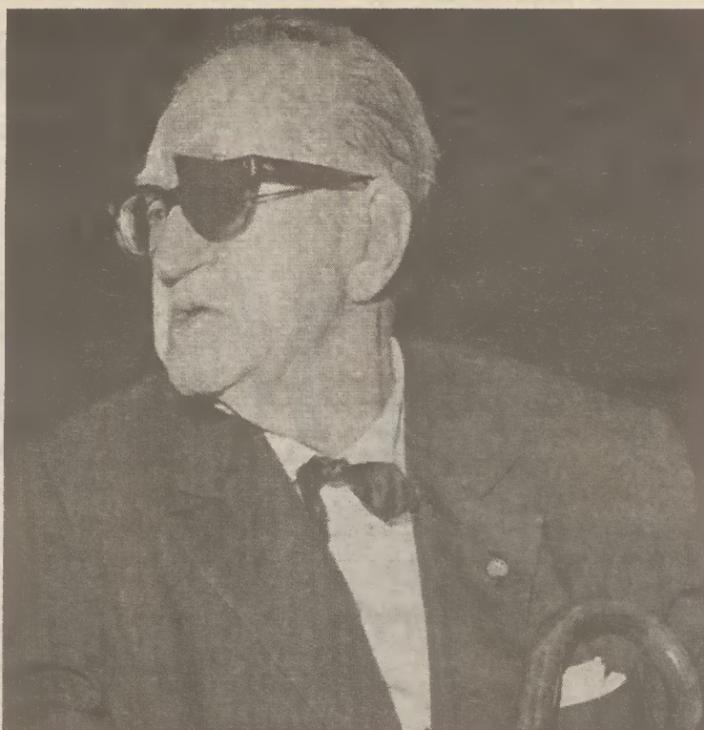
• Monginho

A RÚSSIA
QUER IR A MARTE
ATE' 2020...

PARA QUEM
ANDA NA LUA
HÁ UMA DÚZIA DE ANOS,
POR QUE NÃO?!



Cinema
• Rogério Feitor



Bailes

Todo o texto é baseado nos filmes e personagens de John Ford. Por isso mesmo nada mais é do que um elogio a este velho mestre e às pessoas que ele representou nos seus filmes. Que somos todos nós.

Imagine-se John Wayne. Alto e majestoso, um cowboy sempre solitário que não receava sacar das suas pistolas para resolver assuntos onde palavras já não teriam peso algum. Por vezes, não querendo marcar a ferro e fogo os seus adversários, recorria aos punhos para os acalmar. Firme e justo, poucas vezes perdia ele a calma, e, quando isso acontecia, uma explosão de chamas queimava o ecrã e a todos nós.

Observe-se agora James Stewart. Não tão violento quanto Wayne, pelo menos a um nível físico, a sua figura esguia e luminosa marcava verticalmente as telas do cinema na época. Sempre atento aos tempos e modas, apelava para o retorno à lei da palavra como figura solucionadora das injustiças e crises no tempo dos westerns. E nunca matou Liberty Valance, apesar dessa lenda ainda correr por aí.

Finalmente, o ícone maior: Henry Fonda. Dele o próprio mestre disse que o seu andar era o Cinema. Alto, mas não tão alto quanto Wayne e Stewart, magro e duro, não hesita em juntar às palavras a brusquidão dos seus golpes. Calmo, escuta sempre primeiro antes de executar alguma coisa. E apenas dá a sua opinião quando a todos escutou.

Alguna ligação entre estes três? Uma imensa: a certeza. A certeza de uma vida demasiado efémera para ser desperdiçada, a certeza da vitória da justiça humana, a certeza no carácter humano, uma certeza tão forte que os leva mais longe, sempre buscando dúvidas para atingirem o fim da certeza: a vida em toda a sua plenitude. Todos homens. Todos os homens.

A mulher

Para ela não há actrizes nem tercetos. A mulher é uma só.

Normalmente chega de uma viagem, com o pai ou mesmo sozinha. Elegante e bela, fala com um tom calmo, não segura mas certa de encontrar ouvidos

que devidamente sintam o mesmo que ela. Lentamente, tenta mudar o carácter bruto daqueles que a rodeiam, excepto quando encontra alguém esculpido em ferro ou pedra. Af apaixona-se, passando ela a ter certezas e ele dúvidas.

Por vezes vítima, outras vezes apenas companheira, mas sempre diferente de todas as outras mulheres. Uma das vezes inexistente como amante mas certa como mãe. Aliás, foi mais do que uma vez.

O baile

Com Wayne sempre foram encontros violentos. E por isso mesmo inesquecíveis. Firme, abraça a sua mulher e obriga-a (apesar de nunca a termos ouvido dizer que tinha sido obrigada) a dançar, por vezes até a casar com ele. Ela, excitada com o seu amor tímido e violento, deixa que ele a rodeie com o seu braço. Wayne tem a certeza, ela a beleza. E só uma vez não foi ele bem sucedido.

Stewart tem o dom da palavra e da sinceridade. Ela, encantada com a sua beleza e justiça, deixa-se levar. Com Stewart é um compromisso firme e seguro. Ela nunca o abandonará apesar de não ter ainda as certezas dele. Mas de uma coisa está certa: ele provará a todos que tem razão, mesmo quando à verdade se prefere a lenda.

Com Fonda tudo é inesquecível. Criança-homem, veste o seu fato de domingo, o seu único fato, para a levar ao mais surreal, logo inesquecível baile já visto no Cinema (todo o surrealismo é uma constante luta contra o esquecimento). Numa igreja semiconstruída, Fonda levava a dançar de manhã. Ela finalmente está segura e certa com Fonda. E assim tem um nome: a querida Clementine. E Fonda, quando se despede dela, sabe que ela para sempre o vai esperar. É ela a sua certeza não concretizada, é ela a sua dúvida eterna, a sua vida.

E quando nenhuma amante surge no seu caminho, eis a mãe, entidade terrena que sabe não poder substituir uma amante, mas que tem a certeza firme de ser insubstituível. Por fim, reúnem-se todos no baile: os três com uma única mulher, dançando por turnos e esperando impacientemente a sua vez. Os três? No fim, como num sonho, só me vejo a mim, a dançar, com a minha querida Clementine. E disso tenho a certeza.

Pontos Cardeais

Embaraços

Sophie de Wessex é mulher do príncipe Eduardo e, como tal, nora da Rainha de Inglaterra. Acumula a sua condição de membro da família real britânica com a presidência de uma empresa de relações públicas e foi nesta última condição que se reuniu num hotel de luxo com um pretioso xeque árabe do Dubai, com quem julgava ir realizar um negócio. Tão à vontade se sentiu com o potencial cliente, que desatou a confidenciar-lhe o que pensava sobre várias figuras públicas britânicas, a começar pela família real, continuando pelo governo trabalhista e chegando à oposição conservadora. Só que o «xeque» não passava de um cheque sem cobertura, pois tratava-se de um jornalista do *News of the World* que gravou secretamente toda a conversa e a escarpachou no jornal, o que originou mais um embaraço à coroa.

É o que se chama preso por ter cão e preso por não ter: se os membros da família real não desenvolvem actividades que se vejam, chamam-lhes parasitas, se procuram fazer qualquer coisa, passam-lhes rasteiras e gozam com eles! Como é que se pode trabalhar numa monarquia destas?

Garantias

Segundo os jornais, o Governo de António Guterres «garante a Sampaio co-incineração segura».

Tá bem. Resta uma pergunta: e quem garante ao Governo de António Guterres essa segurança sobre a co-incineração?

Não é que duvidemos que ela exista ou possa existir. O que queremos é saber.

Vídeos

A política à portuguesa está a modernizar-se. Agora até já mete espionagem vídeo e acusações com suporte tecnológico! A coisa passou-se no município de Vila do Conde, presidido pelo próprio presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses, Mário de Almeida, e consta do seguinte.

Uns precavidos militantes do PSD local muniram-se de uma câmara vídeo e, à sorrelfa, «emboscaram» uma equipa de presumíveis militantes

PS que, não menos à sorrelfa, foram colocar a horas mortas em locais estratégicos uns cartazes de propaganda política com os sugestivos dizeres: «Mais uma obra do PSD... que o PS tem de corrigir!»

Supõe-se que os cartazes estavam sobre obra realizada pelo PSD, senão não farão sentido, mas adiante.

Até aqui, nada de mal. O pior é que – como diligentemente os espíões PSD registaram em vídeo – as viaturas utilizadas para tão criativa propaganda política eram da Câmara Municipal de Vila do Conde e os propagandistas... funcionários da mesma!

Mário de Almeida já reconheceu ter identificado um funcionário, já garantiu não ter nada a ver com o assunto e já ordenou um inquérito devidamente «rigoroso e até às últimas consequências», como mandam os bons costumes.

A próxima campanha eleitoral autárquica está a caminho de se tornar... interactiva.

Filmes

Os principais órgãos de comunicação social portugueses andam muito excitados com um filme intitulado *Os Generais* onde, há cerca de 20 anos, sete altas patentes militares de países europeus – incluindo o nosso (então) general Costa Gomes – abertamente criticavam a instalação de mais mísseis norte-americanos na Europa. Não porque o filme tenha ou tivesse tido algo de vergonhoso. Na verdade, vergonhosa era a intenção dos EUA em colocar na sua «coudada» europeia engenhos militares tão perigosos como a bomba de neutrões, e mais vergonhosa ainda seria a cedência dos «governos aliados» perante tal desconchavo. Foi o que disseram os sete generais na altura, para aplauso e alívio da esmagadora maioria dos europeus ocidentais.

Então qual é o problema? O problema é que um «investigador» alemão, daqueles que chafurdam nos arquivos da ex-RDA, «descobriu» de repente que o filme tinha sido financiado... pela polícia secreta da RDA! Reparem: ninguém critica – nem o tal «investigador» – os princípios então defendidos claramente pelos generais. Ah... mas o filme parece que foi pago pelos serviços secretos da RDA!

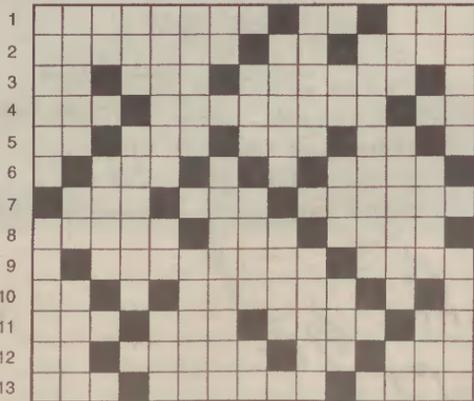
Que grande fita...

Palavras Cruzadas

HORIZONTAIS: 1 – Relativo a camelo; que exprime admiração, dor, alegria, etc. (interj.); prep. designativa de falta, exclusão, ausência, condição, excepção. 2 – Sobrenome de família; contempele; estado patológico caracterizado pela inércia física e intelectual. 3 – Pedra de amolar; desejo; andamento regular próprio das tropas. 4 – Camareiro; vista; bismuto (s.q.). 5 – Contr. da prep. de com o art. def. o; nome vulgar de óxido de cálcio; sorrir; perversa. 6 – Coloração da face; elemento de formação de palavras, de origem grega, que exprime a ideia de peso, gravidade. 7 – E não; debaixo de; pequena vasilha feita de aduelas. 8 – Condimento indiano em pó, para tempero da comida; laçadas; vassourar o forno, depois de aquecido. 9 – Função ou escritório do agente (pl.); gemer (pop.). 10 – Mulo; pregador. 11 – Mulher de estatura muito mais baixa que a normal; sustentei; perfume; aqueles. 12 – Sorri; vivendas; doutor (abrv.); lírio. 13 – Espécie de sapo da região do Amazonas; natural ou habitante da Lorena; cada uma das pequenas folhas que constituem o cálice.

VERTICAIS: 1 – Estrato; conjunto de vereadores. 2 – Encosto; sódio (s.q.); juntar. 3 – A mim; substância produzida pelas abelhas e com que elas fabricam os favos. 4 – Namorada; em minha companhia. 5 – Tornar asseado; nome da letra L; antiga porcelana do Oriente. 6 – Imaginário; o que nos pertence. 7 – Laço apertado feito de corda; criar ao mesmo tempo. 8 – Maior; qualquer corpo flutuante; a si mesmo. 9 – Dilatação permanente e patológica de uma veia; rio que desagua em Setúbal. 10 – Detestar; salário. 11 – Centímetro (abrev.); estabelecimento particular ou dependência de hotel ou restaurante onde se servem bebidas alcoólicas; grande quantidade. 12 – Convocaram. 13 – Ecoa; aparelho de bestas; medida itinerária chinesa. 14 – Prep. que indica lugar, tempo, modo, causa, fim e outras relações; tontura; partícula que, no antigo dialecto do Norte de França, significava sim. 15 – Gradação de cores; habitante da Rússia.

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15



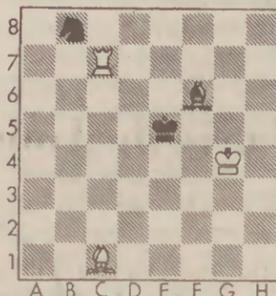
SOLUÇÃO:
HORIZONTAIS: 1 - Camelo; 2 - Camelo; 3 - Camelo; 4 - Camelo; 5 - Camelo; 6 - Camelo; 7 - Camelo; 8 - Camelo; 9 - Camelo; 10 - Camelo; 11 - Camelo; 12 - Camelo; 13 - Camelo; 14 - Camelo; 15 - Camelo.
VERTICAIS: 1 - Camelo; 2 - Camelo; 3 - Camelo; 4 - Camelo; 5 - Camelo; 6 - Camelo; 7 - Camelo; 8 - Camelo; 9 - Camelo; 10 - Camelo; 11 - Camelo; 12 - Camelo; 13 - Camelo; 14 - Camelo; 15 - Camelo.

Xadrez

DCCXCV - 12 DE ABRIL DE 2001
PROPOSIÇÃO N.º 2001X13

Por: **F. Richter**
«*Narodni Listy*», 1931

Pr.: [3]: Cb8 - Bf6 - Rg5
Br.: [3]: Bc1 - Tc7 - Rg4



Brancas jogam e ganham

SOLUÇÃO [N.º 2001X13 / F.R.]

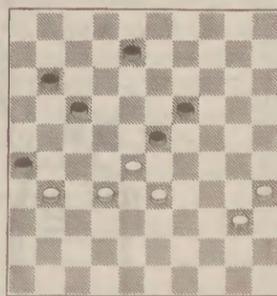
1. Tb7, Cc7; 2. Bb2+, Cd4; 3. Bpd4+, Rxd4; 4. Rf5, Bh3; 5. Th7, Be5; 6. Td7+ e.g.

Damas

DCCXCV - 12 DE ABRIL DE 2001
PROPOSIÇÃO N.º 2001D13

Por: **L. de Rooij**
NL., 1963

Pr.: [6]: 8-11-17-19-23-26
Br.: [6]: 28-31-32-33-35-40



Brancas jogam e ganham

SOLUÇÃO [N.º 2001D13 / L. de R.]

1. 28-22, (26x39); 2. 22-18, (23x12); 3. 40-34, (39x30); 4. 35x2=D+ e.g.

Plenários e outras reuniões da Organização do PCP

GAIA

Plenário de militantes da Freguesia de Santa Marinha sobre a Assembleia da Organização concelhia e outras questões da Organização e sobre as eleições autárquicas: dia 21, às 15h, no Centro de Trabalho de Gaia.

LISBOA

Zona Centro – Reunião do OD sobre as eleições autárquicas: terça-feira, 17, 20h30, no CT Vitória.
Plenários de militantes de freguesias da Zona Centro de Lisboa, no Centro de Trabalho Vitória, todos sobre as eleições autárquicas:
Freguesia de Mercês – quarta-feira, 18, às 18h30.
Freguesia da Encarnação – quarta-feira, 18, às 20h30.
Freguesia de Sta. Catarina – quinta-feira, 19, às 18h30.
Coração de Jesus – quinta-feira, 19, às 20h30.

SEIXAL

Reunião da Comissão Local de Miratejo: dia 21 às 15h na delegação da Junta de Freguesia (antiga).
Reunião da Comissão Local de Vale Milhaços/Pinhal Vidal: dia 21, às 15h, em casa do cam. Rodrigues.

Debate em Loures «Alqueva – que desenvolvimento para o Alentejo?»

Terça-feira, 17, às 21h, na sede do Sport Grupo Sacavenense,
com a participação de **Lino de Carvalho**

Lisboa

Jovens ontem
- jovens sempre!

Confraternização de antigos e actuais membros das organizações da juventude do Partido

com jantar-convívio
na Voz do Operário
Dia 20, às 20h

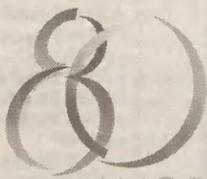
(Tels.: F. Bárbara – 218862155 / 919972201
Brás Neves – 914760936)

Férias em Palma de Maiorca

com viagem à volta da Ilha
8 dias – 17 a 24 de Julho. Pensão completa.

Promovido pela
Comissão Concelhia de Almada do PCP
onde estão abertas inscrições
(Cam. Artur Cabrita, tel. 212752777)

PCP 1921 + 2001



80 ANOS
a fazer história
a construir futuro



**Cartão novo
- quota nova!**
... e viva
o 25 de Abril!

Lanche-convívio em Lisboa

promovido pelo OD
da Zona Centro da Cidade
com a participação de
Duran Clemente
Sábado, 21, às 15h30, no Centro
de Trabalho Vitória

Almoço-convívio na Moita

(no Quintal do Carromeu,
em Gaio/Rosário)
Sábado, 14, às 13h

Lanche-convívio na Bairrada

promovido pelas organizações de
Anadia, Mealhada e Oliveira do Bairro
com intervenção de um dirigente
do PCP

Domingo, 22, às 15h30, no Parque
de Merendas de Mogofores (Anadia)

Excursão a Baleizão

no dia 20 de Maio
promovida pela Comissão
de Freguesia de Amora do PCP
(Custo: 2.200\$00.
Inscrições no CT de Amora)



PCP-PEV

CDU apresenta candidatos

AMADORA

Apresentação da candidatura de **António Filipe**
à presidência da Câmara Municipal
Quarta-feira, dia 18, às 19h, na Soc. Recreios da Amadora,
com a participação do Secretário-geral do PCP
Carlos Carvalhas

TORRES VEDRAS

Jantar de apresentação das candidaturas CDU à Câmara
e Assembleia Municipais
Terça-feira, 24, às 20h, no restaurante «Quinta de Santa Cruz»,
(Casalinhos de Alfaiata), com a participação de **José Casanova**

MOITA

Debate público sobre questões autárquicas
Hoje, dia 12, às 21h30, no Centro de Reformados da Moita
com a participação de **João Almeida, Jorge Silva e Valdemar Santos**

LOURES

Debate com os trabalhadores do município
Quinta-feira, 19, às 17h30, no Refeitório Municipal,
com a participação de **Adão Barata**, presidente da CM de Loures

MARINHA GRANDE

Jantar CDU na Ordem
Sábado, 21, às 20h
(Inscrições no CT do PCP – Tel. 244568675/6)

Juventude CDU de CORROIOS Torneio de Futebol de 5

Dia 21, a partir das 21h, no CT do PCP
(Inscrições até 16/4, tel. 212537606)



«Conversas com memória» em GUIMARÃES

com **Agostinho Lopes e Óscar Jordão Pires**
sobre o 25 de Abril:
sábado, dia 14, às 21h, na sede do PCP

«Resistência e luta armada na América Latina»:

debate com **Manuela Bernardino**,
promovido pela Secção. Intern. da JCP,
quarta-feira, 18, às 21h30, no CT Vitória, em LISBOA

Associação de Amizade e Cooperação Iuri Gagarine

(Antiga Assoc. Portugal-URSS)

Sessão comemorativa do 40.º aniversário
do voo histórico de Iuri Gagarine

Intervenção do Eng. Francisco Silva e exibição do documentário

«Conquistadores do Espaço»

Quinta-feira, 19, às 18h30, na sede da Associação
(Rua de S. Caetano, à Lapa, 30)

Associação de Amizade Portugal-Cuba Brigada José Martí

De 8 a 29 de Julho de 2001

Trabalhos agrícolas – Conferências sobre a revolução cubana
– Visitas a Santa Clara – Encontros com dirigentes – Visitas a escolas e CDR's
– Actividades desportivas – Música – Aulas de espanhol e dança cubana

(Informações na sede da Associação,
R. Rodrigo da Fonseca, 107, r/c E 1070-239 Lisboa
Tel./Fax 21 3857305)

ATVer

Sabrina,
uma gata
borralheira
dos tempos
modernos



Sabrina

(Quinta-feira, 12 de Abril, TVI)

Este **Sabrina**, feito em 1995 por **Sydney Pollack**, é um *remake* da comédia romântica com o mesmo título realizada em 1954 por **Billy Wilder**, com grande sucesso, aliás. A história continua deliciosa e superficial – uma jovem «maria-rapaz», pobre como convém a uma gata borralheira dos tempos modernos, parte para Paris e de lá regressa ao convívio da vizinhança que a viu crescer transformada numa sofisticada e bela mulher, para surpresa e embeicamento dos poderosos locais, que anteriormente a haviam ignorado. Tão a ver a coisa, né? Menina pobre a seduzir o menino rico a caminho de um final feliz. Desta vez o menino rico é um insólito **Harrison Ford**, um óbvio chamariz para aguentar este *remake* tão anódino como o original. Para quem gosta de contos de fadas à americana.

Os Dez Mandamentos

(Sexta-feira, 13 de Abril, RTP-1)

Uma Páscoa televisiva sem **Os Dez Mandamentos** (ou equivalente «bíblico») não é Páscoa nem é nada. Que há ainda a dizer sobre este elefante cinematográfico? Que, quase 50 anos depois, passou de elefante a mamute – talvez o maior elogio que se lhe pode fazer – porque se confirmou o ilustre antepassado do cinema de grande espectáculo e orçamento a condizer feito de então para cá em Hollywood e arredores. **Cecil B. DeMille** foi um cineasta



Os Dez Mandamentos, um grande espectáculo ainda e sempre



Miss Daisy, dois actores portentosos numa história de delicada humanidade

mediano a roçar a mediocridade, afirmando-se pelo apurado sentido de espectáculo que, neste filme, estabeleceu as matrizes do género que se tornaria famoso sob o epíteto de «bíblico», mesmo quando a sua matéria ficcional se não confinava às histórias da Bíblia: multidões a abarrotar no ecrã, *décor*s sumptuosos, acção em grande escala, «estrelas» de época em barda, efeitos especiais de pôr os olhos em bico (e os deste filme ainda hoje causam espanto), conflitos a preto e branco filmados em cor cintilante e, é claro, um alegre desprezo pelo rigor histórico ou a seriedade dos factos. Como aqui a fonte de inspiração é a Bíblia e as míticas aventuras

de Moisés, o profeta fundador da identidade judaica, a coisa até resulta sem danos de maior, constituindo-se num espectáculo ainda e sempre deslumbrante.

Do Fundo do Coração

(Sábado, 14 de Abril, RTP-1)

Realizado por **Francis Ford Coppola** logo a seguir ao fabuloso *Apocalypse Now*, este também extraordinário **Do Fundo do Coração** levou o seu autor/produtor à ruína, quer pelo *flop* comercial que sofreu nos EUA, quer pela megalómana reconstituição em estúdio do espectáculo musical em Las Vegas, pondo em andamento uma fantasia romântica em tom de opereta moderna contando as desavenças e a reconciliação de um casal na capital do jogo e da alienação. A banda sonora é de **Tom Waits** e a originalidade do filme só o tempo lhe confirmou, nomeadamente na influência directa que teve na indústria dos «telediscos», que desabrochou nos anos 90.

Miss Daisy

(Domingo, 15 de Abril, RTP-1)

Em primeiro lugar, há em **Miss Daisy** as fabulosas interpretações de **Jessica Tandy** (que ganhou o Óscar da melhor actriz), uma velha e grande senhora do teatro e do cinema que, aqui, veste a pele de uma abastada e rezingona viúva judia de 72 anos que desenvolve uma relação de amizade singular com um motorista negro de 60 anos, interpretado pelo grande **Morgan Freeman**. A história é uma delicada viagem pelo mundo dos afectos urdidos pela generosidade humana.

Evita

(Domingo, 15 de Abril, TVI)

A música de **Loyd Webber**, a voz e o *glamour* de **Madonna** e uma produção milionária fizeram deste **Evita**, de **Alan Parker**, um sucesso estrondoso na segunda metade da década de 90. Silenciado o barulho das luzes, que é como quem diz da novidade promovida ao milímetro e ao decibel, o branqueamento que o filme faz duma figura e de um tempo no mínimo controversos na história da Argentina deixou-lhe a demagogia razoavelmente à mostra.

Anaconda

(Domingo, 15 de Abril, SIC)

Anaconda de **Luis Llosa**, revisita pela enésima vez o tema do monstro à caça dos humanos. Desta

vez o monstro é uma anaconda (mais gigante do que nunca, pois claro) que anda à solta pela Amazônia, o que é perfeitamente natural. Menos natural é que um grupo de documentaristas (os novos Indiana Jones) metam o nariz em mistérios e territórios que não conhecem, pelo que acabam literalmente «enrolados» com o bicho, morto no final como convém mas só depois de ter aviado meia expedição com grande constrição e ainda maiores efeitos especiais. Uma referência a **Jennifer Lopez**, que aqui se lançou na ribalta, e a **Jon Voight** que, para enfrentar a anaconda, só precisou de um décimo do talento que tem.

Quinta, 12

▼ RTP 1

07.00 Infantil/Juvenil
10.00 Praça da Alegria
12.25 Regiões
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Emoções Fortes
15.30 Marcas da Paixão (último)
16.30 Ramona
17.35 Quem Quer Ser Milionário?
18.00 Quebra Cabeças
18.30 Ajuste de Contas
19.40 Regiões
20.00 Telejornal
21.00 Quem Quer Ser Milionário?
21.35 O Café da Esquina (último)
22.05 Grande Informação
23.00 Bull
24.00 24 Horas
24.30 «O Grande Espião» (de Terense Young, Reino Unido/1983, com Michael Caine, Laurence Olivier, Susan George. *Espionagem*)

▼ RTP 2

07.00 Hora Viva
09.45 Espaço Infantil-Juvenil
12.10 Euronews
12.20 Boletim Agrário
13.00 Zapping
14.00 Portugal sem Fim
15.00 Por Outro Lado
16.00 Euronews
16.30 Informação Gestual
17.40 Espaço Infantil
18.30 Informação Religiosa
19.00 Andamentos IV
19.30 Contemplando a Salvação



«Dawson's Creek» Série que aborda temas sobre a adolescência

20.10 Viver no Campo
20.40 2010
21.50 RTP Economia
22.00 Acontece
22.30 Jornal 2
23.00 Artigo 37
00.30 «Segredos e Mentiras» (de Mike Leigh, Grã-Bretanha/1996, com Brenda Blethyn, Timothy Spall, Marianne Jean-Baptiste. *Drama*)

▼ SIC

08.00 Buérré
11.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.10 A Próxima Vítima
15.30 A Viagem
16.40 Malhação
17.40 Um Anjo Caiu do Céu
19.00 O Cravo e a Rosa
20.00 Jornal da Noite
21.00 A Minha Família é uma Animação
22.00 Ganância/Porto dos Milagres
23.30 Noites Marcianas
02.00 Estoril Open
02.10 Noites Longas
04.00 Portugal Radical

▼ TVI

08.30 Animação
10.00 Missa Crismal
12.10 Big Brother II
13.00 TVI Jornal
14.00 Big Brother II Extra
14.30 Chiquititas
15.30 Batatoon
18.30 As Pupilas do Senhor Doutor
19.00 Olhó Video
19.30 Big Brother II
20.00 Jornal Nacional
21.00 Olhos de Água
22.00 Big Brother II
23.05 «Sabrina» (de Sydney Pollack, EUA/1995, com Harrison Ford, Julia Ormond, Greg Kinnear. *Ver Destaque*)
01.00 «Ester - Rainha da Pérsia» Filme sobre personagem bíblica
03.20 Que Loucura de Família
03.50 O Vingador

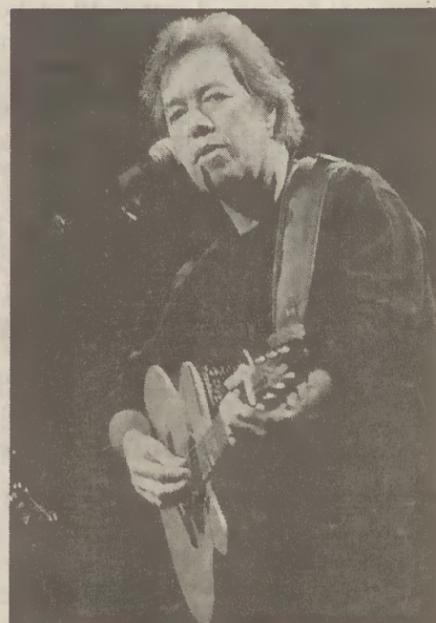
Sexta, 13

▼ RTP 1

07.00 Infantil/Juvenil
10.00 Praça da Alegria
12.25 Regiões
13.00 Jornal da Tarde
14.00 «Os Dez Mandamentos» (de Cecil B. DeMille, EUA/1956, com Charlton Heston, Anne Baxter, Yvonne De Carlo. *Ver Destaque*)
18.10 Quebra Cabeças
18.40 Ajuste de Contas
19.40 Regiões
20.00 Telejornal
21.05 Quem Quer Ser Milionário?
21.35 Alves dos Reis
22.40 Cromos de Portugal II
23.20 Histórias da Noite
24.00 24 Horas
24.30 «A Salvação de Grace» (de Costa Botes, Nova Zelândia/1997, com Kirsty Hamilton, Jim Moriarty, Tina Cleary. *Drama*)

▼ RTP 2

07.00 Hora Viva
09.45 Espaço Infantil-Juvenil
12.10 Euronews
12.30 A Caça e a Conservação da Fauna
13.00 Livres e Iguais
14.25 Conversa Privada
15.25 Desporto 2: Basquetebol
17.15 Informação Gestual
18.00 Hugo
18.30 Informação Religiosa
19.00 100.000 Porquês
19.30 Return To Glory
20.30 Viver no Campo
20.55 O Tal Canal



Sérgio Godinho no CCB Concerto de apresentação do novo álbum do cantor: «Lupa»

22.00 Acontece
22.30 Jornal 2
23.00 Dharma e Greg
23.50 A Outra Face da Lua
01.30 «Requiem de Verdi» Longa Metragem

▼ SIC

08.00 Buérré
13.00 Primeiro Jornal
14.00 «Presas Brancas 2» Longa Metragem
16.30 Malhação
17.40 Um Anjo Caiu do Céu
19.00 O Cravo e a Rosa
20.00 Jornal da Noite
21.00 Malucos do Riso
22.00 Ganância/Porto dos Milagres
23.30 Noites Marcianas
02.00 Estoril Open
02.10 Sérgio Godinho no CCB
04.00 Portugal Radical
04.30 Vibrações

▼ TVI

08.30 Animação
11.30 Big Brother II
13.00 TVI Jornal
14.00 «O Filho do Sonho» Longa Metragem
16.00 A Grande História
20.00 Jornal Nacional
21.00 Olhos de Água
22.00 Big Brother II
23.05 «Sensibilidade e Bom Senso» (de Kevin Conner, EUA, com Emma Thompson, Alan Rickman, Kate Winslet, Hugh Grant. *Aventura*)
02.00 Que Loucura de Família
02.30 O Vingador

Sábado, 14

▼ RTP 1

07.00 Infantil/Juvenil
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Top +
15.15 Felicity
16.15 A Filha do Marajá
18.50 Futebol: Salgueiros/F.C.Porto
21.00 Telejornal
21.50 Moda Lisboa
22.05 Sábado à Noite
23.40 Futebol (resumo)
24.00 24 Horas
01.00 Máquinas
01.35 «Do Fundo do Coração» (de Francis Ford Coppola, EUA/1982, com Frederic Forrest, Teri Garr, Raul Julia. *Ver Destaque*)

▼ RTP 2

07.00 Euronews
09.00 Universidade Aberta
12.00 Iniciativa
14.00 Parlamento
15.00 Desporto 2
18.45 Son of God (estrela)
20.45 Horizontes da Memória
21.20 Bombordo
22.00 Jornal África
22.30 Jornal 2
23.00 Vigília Pascal
24.30 Britcom («A Ilustre Casa de Blackadder III» «A Família Royle» «Meu Herói»)
02.00 «Europa» (de Lars Von Trier, Dinamarca/Suécia/Além/França/1991, com Jean-Marc Barr, Barbara Sukowa, Ernst-Hugo Jaregard. *Drama*)
03.50 Prazeres

▼ SIC

07.00 Zip Zap
11.15 Dá-lhe Gás
12.00 O Nosso Mundo
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Malucos do Riso
14.30 Estoril Open - Meia Final
16.30 «Natal Fora de Casa» (de Arlene Sanford, EUA/1998, com Jonathan Taylor Thomas, Jessica Biel, Adam LaVorgna. *Comédia Romântica*)
18.30 Mundo Vip
18.50 Cravo e a Rosa
20.00 Jornal da Noite
21.00 Malucos do Riso
23.00 Hernan Sic
01.00 Tributo aos Beatles no Albert Hall
03.40 Portugal Radical

▼ TVI

08.00 Animação
11.15 Top Rock
12.00 Big Brother II
13.00 TVI Jornal
13.45 Contra-Ataque
14.45 4ª a Fundo
15.00 «Na Casota do Cão» (de George Miller, EUA/1998, com Matt Frewer, Trevor Morgan, Rhea Perlman. *Comédia*)
17.00 «Esquadrão de Elite» (de Julian Grant, EUA/1998, com Steve Guttenberg, Kim Coates, Torri Higginson. *Ação*)
19.00 Big Brother II
20.00 Jornal Nacional
21.00 Super Pai
22.00 Olhos de Água
23.00 Bora Lá Marina
23.50 Lpx
24.30 «Águas de Fogo» Longa Metragem
02.30 «Benefício da Dúvida» (de Jonathan Heap, EUA, com Donald Sutherland, Amy Irving, Rider Strong. *Suspense*)
04.30 Mistério em Família

Domingo, 15

▼RTP 1

07.00 Infantil/Juvenil
12.00 Jornal da tarde
12.50 Automobilismo:
Grande Prémio San Marino
14.55 Made In Portugal
16.15 «Miss Daisy» (de Bruce Beresford, EUA/1989, com Jessica Tandy, Morgan Freeman, Dan Aykroyd. Ver Destaque)
18.10 Agora é Que São Eles
20.00 Telejornal
21.10 Turnos de Risco
22.05 Sessão Especial
24.40 Automobilismo
01.15 24 Horas
01.35 Magazine Liga dos Campeões
02.05 «Reis por um dia»
Longa Metragem

▼RTP 2

07.00 Euronews
09.00 Programa Religioso
10.00 Missa
10.25 Horizontes da Memória
10.55 As Novas Reservas Naturais
11.30 Benção Urbi Et Orbi
12.15 Missa
12.50 Palácio de Cristal
14.00 Desporto 2
18.30 Blast
19.30 Uma Mulher de Branco
20.30 Onda Curta («O Passeio» de Cristina Hauser, Portugal/2000
«Retrato em Fuga» de Nuno Carinhas, Portugal/2000, «Uma Voz na Noite» de Solveig Nordlund, Portugal/1989. Curtas Metragens)
21.00 Futurama
21.30 Artes e Letras - Bento de Jesus Caraça
22.30 Jornal 2
23.00 Son of God
24.00 Travessa do Cotovelo
01.00 «Crimes na Aldeia»
Longa Metragem

Segunda, 16

▼RTP 1

07.00 Infantil/Juvenil
10.00 Praça da Alegria
12.30 Regiões
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Emoções Fortes
15.30 Vidas Cruzadas
16.30 Ramona
17.30 Quem Quer Ser Milionário?
18.10 Quebra Cabeças
18.45 Ajuste de Contas
19.40 Regiões
20.00 Telejornal
21.00 Moda Lisboa
21.25 Quem Quer Ser Milionário?
22.00 A Febre do Ouro Negro (último)
23.10 Jogo Falado
24.50 24 Horas
01.20 «O Navegador» (de Vincent Ward, Nova Zelândia/1988, com Bruce Lyons, Hamish McFarlane, Noel Appleby. Fantástico)

▼RTP 2

07.00 Hora Viva
09.45 Espaço Infantil-Juvenil
12.00 Euronews
12.30 100.000 Porquês
13.00 2010 (R)
14.00 Universidade Aberta
15.30 Parlamento
16.30 Informação Gestual
17.45 Espaço Infantil
18.30 Informação Religiosa
19.00 Rotações
19.30 Burning Sands
20.25 Viver no Campo
20.50 Por Outro Lado
22.00 Acontece
22.30 Jornal 2
23.00 Snoops (estreia)
24.00 Artes de Palco: Madame Butterfly
02.25 Andamentos

▼SIC

08.00 Buéréré
10.00 SIC 10 Horas

Terça, 17

▼RTP 1

07.00 Infantil/Juvenil
10.00 Praça da Alegria
12.30 Regiões
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Emoções Fortes
15.30 Vidas Cruzadas
16.30 Ramona
17.35 Quem Quer Ser Milionário?
18.10 Quebra Cabeças
18.40 Ajuste de Contas
19.40 Regiões
20.00 Telejornal
21.00 Moda Lisboa
21.15 Quem Quer Ser Milionário?
21.50 Top Video
22.15 «O Barco do Inferno» (de Stephen Sommers, EUA/1998, com Treat Williams, Famke Janssen, Anthony Heald. Terror)
24.05 Liga dos Campeões
24.05 24 Horas
01.15 «A Manhã Seguinte»
Longa Metragem

▼RTP 2

07.00 Hora Viva
09.45 Espaço Infantil-Juvenil
12.10 Euronews
12.20 Boletim Agrário
12.30 Rotações
13.00 O Lugar da História
15.00 Artigo 37
16.30 Informação Gestual
17.40 Espaço Infantil
18.30 Informação Religiosa
19.00 Bombordo
19.30 Burning Sands
20.10 Viver no Campo
20.40 O Triunfo dos Porcos
22.00 Acontece
22.30 Jornal 2
23.00 Conversa Privada
24.00 «Os Idiotas» (de Lars Von Trier, Dinamarca/1998, com Bodil Jørgensen, Jens Albinus, Anna Louise Hassing. Comédia)
02.00 Rotações

Quarta, 18

▼RTP 1

07.00 Infantil/Juvenil
10.00 Praça da Alegria
12.25 Regiões
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Emoções Fortes
15.30 Vidas Cruzadas
15.55 Futebol:
Marítimo/F.C.Porto
17.55 Quebra Cabeças
18.25 Ajuste de Contas
19.25 Futebol Liga de Campeões: Real Madrid/Galatasaray
21.35 Telejornal
22.30 Moda Lisboa
22.50 Maiores de 20
23.20 Quem Quer Ser Milionário?
23.55 Bull
24.55 Liga dos Campeões
01.40 24 Horas
02.10 «King Kong» (de Merian C. Cooper e Ernest Schoedsack, EUA/1933, com Fay Wray, Robert Armstrong, Brude Cabot. Fantástico)

▼RTP 2

07.00 Hora Viva
09.45 Espaço Infantil-Juvenil
12.10 Euronews
12.30 Andamentos
13.00 O triunfo dos Porcos
15.00 Travessa do Cotovelo
16.00 Euronews
16.30 Informação Gestual
17.45 Espaço Infantil
18.30 Informação Religiosa
19.00 Onda Curta
19.30 Burning Sands
20.10 Viver no Campo
20.40 Livres e Iguais
22.00 Acontece
22.30 Jornal 2
23.00 Fenómeno
24.00 Sinais do Tempo
01.00 Departamento de Homicídios

▼SIC

08.00 Buéréré

TVisto

Correia da Fonseca

Afinal, ele existe

Na «Travessa do Cotovelo», um dos já raros programas com a vocação de serem inteligentes e úteis embora nem sempre estejam à altura das expectativas suscitadas, Clara Pinto Correia vai ser substituída a partir do próximo mês de Maio. Embora Clara possa ter desapontado muita gente, e isso aconteceu designadamente comigo, tenho o fortíssimo pressentimento de que a sua sucessora vai fazer com que depressa tenhamos saudades dela, e se me engano peço antecipadamente perdão. Entretanto, na emissão do passado domingo, o tema escolhido foi «operariado», o que no mínimo me pareceu bonito e até promissor. «Operariado» tornou-se uma palavra quase maldita nestes tempos de capitalismo neoliberal impante de uma vitória que julga definitiva ou pelo menos se esforça por acreditar que o é. Na melhor das hipóteses, sugere-se que falar em operariado é qualquer coisa como falar de dinossauros, que já não metem medo a ninguém embora respiremos de alívio por estarem extintos, só aparecendo no cinema em truques de computador para filmes de faz-de-conta. Quanto ao operariado, nem na ficção cinematográfica, não vá o diabo tecê-las. O diabo ou Marx, que para muitas almas excelentes, e muitas mais que nem tanto, é o mesmo. A conversa no quase emblemático bar da «Travessa» foi, pois, acerca do operariado. E, como era inevitável, logo entre os participantes houve quem sustentasse que o operariado já não existe, realidade de um passado já ultrapassado, ufff. Julgo perceber que a generalidade dos que assumem esta convicção são gente que identifica um operário pelo uso de um fato de ganga, o que talvez não corresponda a uma caracterização muito profunda. Por outro lado, também ali houve quem, brutalmente hábil e perspicaz, optasse por uma outra estratégia de negação e, num alarde de erudição, argumentasse com a raiz linguística: se operário é aquele que opera, que faz, todos somos operários porque todos operamos, isto é, todos fazemos alguma coisa. Como se vê, é um argumento espertíssimo mas, por azar, até peca por excesso: por mim, conheço muita gente que não faz nada, e por sinal até são dos que vivem melhor, dos que permitem que o dr. Vitor Constandino diga que «nós», o País, anda a gastar de mais.

O último desmentido

A questão, porém, é de facto diferente: o operariado existe, embora nem sequer (ainda que também) sob a

forma digamos que clássica, porque, como Marx ensinou e alguns outros antes dele já o tinham dito, a realidade é dinâmica, dialéctica, está em permanente mutação. Pode-se, é claro, omitir isto: por ignorância, por má-fé, por ingenuidade, talvez por um punhado mais de possíveis motivos ou por quase todos eles conjuntamente, mas nem por isso o operariado deixa de existir. E, depois, a negação do operariado como realidade viva depara com uma contrariedade arrelhiadora: desde que o tema esteja a ser discutido num grupo de gente que inclua vozes informadas e honestas, logo surge quem reponha verdades e «ressuscite» o operariado que se queria irremediavelmente desaparecido. Foi o que aconteceu nesta «Travessa do Cotovelo» com a intervenção de Urbano Tavares Rodrigues, um dos raros comunistas que por ali passaram ao longo de muitos meses. Mas não apenas com ele: outros corroboraram Urbano no seu desmentido ao óbito social dos operários, outros confirmaram que o operariado existe, não apenas na sua forma tradicional (isto é, de fato de ganga, digamos) mas sob aspectos porventura diferentes na superfície mas idênticos no que é caracterizador do operariado como grupo social determinante.

Um pouco à margem do tema do programa, Urbano Tavares Rodrigues lembrou qualquer coisa de muito «esquecido», decerto não por inocência, e contudo fundamental para o entendimento do momento que todos vivemos: a lógica interna do neoliberalismo globalizante e hiperagressivo é incompatível não apenas com valores éticos fundamentais, o que já seria impressionante, mas também com a mera manutenção de sobrevivência do planeta habitado tal como o conhecemos. Como Urbano acentuou, o capitalismo dominante não quer saber disso: só lhe interessa a maximalização dos lucros a curto prazo; pelos vistos, os seus próprios filhos e netos que se arranjam. Só que a ciência já está a responder a essa atitude: nem esses poderão arranjar-se; o futuro passa inevitavelmente pela quebra dessa lógica interna da gestão da vida, pela adopção de prioridades que não satisfaçam a gula de hoje e remetam para amanhã o dilúvio, qualquer que seja a sua forma. Na verdade, a quase advertência de Urbano foi o mais importante de quanto se ouviu no decurso do programa. É claro: na «2» e àquela hora, poucos a terão ouvido. Mas isso faz parte da barragem pela marginalização com que o poder dominante, e não falo apenas do político, se defende das vozes lúcidas que persistem em erguer-se.



O Programa da Maria estreia a solo, num programa de humor, de Maria Rueff



«A Febre do Ouro Negro» Último episódio desta série portuguesa

▼SIC

07.00 Zip Zap
12.00 BBC Vida Selvagem
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Malucos do Riso
15.00 Estoril Open - Final
17.40 «Na China Comem Cães» (de Lasse Spang Olsen, EUA/1999, com Kim Bodnia, Dejan Cukic. Comédia)
20.00 Jornal da Noite
21.00 Popstars
22.40 «Anaconda» (de Luis Llosa, EUA/1997, com Jennifer Lopez, Ice Cube, Jon Voight. Ver Destaque)
24.40 Esta Semana
02.10 Estoril Open
02.20 «Não Há Peseço que Aguento» (de John Landis, EUA/1992, com Anne Parillaud, Robert Loggia, Anthony LaPaglia. Comédia)
03.30 Portugal Radical

▼TVI

08.30 Animação
10.50 Benção Urbi Et Orbi
11.15 Missa
12.30 8.º Dia
13.00 TVI Jornal
13.30 Dawson's Creek
14.30 «O Noviço Rebelde» (de Renato Aragão, Brasil/1997, com os trapalhões. Comédia)
16.30 «Dura Chantagem» (de Jerry London, EUA/1999, com Stephen Collins, Karen Sillas. Suspense)
18.30 Longa Metragem
20.00 Jornal Nacional
21.00 Super Pai
22.00 Big Brother
23.20 «Sommersby, o Regresso de um Estranho» (de Jon Amiel, EUA/1993, com Richard Gere, Jodie Foster. Drama)
01.20 «Evita» (de Alan Parker, EUA/1996, com Madonna, Antonio Banderas, Jonathan Pryce. Ver Destaque)
03.30 Mistério em Família

13.00 Primeiro Jornal
14.10 A Próxima Vítima
15.30 A Viagem
16.40 Malhação
17.40 Um Anjo Caiu do Céu
19.00 O Cravo e a Rosa
20.00 Jornal da Noite
21.00 Malucos do Riso
22.00 Ganância/Porto dos Milagres
23.30 Noites Marcianas
02.00 «Sem Barreiras» (de Don McBreaarty, EUA/1996, com Dan Aykroyd, Sara Botsford, Michael Ironside. Drama)
05.20 Portugal Radical

▼TVI

08.00 Animação
10.30 Tiro e Queda
11.35 As Pupilas do Senhor Doutor
12.10 Big Brother II
13.00 TVI Jornal
14.00 Big Brother II
14.50 Chiquititas
15.20 Batatoon
18.00 Todo o Tempo do Mundo
19.00 Olhó Video
19.30 Big Brother II Extra
20.00 Jornal Nacional
21.00 Super Pai
22.00 Olhos de Água
23.00 Big Brother
24.00 Pretender
01.05 Até que a Lei os Separe
02.10 Última Edição
03.00 Mercy Point
04.00 Que Loucura de Família
04.30 O Vingador

▼SIC

08.00 Buéréré
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.10 A Próxima Vítima
15.30 A Viagem
16.40 Malhação
17.40 Um Anjo Caiu do Céu
19.00 O Cravo e a Rosa
20.00 Jornal da Noite
21.00 Mulher não Entra
22.00 Ganância/Porto dos Milagres
23.30 Noites Marcianas
02.00 Noites Longas: À Espera de Godot
04.30 Portugal Radical

▼TVI

08.00 Animação
10.00 Tiro e Queda
11.00 As Pupilas do Senhor Doutor
11.30 Big Brother II
13.00 TVI Jornal
14.15 Big Brother II Extra
14.30 Chiquititas
15.30 Batatoon
18.00 Todo o Tempo do Mundo
19.00 Olhó Video
19.30 Big Brother II Extra
20.00 Jornal Nacional
21.00 Big Brother
00.40 Ally McBeal
01.35 Última Edição
02.25 Que Loucura de Família
02.55 O Vingador

10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.10 A Próxima Vítima
15.30 A Viagem
16.40 Malhação
17.40 Um Anjo Caiu do Céu
19.00 O Cravo e a Rosa
20.00 Jornal da Noite
21.00 Programa da Maria
22.00 Ganância/Porto dos Milagres
23.30 Noites Marcianas
02.00 Noites Longas: Krapp's Last Tape, What Were, Footfalls, Come and Go
04.00 Portugal Radical

▼TVI

08.00 Animação
10.00 Tiro e Queda
11.00 As Pupilas do Senhor Doutor
11.30 Big Brother II
13.00 TVI Jornal
14.00 Big Brother II
15.15 Batatoon
17.10 Big Brother II
20.00 Jornal Nacional
21.00 Olhos de Água
22.00 Big Brother II
23.05 Tic Tac Milionário
01.20 Última Edição
02.10 «Assassino Perverso» (de Chris Thomson, EUA/1996, com John Corbett, Jonathan Scarfe, Maya McLachlin. Drama)
04.10 Que Loucura de Família
04.40 O Vingador

Notas

A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.



A talhe de foice

• Anabela Fino

Rota de colisão

O governo dos EUA parece apostado em entrar em rota de colisão com o resto do mundo. Em menos de três meses, o presidente George W. Bush reactivou o projecto da «guerra das estrelas», mandou às urtigas o protocolo de Kyoto, e está à beira de pôr em causa as relações com a China. O cowboy do Texas, qual elefante numa loja de porcelanas, ameaça quebrar a louça toda. Parecendo desconhecer o significado da palavra diplomacia, Bush arvora como única cartilha a velha triologia do «quero, posso e mando». Com o mesmo desaforo com que fez letra morta do tratado de não proliferação de armas nucleares e do compromisso de reduzir a poluição do planeta, Bush recusa agora pedir desculpas à China e exige a imediata libertação dos 24 pilotos norte-americanos detidos em Haikou. Na óptica da Casa Branca é perfeitamente irrelevante que um piloto chinês tenha morrido em resultado da colisão do avião espião dos EUA com um avião chinês. Mais, é absolutamente natural que os EUA violem o espaço aéreo de outros países e os espiem. Quando bem o entendem até acham que os podem bombardear, como a prática tem demonstrado. Para a Casa Branca, o que não é natural e não fica bem não é um preto de cabelo loiro ou um branco de carapinha, como diria o outro; o que não é natural e não fica bem é que qualquer norte-americano apanhado nestas andanças seja detido e interrogado, e muito menos que alguém se atreva a meter o nariz na tecnologia «top secret» utilizada nas incursões em casa alheia. Curiosamente, as chamadas democracias ocidentais, sempre tão prontas a reagir a alegadas violações do direito internacional, metem a viola no saco sempre que se trata dos EUA. Imagine-se agora o que seria se os protagonistas deste filme trocassem de papéis: que a União Europeia se recusava a diminuir a produção de gases poluidores; que a Rússia anunciava o seu programa de «guerra das estrelas»; que a China era apanhada a espiar os EUA. O descalabro que não seria. Os princípios que seriam invocados. As exaltadas vozes que se fariam ouvir. A campanha que seria desencadeada em nome da vida, da paz, dos direitos humanos. Pois é.

Sendo as coisas como são, e exceptuando um ou outro ténue estrebuchar para manter as aparências, os que tanto gostam de se arvorar em «opinião pública» optam agora pela mais asséptica facticidade - quem, o quê, onde, quando -, descobrem de súbito outros temas de interesse, assobiam para o lado como se nada fosse.

Casos como estes deviam fazer-nos pensar no que é que se pretende quando se procura criar, por exemplo, um tribunal penal internacional. Ao contrário do que pode parecer, o óbvio nunca é tão óbvio quanto isso, e não está provado que a lógica não seja uma batata. Tanto assim é que a pena de morte nos EUA não cria engulhos à União Europeia, mas a pena de morte na China é um atentado aos direitos humanos; tal como as actividades de espionagem norte-americanas ou a favor dos EUA ou das «democracias ocidentais» são consideradas não só naturais como legítimas, enquanto as mesmas actividades praticadas por outros e a favor de outros são um crime sem perdão. De herói a traidor vai um passo de criança; tudo depende do ponto de vista. E mal vai o mundo quando se pretende que ponto de vista há só um, o dos EUA e mais nenhum. Não é preciso mais para entrar em rota de colisão... com o mundo.

Co-incineração contestada por todo o País Esta luta é de todos nós

A decisão do ministro do Ambiente, ao arrepio da vontade expressa das populações, de avançar com a co-incineração gerou de imediato os mais diversos protestos. Com uma certeza - a luta vai continuar.

Na tarde de terça-feira, nas ruas de Setúbal, manifestantes protestaram contra o arranque da co-incineração na cimenteira de Outão, em plena área natural protegida. Uma iniciativa do Movimento de Cidadãos pela Arrábida, que considera que o ministro «decidiu contra Setúbal». Este protesto foi apoiado nomeadamente pelas Comissões de Trabalhadores da Lisnave e da Gestnave que, em comunicado de imprensa, denunciam a co-incineração como um «atentado contra a

natureza mutilando o pulmão da península de Setúbal».

Para além destas formas de contestação, o Movimento de Cidadãos pela Arrábida vai recorrer às instituições comunitárias e aos tribunais, pois considera que o Governo português desrespeitou a legislação europeia e a própria legislação portuguesa, uma vez que não procedeu a uma avaliação dos impactos ambientais da co-incineração.

A Comissão Concelhia de Setúbal do PCP denunciou,

de imediato, «a postura arrogante, autista e prepotente com que este Governo e este Ministro têm conduzido todo este processo» e sublinhou que a decisão foi tomada apesar das profundas exigências existentes na comunidade médica e científica, das contradições detectadas no relatório da Comissão Médica, no impedimento legal de instalação deste processo numa área protegida, das dúvidas sobre riscos para a saúde pública e das certezas quanto às graves consequências para o ambiente e para o desenvolvimento da região.

Em Sines, onde a decisão de que os testes de pré-tratamento iriam ser aí realizados era ignorada pela própria autarquia, os protestos também não se fizeram esperar, quer por parte do presidente da Câmara quer da Direcção

Regional do Litoral Alentejano do PCP, que denuncia o «carácter autoritário e arrogante» uma vez mais revelado pelo PS.

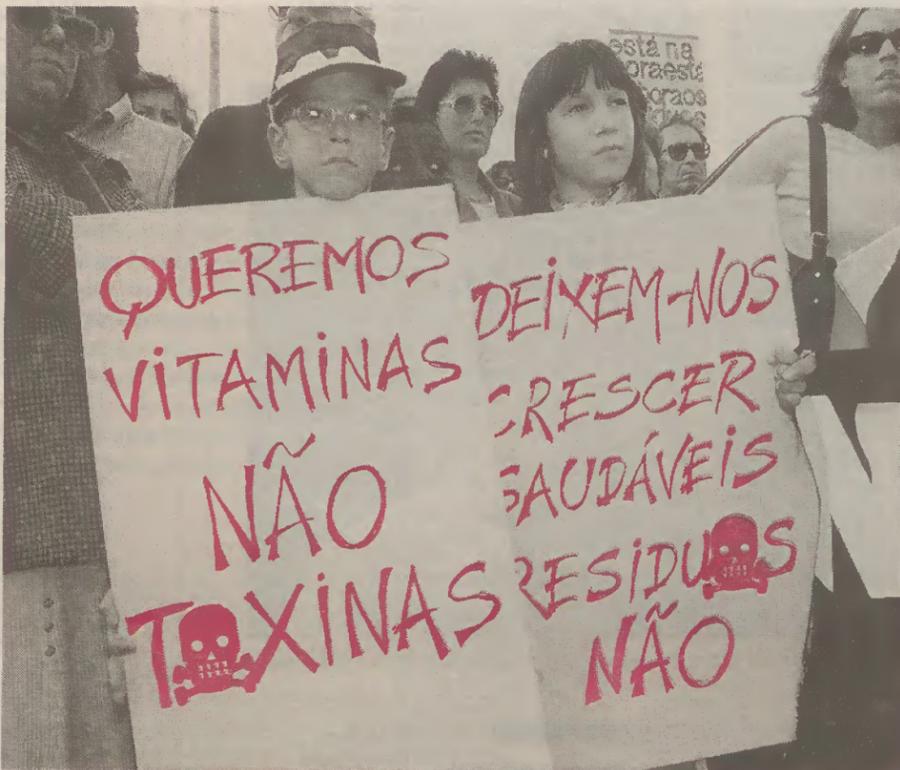
Debate de urgência

O Partido Ecologista «Os Verdes» entregou, terça-feira, no Parlamento, um ofício a solicitar um debate de urgência com o ministro do Ambiente na Assembleia da República, pedido que será apreciado (e possivelmente agendado) na terça-feira da próxima semana, pelos representantes dos vários partidos.

A deputada Heloísa Apolónia lembrou que um dos aspectos mais relevantes para avançar com a co-incineração é a realização prévia de um rastreio à saúde das populações envolvidas, que não começou ainda a ser realizado.

Num primeiro comentário ao anúncio do arranque do processo de co-incineração, a partir de Julho, Jorge Cordeiro, da Comissão Política do PCP, denunciou a insistência do ministro «em fazer avançar o processo de co-incineração, à margem de uma consideração séria do processo de consulta pública realizada, sem que este seja considerado no âmbito de uma política integrada de tratamento de resíduos industriais».

Jorge Cordeiro sublinha ainda que «a disparidade das quantidades de resíduos industriais perigosos a tratar, hoje apresentadas com valores cinco vezes superiores ao até agora referenciado, é por si reveladora de decisões tomadas na ausência de um estudo global sobre a situação dos resíduos industriais».



O Movimento de Cidadãos pela Arrábida promete recorrer às instituições comunitárias e aos tribunais

Porto celebra 25 anos da Constituição

A Constituição de Abril foi comemorada, no Porto, com uma sessão em que participaram vários deputados à Assembleia Constituinte - Avelino Gonçalves (PCP), Avelino Teixeira Carvalho (PS), Alberto Andrade e Manuel Ramos (PS) e Raul Castro (MDP-CDE) - e, ainda, a eurodeputada comunista Ilda Figueiredo.

A Sala dos Espelhos do Ateneu Comercial do Porto recebeu, assim, quase uma centena de pessoas que pu-

deram assistir a um reafirmar dos princípios e dos ideais da Constituição de Abril por parte de quem teve directa responsabilidade na elaboração do texto constitucional.

Mesmo reconhecendo que o texto constitucional tem vindo a ser empobrecido em conteúdos e objectivos, foi unânime a ideia de que a Constituição Portuguesa continua progressista e avançada em muitos aspectos.

Entretanto, para Raul Castro, é dever fundamental dos

democratas «fazer com que desapareça a distância que separa o texto constitucional da realidade» e, para Avelino Teixeira Gonçalves, a obrigação fundamental dos políticos e legisladores é «pugnar pelo cumprimento e não pela revisão da Constituição».

A propósito da revisão extraordinária da Constituição, foi salientada a gravidade dos processos de alteração de legislação eleitoral para as autarquias e da legislação penal, com o objectivo

único de concretizar a adesão ao Tribunal Penal Internacional.

Condenando, embora, as alterações legislativas e ideológicas já verificadas, os intervenientes concluíram pela validade e actualidade programática da Constituição da República, tendo em conta que a luta pela sua concretização é necessariamente a luta contra a sua revisão. Combate a que os presentes se comprometeram, já que, em sua opinião, a luta pelo cumprimento da Constituição da República é uma afirmação da Revolução de Abril e um esforço de aprofundamento da democracia.

Indústrias eléctricas em greve

Os trabalhadores das empresas fabricantes de material eléctrico e electrónico estão hoje em greve, exigindo salários justos, que tenham em conta a inflação, o crescimento da produtividade e a recuperação das perdas salariais do ano passado.

Os trabalhadores reivindicam ainda um aumento mínimo de seis mil escudos para cada trabalhador, a redução do horário de trabalho para as 39 horas semanais e o aumento do período de férias para 23 dias úteis.

A FSTIEP/CGTP-IN alerta

que aos aumentos salariais que safram das negociações entre o patronato e o SIMA/UGT, além de serem baixos, podem não ser aplicados sobre os salários efectivamente praticados nas empresas. Isto já aconteceu no ano passado.



51603199000445